

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CAROLINE TEIXEIRA ALVES DO NASCIMENTO

**MINAS AURÍFERAS EM OURO PRETO E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS**

Mariana - MG

2020

CAROLINE TEIXEIRA ALVES DO NASCIMENTO

**MINAS AURÍFERAS EM OURO PRETO E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS**

Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades, Diversidades, Diferenças e Práticas Educativas Inclusivas.

Orientador: Professor Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos.

Mariana - MG

2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N244m Nascimento, Caroline Teixeira Alves do.

Minas auríferas em Ouro Preto e a educação das relações étnico-raciais. [manuscrito] / Caroline Teixeira Alves do Nascimento. - 2020. 109 f.: il.: color., tab., mapa. + SIM.

Orientador: Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Educação. 2. Minas e mineração - Ouro Preto (MG). 3. Ouro - Minas e mineração - Ouro Preto (MG). 4. Relações étnicas - Ouro Preto (MG). 5. Relações raciais - Ouro Preto (MG). I. Santos, Erisvaldo Pereira dos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.01/.09



FOLHA DE APROVAÇÃO

Caroline Teixeira Alves do Nascimento

Minas auríferas em Ouro Preto e a educação das relações étnico-raciais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação

Aprovada em 12 de junho de 2020

Membros da banca

Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento - Membro Interno Titular - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Rubens Alves da Silva - Membro Externo Titular - Universidade Federal de Minas Gerais

O Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 26/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Jacks Richard de Paulo, VICE-COORDENADOR(A) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, em 26/01/2022, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272195** e o código CRC **74DDFAE0**.

*À minha querida mãe, minha amada mãe.
Às minhas ancestrais e guardiões espirituais.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado da minha caminhada durante o curso de graduação em História e reflexões acerca da cidade de Ouro Preto. Confesso que muitas vezes duvidei de chegar onde estou, de estar neste momento, escrevendo agradecimentos de um trabalho que não foi só meu, mas de todos aqueles que estiveram ao meu lado e que resistem na luta por uma educação emancipatória.

Dois anos antes de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Ouro Preto eu já sabia quem eu queria como orientador. Algo dentro de mim quis que eu fosse atrás de uma pessoa o qual eu sempre admirei, tanto pelo seu trabalho e escrita que me deixaram encantada, quanto pela personalidade forte e desafiadora. Sendo assim, obrigada ao meu professor Doutor Erivaldo Pereira dos Santos pelas (des)orientações, por toda paciência em passar os ensinamentos de realizar uma pesquisa. Não só isso, mas por me mostrar o mundo por outros ângulos. Sempre serei grata Erivaldo!

Agradeço à minha mãe por me apoiar nos meus caminhos tortos, por me deixar criar asas e tornar-me a mulher que sou hoje. Obrigada por me amar e me proteger, mesmo nos momentos que cheguei a desacreditar de mim mesma. Você é luz, você é o meu amor. Eu te amo!

Agradeço ao meu pai por me incentivar a correr atrás daquilo que eu quero. Gratidão!

Agradeço à Jéssica Avelar, minha irmã, companheira de alegrias e tristezas. Eu não tenho palavras para agradecer o quanto eu sou grata por tê-la em minha vida. É tanto sentimento que neste momento meus olhos enchem de lágrimas. Essa vitória é só mais uma de outras que estão por vir para nós.

Agradeço às amigas/os Ariane Tambory, Amanda Paiva, Beatriz Cordeiro, Daiane Rocha, Gabriel Araújo, Laura Lopes, Juliete Gomes, Paula de Freitas e Viviane Moreira por sempre me incentivarem e acreditarem nas minhas lutas. Vocês são as pessoas as quais estavam sempre ali, presentes, seja com gestos de amor e carinho ou puxadas de orelha. Obrigada !

Agradeço aos meus amigos Gabriela Campos e Luís Fernando por sempre me acolherem em Viçosa em todos os momentos. Vocês são parte de mim, meu porto seguro, amo vocês!

Agradeço aos companheiros da turma 2018 do programa, especialmente, aqueles que compartilhamos ensinamentos, risadas, tristezas, aflições: Cadu, Fernanda, Robson e Pâmela.

Agradeço aos professores Ana Mónica Lopes, Cristina Sacramento e Rubens Alves da Silva por terem me ajudado tanto na banca de qualificação. Suas palavras foram fundamentais para a concretização desta pesquisa.

Agradeço aos familiares pelas considerações e críticas, tudo foi aprendido para chegar onde estou.

Agradeço a minha amada Universidade Federal de Ouro Preto por financiar os meus estudos e oferecer um ensino público e de qualidade.

Agradeço aos professores e funcionários do Departamento de Educação, e todos aqueles que mantêm o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

Agradeço aos meus ancestrais e criaturas celestes por iluminarem os meus caminhos e me guiarem em vida terrestre. No mais, “e o que me importa é não estar vencido. Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos, meu sangue latino, minha alma cativa”.

RESUMO

A cidade de Ouro Preto é conhecida pelo ciclo do ouro e a escravidão africana, que marcaram o Brasil Colonial, especialmente durante o século XVIII. Com base no contexto histórico da mineração ocorrida em tal período, a pesquisa tem como objetivo investigar antigas minas de produção aurífera na cidade de Ouro Preto e de que forma ocorrem as relações patrimoniais juntamente com a educação das relações étnico-raciais. A cidade possui diversas antigas minas, que estão presentes em quintais de casas particulares e são abertas para visita turística pelos próprios moradores, sendo as mais conhecidas e objeto dessa pesquisa, a Mina do Chico Rei e a Mina Du Veloso. A Mina do Chico Rei, fundada no ano de 1702, teve como primeiro proprietário o Major Augusto que, posteriormente, segundo a tradição oral, a vendeu ao africano alforriado Chico Rei – que além da mina também comprou a liberdade de diversos outros africanos escravizados. Atualmente, a mina está sob os cuidados de Antônio Alcantra Ferreira Lima, conhecido como “Toninho”. A Mina Du Veloso teve como seu primeiro dono o coronel José Veloso do Carmo, que gerenciou a produção aurífera por meio da utilização da mão de obra africana escravizada entre os anos de 1761-1819. Hoje, a mina tem como guardião legal o segundo dono, chamado Eduardo Evangelista, conhecido por todos como “Du”. Busca-se averiguar como esses espaços históricos estão sendo utilizados na propagação da cultura africana e afro-brasileira e na valorização do povo negro na produção aurífera ocorrida na antiga Vila Rica. O objetivo é investigar como a educação patrimonial contribui para a valorização das diversidades étnico-culturais dos africanos e afro-brasileiros como agentes ativos do processo de formação do nosso país, em especial, nessas antigas minas de Ouro Preto. Para a compreensão do processo de mineração africana, busca-se abordar a produção aurífera no Brasil Colônia, e também a mineração que ocorria na África durante o período que demarca o comércio do tráfico transatlântico de escravizados, e, para tanto, foram utilizados autores como Santos (2017) e Silva (2011). Para a composição do levantamento histórico sobre a mina do Chico Rei, utilizou-se os trabalhos de Santos (2019) e Silva (2007). Lado outro, os textos de Ferreira (2017) e Sobreira (2014) foram fundamentais para as discussões acerca da Mina Du Veloso e o que se sabe sobre o trabalho africano nesses espaços. Optou-se por uma abordagem qualitativa, por meio da qual os sujeitos guardiões dos espaços foram entrevistados pela pesquisadora e observações de campo foram realizadas para identificar se ocorrem e como ocorrem práticas pedagógicas e estratégias nesses espaços para com a difusão e valorização da diáspora africana, para analisar como se dão as relações culturais e sociais entre estes espaços

de patrimônio da mineração e a comunidade ouro-pretana, bem como para elucidar os principais desafios enfrentados e vantagens pelos guardiões das Minas na afirmação do protagonismo do negro na formação histórica de nosso país, na busca de compreender como esses espaços patrimoniais ricos em cultura africana contribuem na difusão da educação das relações étnico-raciais. Como resultados alcançados, observa-se que esses espaços patrimoniais assumem um papel importante na difusão do conhecimento da história dos africanos no Brasil durante o ciclo do ouro e na ressignificação da imagem no povo negro na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Minas auríferas. Relações étnico-raciais. Educação. Mina do Chico Rei. Mina Du Veloso.

ABSTRACT

The city of Ouro Preto is known worldwide for the gold cycle and African slavery that marked the also known historic period called “Brasil Colonial”, especially during the 18th century. Based on the historical context of mining production that occurred in such period, the research aims to investigate ancient gold production mines in the city of Ouro Preto and how heritage relations occur together with the education of ethnic-racial relations. The city has a great number of old mines which are present in backyards of private houses and are open for tourist visitation by the residents themselves, the most well-known and object of this research being the Mico do Chico Rei and Mina Du Veloso. The Chico Rei Mine, founded in 1702, had Major Augusto as its first owner, who later, according to oral tradition, sells the mine to the freed African Chico Rei - who besides the mine also buys the freedom of several other enslaved Africans. The mine is currently under the care of Antônio Alcantra Ferreira Lima, known as “Toninho”. The Du Veloso Mine had Colonel José Veloso do Carmo as its first owner, who managed gold production through the use of African labor between the years 1761-1819. Today, the mine has as its legal guardian the second owner named Eduardo Evangelista, known to everyone as “Du”. It seeks to find out how these historic spaces are being used in the propagation of African and Afro-Brazilian culture and in the valorization of the black people in the gold production that occurred in the old Vila Rica. The objective is to investigate how heritage education is developed in the valuation of the ethnic and cultural diversities of Africans and Afro-Brazilians as active agents in the formation process of our country, especially in these old mines of Ouro Preto. To understand the African mining process, we seek to address gold production in Colonial Brazil, and also the mining that took place in Africa during the period that marks the transatlantic slave trade, for this purpose, authors such as Santos (2017) and Silva (2011). For the composition of the historical survey on the Chico Rei mine, works by Santos (2019) and Silva (2007) were used. While texts by Ferreira (2017); Sobreira (2014) were fundamental to the discussions about Mina Du Veloso and what is known about African work in these spaces. We opted for a qualitative approach where the guardian subjects of the spaces were interviewed by the researcher and field observations were carried out to identify if they occur and how pedagogical practices and strategies occur in these spaces in order to disseminate and enhance the African Diaspora; to analyze how cultural and social relations take place between these mining heritage spaces and the Ouro Preto community and to elucidate the main challenges faced and advantages by the guardians of Mines in affirming the role of blacks in

the historical formation of our country; Looking for the understanding of how these heritage spaces, which are very diverse in african culture contributes with the diffusion of the ethnic-racial relations and education. As results achieved, it is observed that these heritage spaces play an important role in the dissemination of knowledge of the history of Africans in Brazil during the gold cycle and in the redefinition of the image of black people in Brazilian society.

Keywords: Gold mines. Ethnic-racial relations. Education. Chico Rei Mine. Mina Du Veloso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rotas do tráfico de escravos para o Brasil	31
Figura 2 – Estimativa dos escravos africanos desembarcado no Brasil, por procedência regional	32
Figura 3 – Mapa da Estrada Real	36
Figura 4 – Lavagem de ouro, Marc Ferrez, 1880	40
Figura 5 – Primeira foto do trabalho no interior de uma mina de ouro, Marc Ferrez, Minas Gerais 1888	42
Figura 6 – (a) Capa do panfleto; (b) Interior do panfleto	51
Figura 7 – Porta da entrada da mina Chico Rei	52
Figura 8 – Alvará de funcionamento da mina Chico Rei	53
Figura 9 – Mapa topográfico	54
Figura 10 – Planta da mina	54
Figura 11 – Entrada da mina do Chico Rei onde encontra-se a imagem do rei africano	55
Figura 12 – Interior da mina do Chico Rei	56
Figura 13 – Parede do local e acervo pessoal	57
Figura 14 – Parede do local e acervo pessoal	58
Figura 15 – Interior da mina inundada	62
Figura 16 – Interior da mina após drenagem da água	63
Figura 17 – Interior da mina após recuperação	64
Figura 18 – Fachada da Mina du Veloso após recuperação do espaço	65
Figura 19 – Desmoronamento de parte de uma residência em cima da entrada da galeria subterrânea	66
Figura 20 – Panfleto Cursinho Popular no Veloso	73
Figura 21 – Entrada do local mina Du Veloso em construção	74
Figura 22 – Prêmio Rodrigo Franco 2019: Mina Du Veloso	76
Figura 23 – Ferramentas encontradas no interior da galeria subterrânea	78
Figura 24 – Projeto de Pesquisa	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNS	Conselho Nacional da Saúde
DsPEI	Desigualdades, Diversidades, Diferenças e Práticas Educativas Inclusivas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ID_BR	Instituto Identidades do Brasil
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: NOVOS OLHARES, VELHAS MEMÓRIAS	28
1.1 Tráfico transatlântico, mineração e conhecimento africano: relações entre África e Brasil Colonial	28
1.2 Os sertões do ouro, as heranças coloniais	37
CAPÍTULO 2: GUARDIÕES DE RIQUEZAS	46
2.1 Mistérios de Chico Rei	47
2.2 Conhecendo o espaço	49
2.3 Escavando o passado: A Mina Du Veloso	61
<i>2.3.1 Ressignificar e amar</i>	<i>67</i>
<i>2.3.2 (Des)construindo saberes</i>	<i>74</i>
<i>2.3.3 Vestígios arqueológicos de um passado não tão distante: contribuições africanas</i>	<i>77</i>
CAPÍTULO 3: MINAS AURÍFERAS: PARA ALÉM DO TURISMO	80
3.1 Ouro Preto: patrimônio para que e para quem?	80
3.2 O patrimônio ouro-pretano	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – Comprovante de envio do projeto ao Comitê de Ética	104
APÊNDICE B – Carta de Anuência	10105
APÊNDICE C – Prévia Carta de Compromisso	107
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista	109

INTRODUÇÃO

Inicialmente, afirmo que esta dissertação foi escrita em um momento histórico conturbado para o Brasil, sendo que várias conquistas de diversos movimentos estão a um passo de retrocessos na ordem da esfera pública. Estar aqui, escrevendo este trabalho e produzindo conhecimento, é uma batalha travada entre aqueles que almejam uma sociedade realmente democrática e antirracista – na qual todos tenham acesso a serviços de qualidade no âmbito da educação, saúde, emprego, entre outros – e aqueles que ainda vivem a política das oligarquias e de privilégios, herança de um sistema escravocrata, patriarcal¹ e sexista².

Vivemos em uma sociedade fundamentada no padrão e hierarquia colonialistas, onde as identidades são beneficiadas ou excluídas pelas instituições. Diante desse paradigma, eu, como mulher branca e periférica, trato o tema desta investigação a partir das minhas vivências e do lugar que ocupo, reconhecendo que “[...] o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 83). Portanto, o lugar que eu ocupo jamais será igual ao de uma mulher negra e periférica.

No ano de 2018, ingressei no processo seletivo do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto com o seguinte projeto de mestrado: *A aplicabilidade da Lei 10.639/03 no ensino fundamental II de uma escola estadual de Ouro Preto: trajetórias, perspectivas e desafios*. O orientador indicado fora o Doutor Erisvaldo Pereira dos Santos, pertencente à linha de pesquisa: Desigualdades, Diversidades, Diferenças e Práticas Educativas Inclusivas – (DsPEI).

O meu interesse era estudar como a Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio, fossem elas públicas ou privadas, estava sendo implementada em escolas estaduais de Ouro Preto (BRASIL, 2003). Tal Lei, que recebeu a assinatura do então presidente Luiz Inácio Lula da

¹ A palavra patriarcal deriva de patriarcado, que, segundo o dicionário Priberam, atribuiu ao significado de caracterizar uma organização social em que a autoridade é exercida por homens (PATRIARCADO, 2020). Quando se reflete sobre o patriarcalismo brasileiro, Follador (2009, p. 9) ressalta sua origem: “A educação feminina no período colonial era, geralmente, restrita aos cuidados com a casa, marido e filhos. A mulher aprendia a costurar, bordar, cozinhar e, as mais abastadas, a pintar e tocar algum instrumento. A leitura e escrita deveriam ser as mínimas possíveis, isso dependendo da rigorosidade do pai, que, em muitas vezes não permitia que as filhas aprendessem a ler e escrever. A educação era ministrada somente aos homens, e, tanto as mulheres brancas ricas e pobres, quanto as negras, fossem elas escravas, alforriadas ou mestiças, não tinham acesso à instrução.”

² Os termos sexista/sexismo consistem em um conjunto de ações discriminatórias e preconceituosas que afetam o gênero e raça, sobretudo, das mulheres. No entanto, a discussão acerca dos usos destes termos é um debate que se estende para além dessa dissertação. Dessa maneira, para maior compreensão do termo recomenda-se a leitura das obras de Carneiro (2002) e Davis (2016).

Silva, alterou a Lei nº 9.394/96³, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). O Capítulo II – Da Educação Básica, do referido diploma legal, estabelecia as diretrizes e bases para o currículo oficial no que tange aos conteúdos pertinentes à “História e Cultura Afro-Brasileira”. Aprovada com dois vetos⁴, a Lei nº 10.639/03 pressupõe uma rememoração da contribuição do “povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2003); bem como a participação do negro na constituição da sociedade brasileira a partir do estudo da História da África e dos Africanos, movimento de luta dos negros no Brasil e a agenda relacionada à cultura afro-brasileira, fundamentada nos currículos de Educação Artística, Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003). Ademais, foi incluído o Dia da Consciência Negra no dia 20 de novembro no calendário escolar, data que marca a morte (1695) de um dos líderes do quilombo dos Palmares, Zumbi.

As discussões a respeito da Lei 10.639/03 e a forma que ela é implementada no cotidiano escolar são recorrentes em estudos da área de Educação no Brasil (BRASIL, 2003). A título de exemplo, Gomes e Jesus (2013) realizaram uma pesquisa em âmbito nacional, a respeito de práticas pedagógicas que envolvessem as relações étnico-raciais nas escolas em uma concepção a partir da Lei 10.639/03. Autores como Coelho e Coelho (2018) analisam a trajetória de professores do curso de graduação em História de instituições federais após a implementação da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Outros autores que já pesquisaram a Lei no âmbito educacional são: Müller e Coelho (2013); Silva (2019); Silva e Machado (2019) etc. Contudo, ao longo das orientações, mudamos o objeto de pesquisa para um campo pouco explorado, ou que não foi ainda pesquisado como patrimônio cultural e identitário da história da mineração e dos conhecimentos da população negra no Brasil. Trata-se dos espaços de antigas minas auríferas de Ouro Preto, como a Mina Du Veloso e a Mina do Chico Rei.

Atualmente, encontram-se em funcionamento para visita em Ouro Preto as seguintes minas: Mina do Bijoca, Mina Chico Rei ou Mina da Encardideira, Mina Du Veloso, Mina Felipe dos Santos, Mina do Jeje, Mina do Palácio Velho e Mina Santa Rita. Devido ao pouco tempo

³ A Lei 9.394/96 determina as diretrizes e bases da educação nacional. O sancionamento ocorreu durante o governo do Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza com a intenção de assegurar os direitos de toda população brasileira em ter acesso à educação gratuita, sendo dever da União, dos Estados e dos Municípios comprometer-se com a educação pública (BRASIL, 1996).

⁴ Foram vetados o §3º do artigo 26-A que previa a destinação de 10% do conteúdo programático de ensino de história do Brasil e educação artística dedicados à temática negra; e o artigo 79-A, que determinava a participação de entidades do movimento negro e outras entidades interessadas, em cursos de capacitação de professores (BRASIL, 2003).

destinado para a realização da pesquisa, optou-se por investigar apenas dois desses espaços patrimoniais, no caso, a Mina da Encardideira, conhecida como Mina do Chico Rei, e a Mina do Veloso. Os critérios para a escolha desses locais fundamentaram-se pela existência da lenda de Chico Rei e pelas ações educativas que ocorrem na Mina Du Veloso. Parte dessas galerias subterrâneas estão localizadas em residências particulares, nas quais os donos deixam o local aberto para visita de turistas e garantem a renda familiar.

Diariamente, as minas auríferas de Ouro Preto recebem visitas de turistas do mundo todo, incluindo estudantes da educação básica, estudantes universitários, pesquisadores etc. Muitas das vezes, servem como campo para visita técnica de cursos de graduação ou cursos técnicos. O primeiro contato da pesquisadora com as minas se deu anteriormente ao ingresso no programa de pós-graduação em educação, na condição de visitante/estudante e moradora da cidade de Ouro Preto. A partir das visitas a esses locais, o interesse em pesquisá-los foi crescendo, assim como a aproximação da educação com as relações étnico-raciais foi despertando indagações de como as histórias dos africanos escravizados se constitui nesses espaços.

A Mina do Chico Rei está localizada na divisa dos bairros Antônio Dias e Palácio Velho e reúne uma coleção pessoal de artefatos, tais como máquinas de costura, correntes, ferramentas utilizadas dentro das minas e quadros referentes a figuras supostamente ligadas às representações da religião Umbanda, como as entidades conhecidas como “Pretos-Velhos”. Pode-se dizer que não existem referências documentais sobre quem foi Chico Rei. O que permanece, através da oralidade, é a lenda de que Chico Rei, antes de ser traficado para o Brasil, era conhecido como Galanga, rei do Congo, na África e foi sequestrado pelos colonizadores portugueses. Ao chegar à antiga Vila Rica, no caso Ouro Preto, recebeu o nome cristão de Francisco e foi submetido ao trabalho escravo. Como dominava as técnicas de mineração, conseguiu encontrar ouro na mina do seu antigo dono, comprar sua carta de alforria, comprar a mina e, ao longo dos anos de vida, garantiu a liberdade dos negros que ali trabalhavam escravizados⁵.

As narrativas sobre Chico Rei continuam perpetuando-se pelas ladeiras de Vila Rica e encantando aqueles que visitam a cidade. Conhecer o suposto local onde fora iniciado o legado do rei africano despertara em mim o interesse de descobrir e conhecer uma história que eu nunca imaginei. Apesar de não haver documentos que provem a existência de Chico Rei, o local da

⁵ Mais informações sobre a mina do Chico Rei podem ser encontradas na página do Facebook da Mina do Chico Rei (2020a).

mina e sua materialidade despertam sensações, sentimentos que me fazem refletir que ali fora um espaço de conquistas, engenhosidades, lutas e resistências de um povo que eu vi de maneira ofuscada/estereotipada em minha trajetória escolar. Da mesma forma que minha educação básica se baseou em um padrão eurocêntrico, pressuponho que isso aconteceu com muitas pessoas que visitam esses espaços auríferos. Então, ao pensar a Mina do Chico Rei, enquanto um espaço para a educação das relações étnico-raciais, acredito que o recinto proporciona aos visitantes a ressignificação da história do africano no Brasil. Principalmente quando descobrem que um rei africano vivera durante o período colonial e conseguiu de volta a sua liberdade e a de outros companheiros que também foram escravizados.

A Mina Du Veloso encontra-se no bairro São Cristóvão/Passa Dez de Cima, está aberta desde o ano de 2014 e possui um enorme acervo de mineração referente ao período do século XVIII (FERREIRA, 2017). O espaço também é marcado pelas práticas pedagógicas que promovem a valorização do trabalho dos mineradores africanos sequestrados pelos europeus e o ressignificam, visibilizando o protagonismo do africano na formação do nosso país. Assim como a Mina do Chico Rei, o local está repleto de significados que afetam nossas percepções, pois, ao adentrar as bocas das minas, todo o trabalho minerador dos africanos está lá, intacto. Os vestígios do trabalho minerador podem ser vistos dentro das galerias subterrâneas, as técnicas de mineração africana são encontradas nas paredes desses locais, tornando-se um campo favorável também para outros estudos, como a arqueologia.

Considero que os espaços das antigas minas auríferas de Ouro Preto são significativos na construção positiva do trabalho africano em nossa história. Presumo que esses espaços possam contribuir para diferentes níveis da educação patrimonial brasileira, principalmente quando se trata da divulgação do patrimônio cultural africano e afro-brasileiro. Além disso, ao olharmos o processo histórico da formação nacional brasileira, é possível apontar a exclusão da população afrodescendente do processo educativo desde longa data, como, por exemplo, o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854 que proibia a matrícula de escravos na escola primária e secundária. Por muito tempo, a história reproduziu o africano na condição de subalterno e, esses espaços, constituídos de materialidade, nos mostram o contrário, ou melhor, todo o trabalho qualificado produzido pelos africanos escravizados.

Ouro Preto possui 70% da população afrodescendente e até o ano de 2005, a bandeira da cidade continha a seguinte frase: “*Proetiosum tamen nigrum*” que significa “Precioso ainda que negro” alterado para “*Proetiosum aurum nigrum*” que, traduzido, significa “Precioso ouro negro”. Essa primeira frase e o ano de mudança ponderam a flexibilidade sobre a questão

colonial e como esse discurso de afirmar-se a partir da alteridade produziu e continua produzindo sujeitos e categorias como o racismo. Ao pensar a localidade e o conceito pós-colonialista, abordado por Santos (2010), é possível apontar como diversos discursos tornaram-se verdades e como os movimentos negros, em geral, lutam por novas epistemologias e pedagogias que proporcionem a ressignificação da diáspora africana. Isso pode ser visto nas antigas galerias auríferas da cidade de Ouro Preto e na luta do movimento negro.

O desenvolvimento das tecnologias de mineração é encontrado nas efetivações das galerias subterrâneas presentes em Ouro Preto, cada técnica, bem como cada ação do homem africano de extrair minério, estão preservados dentro desses locais. As minas nos ajudam a reconhecer que o patrimônio africano sempre esteve presente na cidade, não só nesses espaços, mas em cada obra aqui construída.

Se hoje Ouro Preto é considerada patrimônio cultural da humanidade, é graças às contribuições dos africanos. Contudo, a valorização e reconhecimento da diáspora africana fora ofuscada pela cultura branca. Essa ofuscação majoritariamente dominante interferiu e perpetuou por anos o meu imaginário, que cresci acreditando que as pessoas pretas ou pardas sempre ocuparam o espaço da escravidão e que a presença de reis e rainhas africanos era inexistente. Trabalhos como a dissertação de mestrado de Amanda Melissa Santos (2019) contribuem na quebra de paradigmas eurocêntricos, ao transparecer as manifestações do patrimônio africano em Ouro Preto a partir das narrativas do mito de Chico Rei e a origem do Congado.

Baseando-se em experiências pessoais, em diálogo com estudos já realizados, como Nascimento (2016), vejo a necessidade de contextualizar esse período histórico marcado pela escravidão para que seja possível compreender e deixar claro a lógica da produção aurífera e as relações existentes durante o período colonial. Durante os períodos do ensino fundamental e ensino médio/escolarização, muitas informações sobre a história do nosso país foram transmitidas de maneira equivocada, tanto pelos professores, quanto pelos livros didáticos:

[...] no Brasil não existe, em qualquer etapa do ensino – elementar, médio e superior – cursos sistemáticos de História da África, seus povos e suas culturas. Nem os afro-brasileiros, nem os “brancos” brasileiros estão informados dos problemas emergentes da vida africana continental ou na diáspora, sob o ponto de vista da escolaridade. (NASCIMENTO, 2016).

Isso evidencia o quanto a cultura europeia se sobressai em relação à cultura africana, para além do nível escolar. É por isso que os espaços das minas auríferas são também espaços para a educação das relações étnico-raciais. Posto isto, Sacramento (2013, 2018), em sua

dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado, faz um movimento para analisar livros didáticos sobre a história do Brasil que foram publicados ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. Em seus trabalhos, a autora mostra como ocorre o apagamento da população negra, da história e cultura africana e afro-brasileira. O protagonismo negro em livros didáticos da primeira metade do século XX revela que, durante os séculos anteriores à abolição da escravatura, os negros foram vistos em uma perspectiva de mão de obra escravizada, sendo Zumbi dos Palmares velado. Sacramento (2013, 2018) chama a atenção de como a história por muito tempo ficou restrita à escravidão, sendo produzida e reproduzida, fazendo com que determinado discurso se cristalizasse. Isso nos faz refletir sobre a questão literária afro-brasileira que é pouco abordada em trajetória escolar, a exemplo da escritora negra e periférica Carolina de Jesus (1960), em sua obra intitulada *Quarto de despejo- Diário de uma favelada*. Mesmo os espaços de ensino, no caso as escolas, quando se instituiu o sistema republicano brasileiro, direcionou-se para um padrão eurocêntrico, como nos mostra Santos:

Por muito tempo, a escola, como agência privilegiada de socialização do saber sistematizado, reproduziu aquilo que era considerado valor civilizacional, reportando-se aos povos da Grécia clássica, Roma e Europa Ocidental. Para representar o lugar da escola em nossa sociedade, a República Brasileira construiu prédios suntuosos como templos dos saberes civilizacionais. (SANTOS, 2011, p. 10)⁶.

Durante anos, a historiografia brasileira, quanto à história da educação, deu ênfase ao estudo daquilo que advinha do clássico ocidental, tanto que no ensino básico não tive o contato com as africanidades, a recordação é de um povo negro, retratado em uma perspectiva subalterna. Por muito tempo a população negra teve a imagem ofuscada pela historiografia, ou representatividade negativa no imaginário social, como podemos ver nos trabalhos de Fonseca (2017). Além de buscar dar visibilidade àqueles que foram inviabilizados, é necessário exibir esse apanhado histórico da formação brasileira e compreender a base do modelo civilizatório patriótico instituído em nossa sociedade, que afeta as minorias, diariamente.

Diante de todo o patrimônio africano, presente na antiga Vila Rica, as questões que norteiam esta investigação são as seguintes: Como as minas aqui investigadas têm sido utilizadas para afirmar o protagonismo do trabalho e dos conhecimentos de africanos na exploração aurífera em Ouro Preto?; Como o trabalho e os conhecimentos da mineração podem ser utilizados como conteúdos positivos da história dos negros no Brasil?; Como os responsáveis por esses espaços compreendem e afirmam/abordam o protagonismo de africanos

⁶ Santos (2011) possibilita a abertura de um novo debate sobre a arquitetura escolar que vai além dessa dissertação. Ainda assim, para aprofundamento, recomenda-se a leitura.

escravizados na história da mineração?; Que relação a comunidade do entorno tem com esses locais?

Como historiadora e moradora da cidade de Ouro Preto, minha preocupação está intimamente conectada com a posição que o município ocupa na história da escravidão do Brasil, sendo um dos principais polos escravistas do período colonial. Apesar disso, o que apetece, realmente, é como o protagonismo dos africanos no período denominado “ciclo do ouro” é retratado nas galerias subterrâneas presentes nos espaços periféricos da cidade, que não têm a mesma visibilidade como o centro histórico que tem na praça principal a imagem do inconfiante Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes. Conhecido nacionalmente por lutar pela justiça social e contra o absolutismo de Portugal na Conjuração Mineira, em 1789, deve-se ressaltar que a justiça social se enquadrava apenas para a elite local e a abolição da escravidão não fazia parte dos planos. Ou seja, deduz-se que a dinâmica social da antiga Vila Rica não favoreceu uma inclusão de outros grupos. Diferente da Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798), cujas principais ideias eram baseadas na igualdade, fraternidade e liberdade, e que favoreciam as classes populares, os negros e escravizados.

Diante da realidade defasada de pesquisas científicas que abordam a Mina Du Veloso e a Mina Chico Rei, buscou-se construir o saber utilizando outras fontes de informações, visto que, como historiadora, assumo o papel de poder contribuir socialmente e academicamente na reflexão de elementos para a educação das relações étnico-raciais presentes nas antigas minas auríferas de Ouro Preto e na autoestima da juventude negra. Posto isso, buscou-se analisar vídeos disponíveis na plataforma *YouTube*, eventos, fotografias, jornais, notícias, panfletos etc. Optou-se por trabalhar com as fontes documentais produzidas durante os últimos cinco anos (2014 a 2019), isso faz com que seja possível “[...] seguir a evolução dos fenômenos e das situações no tempo” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 167). Para complementar, utilizamos do avanço das mídias digitais, pois elas permitem cada vez mais a aproximação e o contato entre os sujeitos, culturas e em espaços de tempo diferentes. Teruya (2009, p. 160) afirma que “[...] é possível trocar experiências e ocupar os ciberespaços para produzir conhecimento e aprender um novo conhecimento”.

A cidade de Ouro Preto é conhecida mundialmente por agregar um grande sítio arquitetônico marcado pelo estilo barroco e rococó advindos do século XVIII. Além da arquitetura atrair turistas, diariamente, a cidade é conhecida pelo ato revolucionário da Conjuração Mineira. E o fato que chama mais atenção foi a descoberta do ouro na província de Minas Gerais, o que rendeu aproximadamente 150 anos de exploração, tanto do mineral, quanto

da mão de obra dos negros escravizados, marcando, assim, a mineração colonial e a corrida do ouro no Brasil. Desde a década de 1980, o município mineiro é reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁷, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Isso inclui diversos artefatos de natureza material e imaterial da identidade da pátria brasileira correspondentes ao século XVIII, tendo como figura ilustre o artista Aleijadinho. Outra característica importante da cidade fundamenta-se em sua demografia que, segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demarcam a população residente parda em 36.147 mil pessoas e a população preta em 10.363 mil pessoas, sendo majoritária em comparação à população branca que agrega 22.572 mil pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010)⁸.

A partir da década de 1990, os estudos referentes à mineração colonial ganharam visibilidade, evidenciando que a cidade de Ouro Preto possui um grande sítio arqueológico alusivo ao período colonial. Entre esses estudos, encontra-se a dissertação de mestrado de Ferreira (2017)⁹, na qual são apresentadas as diversas galerias subterrâneas da cidade, conhecidas como minas de ouro, construídas pelos africanos escravizados no século XVIII. Isso nos mostra que a cidade possui um acervo rico, tanto para a área dos estudos de arqueologia, história e educação, quanto para os estudos de mineralogia e geologia.

No momento em que essa dissertação estava sendo redigida, a Mina do Veloso foi vencedora da 32ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade/2019, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).¹⁰ Além disso, o local foi convidado pelo Coletivo Outro Preto a ser indicado a participar do Prêmio Sim à Igualdade Racial 2020 na categoria Educação e Oportunidades. Tal prêmio consiste em uma iniciativa realizada pelo Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), que tem como objetivo a disseminação e reconhecimento de nomes e organizações que operam em prol da Igualdade Racial no Brasil. A iniciativa teve início no ano de 2018, em um evento ocorrido no Copacabana Palace, no estado do Rio de Janeiro. A efetivação ocorreu no ano seguinte. A premiação agrega onze categorias, sendo elas: Intelectualidade; Destaque publicitário; Raça em pauta; Arte em

⁷ Mais informações sobre o tombamento da cidade no endereço eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014).

⁸ Mais informações sobre a demografia da cidade no endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

⁹ Eduardo Evangelista Ferreira (2017) produziu sua dissertação intitulada “Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos”.

¹⁰ O Prêmio Rodrigo Melo Franco tem por objetivo dar visibilidade e promover ações que protejam os bens culturais de todo o país. Neste ano, a Comissão Nacional de Avaliação selecionou oito trabalhos na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília (DF). Mais informações podem ser encontradas no endereço eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019b).

movimento; Liderança, trajetória empreendedora; Educação e oportunidades¹¹, Inspiração; Comprometimento racial; Representatividade em novos formatos e melhores práticas culturais étnico-raciais¹².

É nesse sentido que entendemos que a história abordada nas minas analisadas e seu significado podem contribuir para a educação patrimonial e para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais. Creio que a pesquisa possa colaborar para a ideia de reconhecimento, inspiração e memória da população, por consequência, as minas também servem como espaços patrimoniais desconstrutores da mentalidade racista. Além do mais, presumo que as gerações futuras busquem o diálogo entre a produção de conhecimento e as ciências humanas e ciências exatas.

Acredito que o conhecimento dos africanos escravizados, pode ser aprofundado nas áreas da arquitetura, da geologia, da matemática, assim como essas questões podem ser vistas dentro do campo da arqueologia, da educação e da história. É possível, por exemplo, criar um projeto de intervenção que agregue os cursos da Universidade Federal de Ouro Preto e as escolas do município, por meio do qual seja possível suscitar discussões sobre como os vestígios da mineração africana nas minas auríferas podem ser utilizados no campo de estudo das ciências exatas, pensando, por exemplo, as técnicas de engenharia e o domínio da matemática e como isso era importante para a transmissão de saber, como esse conhecimento estava relacionado à história familiar de cada africano.

Creio que as antigas minas auríferas são lugares onde a população negra possa encontrar menções diretas ao legado deixado por seus ancestrais e que também a cultura e história africana e afro-brasileira sejam enaltecidas em nossa sociedade tanto para negros, quanto brancos

Entre os negros poderão oferecer **conhecimentos** e segurança para **orgulharem-se da sua origem africana**, para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, **a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros** no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de **reconhecimento**, por parte do Estado, **da sociedade** e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de **posição** explícita contra o racismo e a **discriminação racial** e a **construção** de ações afirmativas nos **diferentes** níveis de ensino da educação brasileira. (BRASIL, 2013, p. 502, grifo nosso).

¹¹ A categoria na qual a Mina Du Veloso fora indicada busca premiar iniciativas que procuram viabilizar a igualdade racial através da educação, promovendo novas maneiras de acesso, narrativas e recursos de aprendizagem.

¹² Para mais informações sobre a entidade e o evento, acesse o endereço eletrônico do Instituto Identidades do Brasil (2018).

Os locais das minas apresentam o legado dos africanos escravizados através de pedagogias antirracistas e representativas, principalmente no espaço da Mina do Veloso, onde a história da diáspora africana é relatada pelos próprios guias turísticos negros do local e não por uma referência branca. A atuação e representatividade negra presentes na mina oferecem àquele visitante negro uma forma de empoderamento e de reconhecimento de sua identidade que fora por muito tempo constituída por uma perspectiva eurocêntrica:

... muito embora os africanos tenham sido o maior contingente populacional na formação do Brasil, suas heranças, seus aportes culturais têm sido silenciados, não apenas em virtude da condição infâmia em que foram trazidos para a terra de Santa Cruz, mas sobretudo, em razão da hegemonia do modelo civilizatório ocidental. (SANTOS, 2011, p. 8).

Por essa razão, apresentar a história de antigas civilizações africanas, nos faz contemplar e reconhecer uma África que não fora exibida e discutida na trajetória da escolaridade da população nascida nos séculos anteriores à Lei nº 10.639/03 – século XIX e a elaboração de uma história do Brasil (BRASIL, 2003). Além disso, é importante desmistificar a imagem do africano que fora trazido para a América Portuguesa, representado na condição de escravo e animalésca para o padrão eurocêntrico. Isso nos mostra e traz a reflexão, também, acerca da imagem que fora construída ao longo dos séculos, pela supremacia branca com relação ao outro, no caso, o povo africano. Então, como educadora e historiadora, visio essa necessidade de trazer esse breve apanhado histórico para que seja contribuinte na construção de identidades coletivas e individuais de quem está lendo esta pesquisa. E deixar explícito que na dialética do eu com o outro é fundamental que eu perceba e reconheça o que eu tenho de parecido ou diferente do outro.

Cabe salientar que a revolução metalúrgica que marcara o desenvolvimento dos grupos humanos ao longo da história não ocorrera como um acontecimento único e simultâneo, mas fora gradativo. Complementa-se o fato de que havia diversos povos espalhados pelo globo terrestre. Para esta pesquisa, visou-se a necessidade de introduzir a importância do desenvolvimento da metalurgia no continente africano. Torna-se fundamental pensar a história africana como fora e como deve ser mostrada em todas as instituições a fim de ressignificar e transformar aquilo que fora negado pelas culturas racistas ao longo da história do nosso país.

Partindo do pressuposto de que vivemos em uma sociedade estruturada no racismo patriarcal normativo, as questões que norteiam a pesquisa contribuem para que as antigas galerias auríferas sejam visibilizadas no campo da educação patrimonial e da educação das

relações étnico raciais em prol da valorização da cultura africana e afro-brasileira, visto que ainda carregamos a ideia de embranquecimento:

A construção do brasileiro tem como pilar teórico as três raças, mas o que vemos, na prática, é um Brasil embranquecido que não dá espaço para o negro se ver e construir uma identidade étnica que se traduza em cidadania em suas dimensões política, social, econômica, cultural.

Assim, no processo de luta contra o racismo é da maior importância construirmos uma identidade afro-brasileira. Não para desbancar a ideia de brasilidade, mas para que, a partir dessa construção, os negros possam exercer, de forma plena, sua cidadania e lutar contra o racismo. (OLIVEIRA, 1999, p. 9).

Para Schwarcz (2019), é característico dos estados modernos e autoritários a reprodução do racismo e das desigualdades em todos os âmbitos do corpo social. Diante da perspectiva de Schwarcz (2019) e sabendo da cultura colonialista predominante em Ouro Preto, apurou-se a necessidade de refletir sobre esses espaços históricos, campo da produção aurífera – que, por sinal, estão localizados em zonas periféricas e são esses os lugares que agregam a população negra. Além disso, buscou-se compreender qual é o diálogo das minas com a educação das relações étnico-raciais. Vivemos em uma sociedade em que a cultura dominante é eurocêntrica e, por muito tempo, a historiografia contribuiu para a construção de um projeto dominante onde o negro foi colocado como vítima (BONZATTO, 2011). O que queremos é produzir conhecimento que enalteça a cultura africana e afro-brasileira, contribuindo com a autoestima da juventude negra.

Ao realizar a busca de dados sobre o que havia sido produzido nos últimos cinco anos (2015-2019) sobre os locais Mina do Chico Rei e Mina do Veloso nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Plataforma Sucupira¹³ e no repositório da UFOP, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Chico Rei”, “Mina da Encardideira”, “Mina do Veloso” e “Serra do Veloso”; nada foi encontrado.¹⁴ Buscou-se expandir o recorte temporal, abarcando o período de 2000 a 2019. Ao fazer o levantamento bibliográfico acadêmico de estudos realizados sobre esses locais, compreendeu-se que existe uma defasagem, sobretudo no campo da educação. Além do mais, foram realizadas buscas sobre as técnicas de mineração utilizadas pelos africanos em território brasileiro no

¹³ As palavras-chave foram consultadas nas áreas: Antropologia/Arqueologia, Educação, História, Engenharia I, Engenharia II, Engenharia III e Engenharia IV, de acordo com as classificações de periódicos do triênio dos anos de 2010-2012 e de 2013-2016. Foram consultadas todas as categorias e classificações das revistas, porém, nenhum resultado foi encontrado.

¹⁴ O Professor Dr. Marcus Vinicius Fonseca colaborou com minha pesquisa ao indicar a dissertação da Amanda Melissa Santos, intitulada: “O grande Aganga Muxique Chico Rei a presença do mito negro no reinado do Alto da Cruz”, a qual, até o momento, não havia sido arquivada no repositório da Universidade Federal de Ouro Preto.

século XVIII, tendo sido encontrados os trabalhos de Dias (2014) e Gonçalves (2004), o que torna a pesquisa significativa e inovadora tanto para a comunidade de pesquisadores, quanto para a comunidade leiga que tem interesse no assunto.

Foi possível encontrar na plataforma CAPES dois artigos com a palavra-chave “Chico Rei”, são eles: “História pública e cinema: o filme Chico Rei e o conhecimento histórico” (FERREIRA, 2014) e “História pública e ensino de história: um olhar sobre o filme no livro didático” (FERREIRA, 2017). Ainda na mesma plataforma, fora encontrado com a palavra-chave “Serra do Veloso” o seguinte trabalho: “Vestígios da mineração de ouro na Serra do Veloso: uma contribuição à geo-história de Ouro Preto-MG” (CAMPOS, 2014). No repositório da UFOP encontrou-se apenas a dissertação de mestrado com a palavra “Serra do Veloso” pertencente à Ferreira (2017). Em contrapartida, nenhum estudo com as palavras-chave “Mina da Encardideira” e “Mina do Veloso” fora identificado em nenhuma das plataformas. Não obstante, um professor do departamento de história da UFOP¹⁵, que foi meu professor, perguntou-me sobre minha pesquisa e disponibilizou uma dissertação de mestrado de sua orientanda, que, em um dos capítulos, abordou a Mina do Chico Rei e a Mina do Veloso.

Antes da pesquisa ser iniciada, o pré-projeto deveria ser aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)¹⁶. Para que fosse aprovado, algumas documentações deveriam ser providenciadas, como a carta de anuência¹⁷ carimbada e registrada no Cartório do 1º ofício de notas da cidade e a prévia da carta de compromisso¹⁸, a qual deixava claro quais eram os objetivos da pesquisadora na investigação do espaço. Após alguns meses, a pesquisa foi aprovada sem nenhuma pendência e pude prosseguir para campo. É válido ressaltar que, além da observação, foi utilizada também a técnica da escrita do diário de campo para que fosse possível refletir sobre as experiências que vivenciei em minha investigação.

Os caminhos metodológicos basearam-se na investigação empírica que ocorreu através da entrevista semiestruturada, por meio de um roteiro¹⁹, aplicado aos guardiões dos espaços históricos Mina do Chico Rei e Mina do Veloso. As entrevistas foram realizadas individualmente e no local que o entrevistado sugeriu. Além disso, os dados coletados foram registrados através de um gravador e posteriormente transcritos pela pesquisadora. A pesquisa foi realizada de forma que garantisse a dignidade humana e a proteção dos indivíduos

¹⁵ O professor doutor Marcelo Abreu do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto disponibilizou a dissertação de mestrado de sua orientanda.

¹⁶ O comprovante de submissão do projeto ao Comitê de Ética está disponível em apêndice A.

¹⁷ Disponível nos apêndices B e C.

¹⁸ Disponível nos apêndices D e E.

¹⁹ O roteiro está disponível no apêndice F.

participantes através da determinação da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para a realização da observação científica dos espaços Mina do Chico Rei e Mina Du Veloso e efetivação das entrevistas, foi disponibilizado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis por estes locais. No TCLE foi explicitado aos participantes: a natureza da pesquisa, os direitos, os métodos, os objetivos, os riscos e eventuais benefícios.

Segundo Colognese e Mélo (1998), a entrevista é um processo que permite uma interação social entre o entrevistador e o entrevistado, de modo que o primeiro adquira informações através de um roteiro estruturado onde as perguntas serão previamente determinadas e conduzirão a entrevista. Nessa perspectiva, com o propósito de responder os objetivos instituídos, foi realizada a observação do campo com caráter científico, ou seja, que tem o objetivo de coletar dados que sejam válidos e confiáveis, como expõe Vianna (2003). Foi primordial que ela fizesse anotações discriminadas cuidadosamente, tendo a habilidade de saber pesquisar e observar, exercendo a tarefa com a mente aberta, paciência e sensibilidade. Para isso, foi utilizado um diário de campo, no qual os dados adquiridos foram registrados. Essas técnicas, apresentadas por Vianna (2003), possibilitaram a análise e estudo de situações problemáticas, podendo exibir conclusões. Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico histórico sobre os espaços citados e as práticas de produção do engenho dos negros africanos.

Ao considerar o presente trabalho uma pesquisa empírica, foi necessário, em primeiro lugar, ter a consciência de que o campo investigado carrega consigo diversas subjetividades e individualidades, o que requer segurança e compromisso ético para não ferir a integridade dos participantes. Gatti (2002) aponta que o conhecimento e a pesquisa são conceitos interligados com a finalidade de construir a compreensão de determinado objeto de estudo. Para isso, foi necessário ter a consciência de que não existem verdades absolutas e que o conhecimento nunca terá apenas uma definição, principalmente, ao tratar de sujeitos.

O primeiro capítulo, intitulado “Novos olhares, velhas memórias”, contextualiza o processo de colonização no Brasil e, principalmente, a história da cidade de Ouro Preto e o desenvolvimento da produção aurífera pelos africanos escravizados durante o ciclo do ouro. Do mesmo modo, busquei trazer referências que abordassem a produção aurífera produzida no continente africano antes que o tráfico transatlântico entre africanos e portugueses começasse a difundir-se.

Iniciamos o segundo capítulo “Guardiões das Riquezas” trazendo à tona o pensamento e as vozes dos guardiões das minas. Baseando-se nas ideias de Arroyo e Ribeiro (2012), identificam-se esses espaços e seus responsáveis como resistentes, que pensam novas formas de aplicar processos educativos que desconstruem perspectivas dos processos históricos criadas no imaginário social. Isso pode ser visto, também, na afirmação desses próprios guardiões, como se reconhecem, ressignificam e politizam a ideia de raça diante do pensamento imaginário construído socialmente – encontramos isso no papel do movimento negro em Nilma Lino Gomes (2017). Serão apresentadas as histórias da Mina do Chico Rei e Mina Du Veloso, a importância para a memória da comunidade local e a relevância patrimonial na constituição da cidade de Ouro Preto. Consideraremos as colaborações de Foucault (1987) trazidas no estatuto de verdade e produção de discurso. Para mais, foram apresentados os resultados da pesquisa a partir das questões que norteiam a investigação, de forma a concatenar esses espaços com a educação das relações étnico-raciais.

No terceiro e último capítulo “Minas auríferas: para além do turismo” será exibida a importância de Ouro Preto como patrimônio da humanidade, assim como as relações existentes entre as minas Chico Rei e Du Veloso com o patrimônio do município. Ademais, tem-se como intenção refletir sobre a educação das relações étnico-raciais nesses espaços, como os vestígios da mineração podem ser utilizados na ampliação dos currículos escolares e a difusão do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Por fim, chegamos às considerações finais sobre a relevância dos resultados alcançados, as contribuições da pesquisa no contexto social da cidade e a emergência de mais estudos como este no campo da educação das relações étnico-raciais e da educação patrimonial.

CAPÍTULO 1: NOVOS OLHARES, VELHAS MEMÓRIAS

Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador.
Provérbio Africano.

“Novos olhares, velhas memórias” nos fazem projetar a imaginação e viajar no tempo, em uma época não tão distante e extremamente significativa na constituição do imaginário brasileiro do que fora o comércio de africanos escravizados durante o período da expansão aurífera nos sertões da colônia.

As relações existentes entre África e o Brasil-Colônia são enfatizadas neste capítulo, a fim de exibir um olhar a partir de uma perspectiva que não fosse totalmente eurocêntrica. É exibido ao leitor, de forma sucinta, a riqueza que os reinos africanos possuíam no período anterior à invasão europeia, e, além disso, evidenciou-se que o contato entre os povos africanos e os invasores europeus desencadearam uma série de transformações e influências tanto para os africanos, quanto para os brasileiros e portugueses.

Novas perspectivas, para além do que nos fora ou não mostrado nos livros de história, são abordadas neste capítulo. O conhecimento das técnicas de mineração africana, o percurso até o embrião do ouro brasileiro, dentre outros. Buscou-se trabalhar com autores africanos e africanistas que pudessem enriquecer este trabalho.

1.1 Tráfico transatlântico, mineração e conhecimento africano: relações entre África e Brasil Colonial

O desenvolvimento das tecnologias está conosco diariamente, perpetuando-se e modificando-se dentro das civilizações, ao longo da história humana. Um dos maiores marcos históricos fundamenta-se no desenvolvimento da metalurgia. O domínio de metais e suas ligas proporcionaram que muitas civilizações antigas prosperassem, como os povos pertencentes ao continente africano.

Ao investigar as civilizações africanas da antiguidade, nota-se que muitos trabalhadores, dominavam as técnicas de fundir metais e “[...] os joalheiros eram os artesãos que mais ganhavam dinheiro com a venda de suas produções. O ouro utilizado na confecção dessas joias era retirado das minas localizadas próximas ao Mar Vermelho e que representaram a maior riqueza do reino de toda a Núbia” (SANTOS, 2017, p. 34). A autora nos mostra que os habitantes do reino da Núbia, conhecidos também como cuchitas e um dos povos mais antigos

da África, tinham o conhecimento de galerias, minas de ouro. De acordo com Santos (2017, p. 32) “[...] a história é longa. Os primeiros povos começaram a ocupar a região por volta de 7000 mil A.E.C., e eram formadas por homens e mulheres que foram chamados pelos gregos e romanos de etíopes que significa ‘aqueles que têm a pele negra’.”

As sociedades africanas da Idade Média não se diferenciam muito com relação ao seu passado, na medida em que diversos outros reinos dominavam as técnicas de fundição e práticas de mineração. O reino de Gana fora um dos mais famosos devido à abundância de ouro, a fama espalhou-se no Oriente Médio, no norte da África e na Europa. A existência do reino iniciou no século IV e decaiu no século XVIII (SANTOS, 2017). Outro reino conhecido pelas minas de ouro e pela adesão do islamismo é o Império de Mali que possuía uma hierarquização social formada por castas trabalhistas, como artistas que manuseavam metais, os ferreiros e os conhecidos vilas, que tinham o conhecimento de antigas técnicas de extração aurífera (SANTOS, 2017).

O período dominado pela era cristã, no mundo ocidental, constitui um cenário histórico marcado pelo contato entre diversos povos, consequência das rotas comerciais terrestres. Mendes (2004) pondera que a escravidão africana já ocorria e ganhou amplitude e comércio com os portugueses, no decorrer do Período Henriquino²⁰, mais precisamente entre 1415-1460. É elementar ter o conhecimento prévio de que esse período é marcado pela transição de mentalidades, economia, expansão do comércio marítimo, entre outros fatores, que estavam dentro de um conjunto denominado feudalismo e transferem-se para uma doutrina batizada de mercantilismo.²¹

Acentua-se que o comércio de africanos escravizados já era praticado antes da expansão marítima, ainda assim, isso não ocorrera através da dominação portuguesa imediata em solo africano. Os africanos escravizados só foram para solo português porque:

A bula *Romanus Pontifex* de 1455 legitimou o comércio de escravos e sua introdução na Europa cristã, justificando-o através da conversão e evangelização dos gentios africanos, escravizados por povos rivais ou capturados através da guerra justa. Este comércio foi incrementado na medida em que os portugueses chegaram à costa ocidental africana e estabeleceram contatos e negócios com os povos locais. A demanda europeia beneficiou-se da preexistência de um mercado de escravos na África, assim como de seu papel na formação econômica, política e social africana. (GUIMARÃES, 2011, p. 1).

²⁰ A discussão sobre o Período Henriquino é um debate que se estende para além dessa dissertação. Ainda assim, para aprofundamento, recomenda-se a leitura de João (1994).

²¹ Para uma maior compreensão dos acontecimentos que marcaram historicamente a transição da Idade Média para a Idade Moderna, sugere-se a análise de Medeiros Júnior, Falcetti e Lima Filho (2017).

Ainda que os portugueses tivessem chegado à costa ocidental africana com a intenção de apoderar incontinenti, Santos (2017) evidencia que a tentativa de cruzar a costa litorânea do território africano não foi bem-sucedida, pelo contrário, foram vedados pelas doenças, como febre amarela e malária, e ataques feitos com arco e flecha pelos africanos. Por outro lado, conforme Silva

Desde os primeiros contatos, ainda no século XV até o chamado de período colonial, a relação dos portugueses com os africanos no que diz respeito à exploração dos minerais foi marcada pela tensão e muitas vezes pela violência. Durante vários séculos, os africanos evitaram o acesso dos portugueses a essas minas através da criação de armadilhas e informações equivocadas sobre a localização das mesmas, buscando manter o controle dessas nas mãos de chefes e reis. (SILVA, 2008, p. 11).

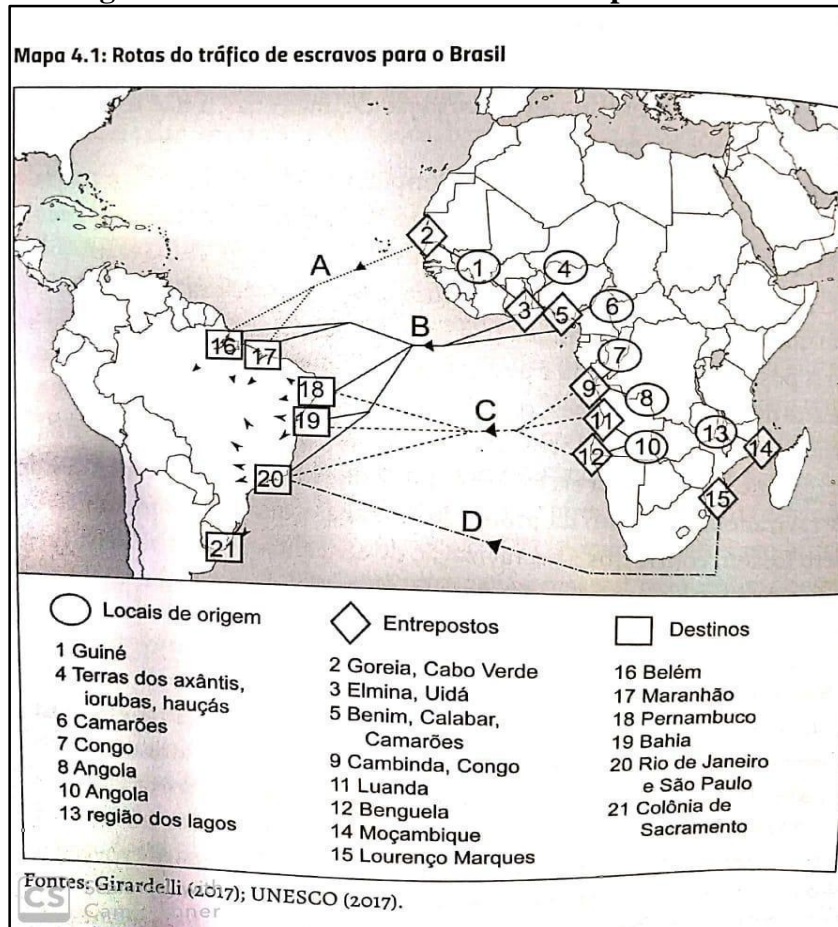
Como não obtiveram prestígio, a alternativa encontrada pelos portugueses foi estabelecer uma estratégia política comercial, através de uma nova mercadoria que adentrava o mundo ocidental, - o escravizado africano.²² Para complementar

A soberania das sociedades africanas também impediu que os portugueses tivessem acesso às minas de ouro que haviam sido descritas pelos viajantes árabes. A quantidade de ouro que os portugueses conseguiram comprar no continente africano era muito menor do que eles haviam sonhado. Por isso, eles rapidamente transferiram seus interesses comerciais para outra mercadoria: o escravo africano. (SANTOS, 2017, p. 129).

Com a expansão das grandes navegações, na Idade Moderna, o contato entre portugueses e os povos africanos intensifica-se, sobretudo através da escravidão, que se converte na principal fonte econômica dos invasores. A ‘descoberta’ do Novo Mundo, a ganância em colonizar a América e as rivalidades entre os povos africanos foram fatores determinantes para que o comércio transatlântico de negros escravizados se tornasse um sucesso. Diversas rotas entre África e Brasil ocorreram desde o século XVI até o século XIX. No mapa abaixo, têm-se destacados os trajetos da comercialização dos africanos escravizados, as principais regiões de onde saíam da África e seus destinos:

²² Para um conhecimento mais profundo acerca das relações escravocratas entre Portugal e África durante esse período, propõe-se a leitura de Guimarães (2011).

Figura 1 – Rotas do tráfico de escravos para o Brasil



Fonte: (GIRARDELLI, 2017; UNESCO, 2017 apud SANTOS 2017).

Para complementar, na figura abaixo, encontra-se disponível o número estimado de africanos escravizados que desembarcaram no Brasil Colonial, desde o período em que o ouro ascendeu no início do século XVIII até mesmo quando a produção aurífera estava esgotando:

Figura 2 – Estimativa dos escravos africanos desembarcado no Brasil, por procedência regional

**2.3 – Estimativas dos escravos africanos desembarcados no Brasil,
por procedência regional – 1701-810**

PERÍODO	ESTIMATIVAS DOS ESCRAVOS DESEMBARCADOS			PERÍODO	ESTIMATIVAS DOS ESCRAVOS DESEMBARCADOS		
	Total	Procedência			Total	Procedência	
		Costa do Marfim	Angola			Costa do Marfim	Angola
TOTAL	1 891 400	605 500	1 285 900	1751-1760	169 400	45 900	123 500
1701-1710	153 700	83 700	70 000	1761-1770	164 600	38 700	125 900
1711-1720	139 000	83 700	55 300	1771-1780	161 300	29 800	131 500
1721-1730	146 300	79 200	67 100	1781-1790	178 100	24 200	153 900
1731-1740	166 100	56 800	109 300	1791-1800	221 600	53 600	168 000
1741-1750	185 100	55 000	130 100	1801-1810	206 200	54 900	151 300

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990).

As regiões demarcadas na Figura 2, como Costa do Marfim e Angola, correspondem a povos da região da África Ocidental e a África Central, o que significa que os africanos comercializados na condição de escravos não eram de apenas um lugar específico. Ou melhor, o comércio de escravos ocorria em várias partes da África, todavia, quando os escravizados chegavam aos portos da região sudeste do Brasil, “[...] muitos dos senhores preferiam comprar escravos vindos da Costa da Mina, pois eles já conheciam o manuseio do ferro, o que facilitava a extração e a fundição do ouro” (SANTOS, 2017, p. 173).

A África Ocidental ficou conhecida por muito tempo, pelos invasores portugueses, como Costa da Mina. Segundo Parés (2018), a região litorânea se propaga do rio Senegal (no atual Senegal) até o cabo Lopez, na linha do Equador (atual Gabão). Designa-se o termo “mina” aos africanos que outrora habitavam a fortaleza construída pelos portugueses entre 1482 e 1488, conhecida como São Jorge da Mina. A *posteriori*, os africanos que foram capturados e escravizados na Costa da Mina passaram a atender essa designação (PARÉS, 2018, p. 79). Quando chegavam ao porto do Rio de Janeiro, os escravizados da Costa da Mina eram geralmente destinados para Minas Gerais. Segundo Parés:

[...] estes, para além da sua força física, e a despeito de sua reputação de insurgentes, eram apreciados como ‘os melhores mineiros das minas de ouro do Brasil’, ou, como

afirma uma correspondência de 1726: ‘ não há mineiro que possa viver sem nem uma negra mina, dizendo que só com elas tem fortuna. (PARÉS, 2018, p. 80).

Conforme Ferreira (2018), os africanos da região da África Central, que se estende de Gabão até o sul de Angola, também foram alvos dos invasores portugueses. No entanto, a partir de tais informações, é necessário atentar-se que tanto a África Ocidental quanto a África Central possuíam diversas nações que se diferenciavam. Parés (2018) revela registros de que as Minas Gerais receberam escravizados de nações cobus, couras ou couranas, ardas, fons, xambás, nagôs ou anagôs, carabaris, São Tomé, Cabo Verde, tibus, fulas e mandingas.

Compreendemos que o tráfico transatlântico de escravizados fora um comércio realizado que já estava ocorrendo há um tempo entre os invasivos comerciantes europeus e os reinos africanos, sobretudo a partir da metade do século XVII:

Tanto na **Costa da Mina** quanto na **África Central**, os embarques de escravos eram direcionados sobretudo ao Brasil, que recebeu um número de africanos cativos quase **dez vezes maior** do que as colônias inglesas da América do Norte e apenas comparável àquele recebido pelo Caribe. Para explicar o porquê da proeminência brasileira, é preciso considerar diversos fatores. Em primeiro lugar, as duas regiões tinham **óbvia proximidade geográfica com o Brasil**, e os contatos marítimos eram favorecidos por correntes e regime de ventos no Atlântico. Em segundo lugar, a Costa da Mina e sobretudo a África Central gravitavam na órbita de influência luso-brasileira, algo que se tornou ainda mais acentuado à medida que várias nações europeias se retiraram do tráfico atlântico, a partir de fins do século XVIII. Nos dois casos, boa parte do tráfico **dependia de redes comerciais e logísticas** que, se prosperavam no interior do Império português, eram na verdade em grande medida **controladas a partir do Brasil**. Essa característica **distinguiu o tráfico luso-brasileiro do comércio de cativos organizado por outras nações europeias**, nas quais a participação de negociantes metropolitanos – no contexto do chamado comércio triangular – foi mais acentuada do que no caso português. Aqui reside também a explicação para os números estratosféricos do embarque de cativos para o Brasil. Em outras palavras, a interação direta entre duas colônias portuguesas – com o envio de mercadorias produzidas no Brasil para Angola – estimulou a economia do tráfico atlântico e o impacto sobre sociedades africanas. (FERREIRA, 2018, p. 55-56, grifo nosso).

Por mais de três séculos, a comercialização de africanos escravizados rendeu ganhos ao reino de Portugal e ajudou na exploração e povoamento de suas colônias. As relações comerciais transatlânticas estabelecidas entre o continente africano e a colônia luso-portuguesa geraram relações para além daquilo que fora criado no nosso imaginário coletivo. O historiador africano Soumonni (2001) aborda em seus estudos reflexões acerca das relações comerciais que

se estabeleceram entre os africanos do reino de Daomé²³ e os brasileiros e portugueses durante o período colonial.²⁴

Também houve um impacto quando os invasores chegaram em terras desconhecidas do Novo Mundo. Quando os portugueses chegaram ao território que conhecemos hoje como Brasil, viviam milhares de povos indígenas, dos quais os então invasores apoderaram-se da mão de obra escrava.²⁵ Quando as relações transatlânticas entre Brasil e África começaram a se solidificar, Albuquerque e Fraga Filho ilustram que

Por volta da segunda metade do século XVI, a oferta de escravos indígenas começou a declinar e os africanos começaram a chegar em maior quantidade para substituí-los. Diversos fatores levaram à substituição do índio pelo africano. As epidemias dizimaram grande número dos que trabalhavam nos engenhos ou que viviam em aldeamentos organizados pelos jesuítas. A fuga dos índios para o interior do território provocou aumento dos custos de captura e transporte de cativos até aos engenhos e fazendas do litoral. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 40).

No fim do século XVII quando o ouro é encontrado no interior do Brasil-Colônia, supostamente pelos bandeirantes, muitos dos africanos deportados para colônia luso-portuguesa começaram a desembarcar, em especial, nos portos do Rio de Janeiro ou São Paulo, tendo como destino o interior do país:

[...] a última década do século XVII marcou a descoberta do ouro no centro da região correspondente ao atual Estado de Minas Gerais, nas localidades de Tripuí, Antonio Dias, Padre Faria, Bueno e Bento Rodrigues, onde veio a surgir o notável centro minerador de Vila Rica (atual Ouro Preto). Tal descoberta assinala o início do Ciclo do Ouro, o qual perdura por todo o século XVIII, sendo responsável pelo surgimento de um surpreendente processo de ocupação e prosperidade naquela região. (CALAES; FERREIRA, 2009, p. 24).

Surgira então um novo caminho que adentrava os sertões ricos em ouro, que, para ser extraído era necessário utilizar mão de obra barata, no caso, dos escravizados. Nesse sentido, muitos dos africanos chegavam nos portos da costa litorânea brasileira, onde foram vendidos, em especial, para proprietários de minas e, juntamente com seu explorador, seguiam pelo novo

²³ Localizado na África ocidental, atualmente corresponde a República de Benim.

²⁴ O contato entre o reino de Daomé e principalmente com os brasileiros durante o período colonial estabeleceu forte ligação cultural entre Brasil e a atual República de Benim, que se perpetuou até os dias de hoje. Um exemplo dessas influências culturais que se encontra presente no Brasil é o consumo de azeite de dendê. Para melhor compreensão do tema, recomenda-se a leitura de Soumonni (2001).

²⁵ Para uma melhor compreensão do projeto indigenista implantado pela Coroa Portuguesa, ocorrido durante o período pré-colonial e colonial, recomenda-se a leitura de Perrone-Moisés (1992).

caminho, que a *posteriori* ficou conhecido como Estrada Real²⁶. A estrada do inferno estava traçada, muitas das vezes pelos próprios escravizados, uma vez que:

Foram os africanos e seus descendentes, juntamente com os indígenas escravizados, que desbravaram matas, ergueram cidades e portos, atravessaram rios, abriram estradas que conduziam aos locais mais remotos do território. Na marcha para o interior, guerrearam com povos indígenas que se opunham ao avanço colonizador ou se associaram aos nativos quando fugiam para a mata para formar quilombos. Eram também os escravos que conduziam tropas e carretos que tornaram possível o intercâmbio entre o interior e as cidades litorâneas. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 42).

Suas escolhas foram-lhes retiradas e seus destinos guiados para Vila Rica.

²⁶ Vidigal (2004, p. 44) define o nome Estrada Real: “Como tais vias eram de propriedade da Coroa Metropolitana, o nome Estrada Real passou a referir-se a estes caminhos em função de sua antiguidade, importância e natureza oficial.”.

Figura 3 – Mapa da Estrada Real



Fonte: Mourão (2020).

Na Figura 3, tem-se o delineamento à constituição da Estrada Real que estabelecia conexão entre o Rio de Janeiro até os núcleos de mineração aurífera e extração de diamante. É conhecido como Caminho Velho o trajeto que interligava o porto de Paraty, localizado no Rio de Janeiro, até Ouro Preto. Em compensação, o Caminho Novo é visto pela ligação mais

próxima entre o porto do Rio de Janeiro e Ouro Preto. Na época atual, a emblemática Estrada Real possui relevância na constituição da história do país e no ecoturismo:

... a Estrada Real possui em seu trajeto Patrimônios da Humanidade, como as cidades de Ouro Preto e Diamantina e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, e uma cidade em processo de obtenção deste título (Paraty). Além disso, estão presentes vários patrimônios naturais e histórico-culturais em nível nacional, estadual e municipal.

Essa revitalização é resultado de uma parceria do governo estadual com entidades como a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) e o Instituto Estrada Real. O projeto Estrada Real é a principal iniciativa do governo de Minas Gerais na área de turismo e o mais importante programa turístico em implantação no País. Seu objetivo é promover o desenvolvimento dos 162 municípios mineiros situados na área de influência da Estrada Real, por meio do incentivo ao turismo cultural, religioso, histórico e rural, ecoturismo e turismo de aventura. (INSTITUTO ESTRADA REAL, MG, 2019).

Nos dias de hoje, a Estrada Real tornou-se atração turística para aqueles que desejam conhecer um pouco mais da história romantizada do nosso país. No entanto, realizar algum desses trajetos naquele tempo, cremos que não era tão agradável assim, especialmente se você estivesse na condição de sequestrado e escravizado. Isso porque, depois de atravessar o Oceano Atlântico em condições desumanas, os escravizados que chegavam ao Brasil “[...] passavam por um breve exame médico e eram rapidamente vendidos” (SANTOS, 2017, p. 174). E mais,

Os africanos mais fragilizados, principalmente aqueles que haviam contraído **escorbuto**²⁷, passavam por um processo de quarentena em galpões localizados na região portuária. Nesses locais eles recebiam uma alimentação especial para recuperar suas forças o mais rápido possível. Assim que estivessem mais fortes, eram levados para os mercados onde seriam comprados. A partir de então, o destino desses africanos estava atrelado ao de seu senhor e, em muitos casos, eles tinham de continuar a viagem só que agora pelo interior do Brasil (SANTOS, 2017, p. 174, grifo da autora).

Isto posto, no próximo tópico, desembarcamos pelos sertões no interior do Brasil Colonial, viajaremos por um tempo inimaginável, onde o ouro, cobiça e desejo são fatores indiscutíveis na ascensão social dos habitantes da antiga Vila Rica.

1.2 Os sertões do ouro, as heranças coloniais

A presença dos metais preciosos e a história do país tropical acarretaram um agressivo processo de exploração na província de Minas Gerais ao longo de 150 anos de extração do ouro,

²⁷ Segundo Santos (2017, p. 174) “[...] o escorbuto é uma doença resultante de falta de vitamina C, que foi o grande flagelo dos marinheiros nas longas viagens em que comiam basicamente carne salgada e bolacha. O problema só começou a ser controlado quando o limão foi incluído nas rações de bordo”.

abastecendo as riquezas dos colonizadores e servindo de base para a Revolução Industrial na Europa²⁸ – custeado através da escravidão de negros africanos traficados ou capturados para trabalharem na colônia luso-portuguesa, em especial, nas minas.

Não se sabe ao certo quem foi o primeiro a encontrar ouro nas localidades e serras auríferas da antiga comarca de Vila Rica²⁹, contudo, há quem acredite que o bandeirante Antônio Dias e o padre Faria Fialho foram os primeiros a descobrir tal metal precioso e o explorado nos anos de 1699, 1700 e 1701, como aponta o viajante Wilhelm Ludwig von Eschwege ³⁰(1979) em sua narrativa *As Riquezas do Brasil*. Tal senhor relatou acerca das riquezas naturais que se encontravam em solo brasileiro, essencialmente em Minas Gerais.

De acordo com Eschwege (1979) as bateias de madeiras foram aderidas após a chegada dos africanos, visto que eles tinham o domínio das técnicas de mineração e sabiam a forma mais rápida de separar o ouro da terra. Em suas memórias, Eschwege (1979) descreve como foram realizadas as primeiras coletas do metal dourado – os faiscaidores retiravam o ouro dos córregos dos rios de maneira considerada primitiva, já que extraíam o ouro com pequenas vasilhas. Sobre o ofício de ser faiscaidor, Rezende especifica

[...] a posse ou não de escravos estabelecia **a diferença entre ser minerador e faiscaidor àquela época**. Aqueles que não possuíam escravos, pretendendo estabelecer-se nas Minas, mantinham relações com os poderosos senhores de escravos e ocupavam funções que, pelo menos inicialmente, não interessavam a esses: o plantio de roças, o pequeno comércio, a faiscação nas datas dos mineradores de lavras, a cata nas encostas das montanhas, entre outras atividades”. (REZENDE, 2013, p. 74, grifo nosso).

Para Eschwege, somente com a chegada dos africanos as técnicas de mineração foram aperfeiçoadas:

²⁸ Segundo Fausto (2019), Portugal dependia financeiramente da Inglaterra na virada do século XVIII, o que ocasionou o Tratado de Methuen entre os dois países. Tal acordo consistia na entrada de produtos têxteis ingleses em Portugal e na tributação dos vinhos portugueses importados. Entretanto, “[...] o desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra foi, por muitos anos, compensado pelo ouro vindo do Brasil. Os metais preciosos realizaram assim um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região de minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de dom João V (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obra como o gigantesco palácio-convento de Mafra; a terceira parte, finalmente, de forma direta, por via de contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra” (FAUSTO, 2019, p. 86-87).

²⁹ Porto (2012, p. 3) exhibe que a divisão de terras da região da comarca de Vila Rica agrega atualmente as microrregiões de Ouro Preto que “abrange os municípios de Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto; e de Conselheiro Lafaiete que abarca os municípios de Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Entre Rios, Itaverava, Ouro Branco, Queluzito, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí.”

³⁰ Eschwege foi um aristocrata alemão, especialista em geologia e mineralogia, transferido de Lisboa para o Rio de Janeiro, juntamente com a Família Real, em 1808.

Deve-se **principalmente aos negros a adoção das bateias de madeira**, redondas e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro, que permitem a separação rápida do ouro da terra, quando o cascalho é bastante rico. A eles se devem, também, as chamadas *canoas*, nas quais se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter ouro, que se apura depois em bateias. (ESCHWEGE, 1979, v. 1, p. 168, grifo nosso).

Como pudemos notar, a partir dos estudos contemporâneos de Rezende (2013), existem diferentes pontos de vista quanto ao uso de conceitos para identificar a classe mineradora do século XVIII, uma vez que existiram, durante um certo período, os inventários que distinguiam a estratificação social mineira colonial. A partir de tais estudos e dos relatos de Eschwege (1979), podemos compreender que existiam diversos paradoxos e complexidades relacionados à sociedade, existentes em tal período.

Retomando ao aperfeiçoamento das técnicas de mineração pelos africanos, antes de os portugueses chegarem em território africano, o ouro de aluvião já era explorado em civilizações como Bambuk, Buré e Lobi (SILVA, 2011). Isso corrobora com o pensamento de que os africanos foram deportados para a colônia portuguesa com a intenção de terem seus conhecimentos e técnicas de mineração explorados pelos colonizadores.

Outra questão é saber que

A mineração aurífera colonial em Minas Gerais, de forma geral, pode ser dividida em 2 métodos básicos, a mineração “de cascalho” e a mineração “de morro”, cujas definições são: 1) *Mineração de cascalho*: aquela realizada nos depósitos aluvionares, ou seja, no leito dos rios, nos tabuleiros e nas grupiarias (depósitos mais elevados no sopé das encostas). Era a forma mais fácil de exploração, com grande proveito e menores riscos; 2) *Mineração de morro*: aquela onde o ouro era buscado na rocha matriz, nos veios e filões. Realizada por métodos a céu aberto e/ou subterrâneo. (FERREIRA, 2017, p. 67).

A fotografia abaixo é de 1880, foi registrada por Marc Ferrez³¹, na então província de Minas Gerais³². Na imagem, é possível observar à frente trabalhadores escravizados realizando o trabalho de extração de ouro em um córrego, ou seja, utilizando a prática da mineração de cascalho. O instrumento que um deles utiliza é a bateia e, no chão, está a enxada. Na Figura 4, ao fundo da imagem, tem-se um grande casarão habitado pelos senhores, a casa grande:

³¹ Marc Ferrez, nascido no Rio de Janeiro em 1843, foi um fotógrafo da Comissão Geológica do Império. Sua biografia completa pode ser encontrada na plataforma digital Itaú Cultural (2020).

³² Não se tem o registro do local exato onde a fotografia foi capturada, contudo, o que se sabe é que fora província de Minas Gerais). A imagem pode ser encontrada no acervo digital Instituto Moreira Sales (2019).

Figura 4 – Lavagem de ouro, Marc Ferrez, 1880



Fonte: Klein (2018).

Como dito, a extração do minério aurífero era realizada nos rios ou córregos. O ouro de aluvião é formado a partir de:

Os depósitos de ouro de aluvião são formados ao longo do tempo nos locais por onde um rio corre, ou correu, em terrenos ricos em ouro. A força erosiva da água remove a rocha circundante devido à sua densidade comparativamente baixa, enquanto o ouro, mais pesado, resiste a ser movimentado. O ouro de aluvião normalmente assume a forma de pó, lascas finas ou pepitas. (CDE GLOBAL, [20--]).

Posteriormente, quando o ouro se esgotou nas minas setecentistas da colônia, nos locais de fácil acesso, outras alternativas de extração tornaram-se evidentes. No caso, as galerias subterrâneas eram cavadas nos morros, onde “[...] os canais são traçados quase em nível, e o mineiro, sem conhecimentos amplos de Matemática, possuiu muita habilidade para isso” (ESCHWEGE, 1979, v. 1, p. 174). O relato mostra que, para que fosse possível realizar as escavações dentro de rochas e construir as galerias subterrâneas, era necessário que tivesse um domínio matemático, contudo, o viajante não deixa explícito quem era esse mineiro.

Apesar de o estrangeiro não especificar quem era esse mineiro, Ferreira mostra que

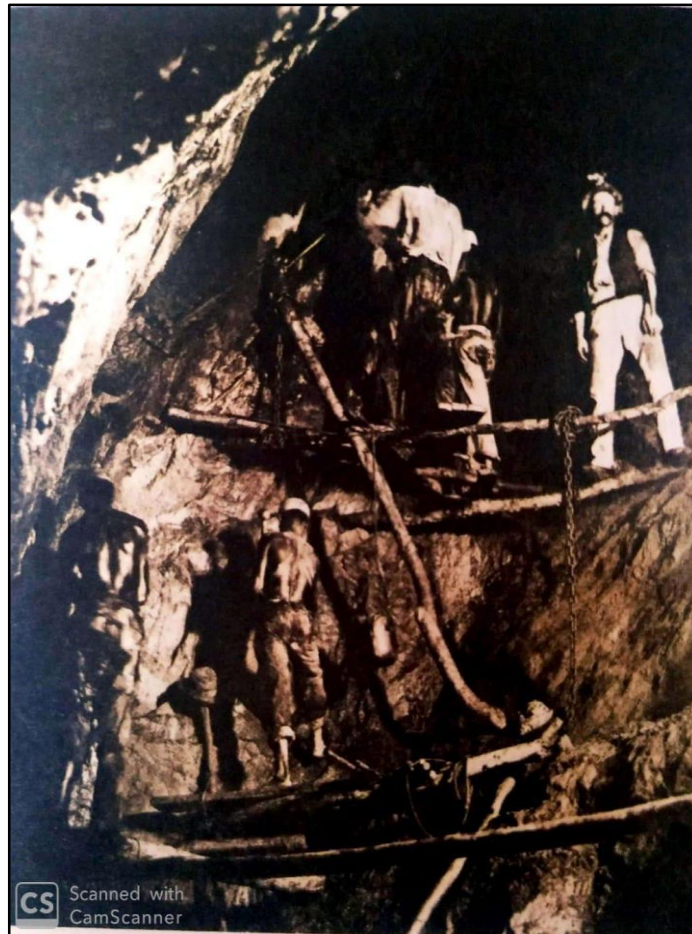
Com os estudos históricos e arqueológicos sobre o tema da mineração já realizados, tem-se esboçado um quadro da tecnologia colonial de mineração que mostram dinâmicas e avanços nas técnicas e métodos de extração e beneficiamento de minerais ao longo do século XVIII e XIX, por meio de soluções, criações e adaptações desenvolvidas pelos proprietários das lavras, por **trabalhadores livres**, e principalmente **pelos africanos escravizados**, que **já detinham técnicas de mineração e metalurgia** quando sequestrados para trabalhar no Brasil. Diante das

necessidades, das condições naturais locais e dos resultados das explorações as fontes arqueológicas e os vestígios materiais das técnicas em uso na época mostram **a complexidade das estruturas de exploração mineral e a precisão técnica e visão espacial acurada de seus construtores.** (FERREIRA, 2017, p. 57, grifo nosso).

Por conseguinte, reforça-se a ideia de que esses vestígios arqueológicos da mineração colonial fazem com que ocorra “[...] grande curiosidade devido ao fascínio pelo subterrâneo e pela mística que a envolve, constituindo um meio com grande potencial para sensibilização de questões atuais, relacionadas com o ambiente e a geologia” (FERREIRA, 2017, p. 58). Para tanto, podemos pensar também como eles são objetos de estudo na educação patrimonial.

A Figura 5, também registrada pelo fotógrafo Marc Ferrez, é o primeiro retrato que exhibe o trabalho no interior de uma mina de ouro na região de Minas Gerais. É datada de 1888, ano em que foi decretada a abolição da escravatura. Não foram encontrados dados que revelassem se a imagem foi capturada em Ouro Preto. Ao analisar criticamente a imagem, observamos que a maioria dos homens trabalhadores na parte superior são negros e estão extraíndo o ouro dos veios das galerias subterrâneas, enquanto o único homem branco que ali aparece está fazendo pose para a foto. Também não foram encontrados dados que indicassem se esses homens estavam sob o regime da escravidão ou se eram trabalhadores livres, visto que nessa época ocorreu o evento que marcou o fim de tal regime.

Figura 5 – Primeira foto do trabalho no interior de uma mina de ouro, Marc Ferrez, Minas Gerais 1888



Fonte: Klein (2018).

Silva (2011) enfatiza que a exploração de minas auríferas já era realizada no continente africano, sendo considerada fonte de renda datada desde o século XVIII. Retomando a exploração aurífera dentro das minas, é sabido que quem realizava a função braçal eram na maior parte, os africanos escravizados. Ou melhor, as técnicas de mineração já eram realizadas há muito tempo pelos povos provindos da África e foram absorvidas pelos colonizadores. Para complementar, Boxer (1964, p. 203) considera as técnicas utilizadas pelos portugueses primitivas e também enfatiza que, ao que tudo indica, as técnicas posteriores vieram com os escravizados da África Ocidental.

Eschwege (1979) reconhece o domínio de técnicas auríferas pelo povo africano, porém, nota-se uma satisfação horrenda ao trabalho escravo e como o negro era simplesmente tido como uma mercadoria, quando diz ser “[...] realmente um prazer observar aqueles pretos desnudos e esforçados, banhados de suor, mostrando a sólida estrutura dos braços e o dorso luzidio” (ESCHWEGE, 1979, v. 1, p. 172). Sem hesitação alguma, os luso-portugueses aproveitaram dos conhecimentos dos africanos e os exploraram de todas as maneiras possíveis

em um “[...] processo configurado pela mercantilização da escravidão, que transforma o africano, em objeto de escambo ou de troca monetária” (FONSECA, 2015, p. 92).

Apesar das referências acerca das Minas Gerais serem de visão eurocêntrica e muitas vezes elitista, utiliza-se dessas fontes não para concordar, mas para refletir sobre o pensamento e imaginário social do homem daquele tempo. Por conseguinte, como já vimos, aponta-se diversas fontes de viajantes vindos para o Brasil, a fim de relatar as heterogeneidades da Colônia. Entretanto, apenas uma obra fora realmente escrita nos anos setecentistas, início do século XVIII, cujo autor presenciou e retratou a população da antiga Vila Rica e de outros sertões, intitulada *Cultura e Opulência do Brasil* de 1711, pelo jesuíta André João Antonil. A obra causou tanto alvoroço para o Governo Português que, no mesmo ano, foi recolhida e queimada pela Ordem Régia, pois trazia notícias como:

DAS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS, as melhores e de maior rendimento foram, até agora, a do ribeiro do Ouro Preto, a do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e a do ribeiro de Bento Rodrigues, do qual, em pouco mais de cinco braças de terra, se tiraram cinco arrobas de ouro. (ANTONIL, 1982, v. 70, p. 166).

Esse tipo de notícia causou temor ao rei de Portugal D. João V, que desejava não declarar aos luso-portugueses as riquezas do Brasil, especialmente, os minerais. Contudo, a tentativa de ocultar tais informações não foi suficiente para impedir a imigração dos portugueses para a Colônia: “Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão de **brancos, pardos e pretos, e muitos índios**, de que os paulistas se servem.” (ANTONIL, 1982, v. 70, p. 167, grifo nosso).

É importante ressaltar que a sociedade colonial das minas fora formada por uma heterogeneidade de pessoas que ocupavam o cargo em diversos ofícios, como trouxemos o exemplo da diferença entre mineiro e faisgador, abordado por Rezende (2013). Isso reforça a ideia de que o que importava para aquele ambicioso povo era a ascensão social:

A terra oferecia possibilidades reais e diversificadas para a ascensão econômica e social, ainda que essa dimensão fosse dificultada aos africanos, aos crioulos, aos mestiços e aos descendentes deles, em maior ou menor grau dependendo da região e da época. Nela, grassavam mobilidade física e imbricamento cultural, que eram explorados por todos, inclusive pelos escravos. (PAIVA, 2001, p. 24).

Estava aberta a corrida pelo ouro. E a prática da extração do metal precioso tinha uma cor específica. Minas Gerais fora considerada a capitania mais populosa da América Portuguesa

e com a mais elevada taxa de indivíduos escravizados e indivíduos livres (PAULA, 2007, p. 299). Afirma-se que os portugueses dependeram extremamente das técnicas de mineração do africano, uma vez que “[...] todo o trabalho de lavras, desde os processos de extração até a fase final de apuração, baseava-se exclusivamente na mão de obra escrava” (REIS, 2007, p. 65).

Mais uma vez, reforçamos as complexidades existentes na sociedade escravista mineira do século XVIII, porquanto, é diferente daquilo que, muitas vezes aprendemos nas escolas, de que ser negro era sinônimo de escravidão. “Ser negro não era a mesma coisa que ser escravo” (BONZATTO, 2011, p. 229), pelo contrário, muitos negros ascenderam-se socialmente e ocuparam posições de destaque, como Chica da Silva e Chico Rei. Antes, no século XVIII, o que distinguia os indivíduos entre livres e escravos, era o fato de estarem calçados – no caso, quem andasse descalço era escravo.

Andrade e Rezende (2013) abordam as relações de trabalho existentes nas minas do século XVIII, isso inclui o vínculo entre a extração de ouro e o sistema escravista que sustentaram a sociedade colonial:

Os “**pretos faiscadores**”, associando-se aos mineradores, também poderiam trabalhar nos “**serviços de minas**”, **buscando**, em intrincadas e rústicas galerias, o **ouro** das formações ou **veios**. Alguns senhores ainda, donos de minas, reservando o seu direito a uma parte do metal extraído, permitiam que os faiscadores explorassem as terras subterrâneas que separavam as minas e asseguravam o domínio particular dos veios. (ANDRADE; REZENDE, 2013, p. 394, grifo nosso).

A abertura dos veios auríferos e todo o processo de exploração que ocorreu em Vila Rica e em outras regiões mineradoras aconteceram graças ao auxílio das técnicas trazidas pelos povos africanos:

Não resta dúvida sobre o intenso trânsito de práticas e de **conhecimentos técnicos** entre a Costa da Mina e a América portuguesa, mais no sentido leste/oeste que o contrário. Sobretudo na região de mineração, os resultados desses **empréstimos técnico-culturais** se fizeram notar desde muito cedo. Não poderia ser, ressalte-se, de outra forma. Boa parte do ouro explorado durante todo o **setecentos nas Gerais** e nas capitanias de Goiás, de Mato Grosso e da Bahia, foi recolhido através de técnicas introduzidas pelos africanos e desconhecidas pelos europeus. Essa realidade estende-se, ainda, aos diamantes extraídos e ao minério de ferro encontrado na região, transformado em instrumentos de trabalho nas pequenas forjas montadas pelos africanos. (PAIVA, 2002, p. 189-190, grifo nosso).

Poucos são os trabalhos desenvolvidos pela historiografia acerca da contribuição da mão de obra africana dentro do processo de mineração, uma vez que o foco estava relacionado às questões econômicas (DIAS, 2004). Outros historiadores, como Gonçalves (2004), ao tratar as técnicas de mineração realizadas nas Minas Gerais, reconhece o trabalho dos africanos

escravizados no Brasil Colônia. Contudo, ela acredita que as origens dessas técnicas foram decorrentes de adaptações às situações locais e chama a atenção para o fato de não haver documentação que comprove que os procedimentos de mineração sejam exclusivamente advindos da África.

Concorda-se com Gonçalves (2004) até certo ponto, como o reconhecimento da produção aurífera dos africanos, todavia, apesar de não haver documentação que comprove, o campo arqueológico onde estão localizadas as antigas minas auríferas falam por si só. Quando visitamos essas antigas galerias subterrâneas, como a Mina Chico Rei e Mina do Veloso, encontramos, por exemplo, os vestígios do conhecimento de engenharia trazidos pelos africanos, marcas de um passado que está presente para quem visita esses locais.

CAPÍTULO 2: GUARDIÕES DE RIQUEZAS

A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo.

Nelson Mandela.

A Mina do Chico Rei e Mina do Veloso, locais escolhidos para o campo desta pesquisa, estão inseridos no contexto histórico do Ciclo do Ouro do século XVIII nas Minas Gerais. As reflexões sobre as minas históricas vão “[...] além do conhecimento em si, é a possibilidade de demonstrarmos a produção popular do patrimônio local que, muitas vezes, é ocultado pelo centro da cidade e, possivelmente, é relegado à margem do patrimônio institucionalizado” (FÉRES, 2018, p. 108).

Nesta seção, abordaremos as narrativas daqueles que resolvemos intitular de guardiões. A escolha desse termo é fundamentada no papel que os donos desses espaços patrimoniais assumem, de cuidar, preservar e difundir a contribuição africana e afrodescendente no processo de desenvolvimento do Brasil, para aqueles que visitam o local. Para a coleta de suas narrativas, optamos por realizar a entrevista semiestruturada, para a qual se seguiu um roteiro de perguntas que buscassem responder nossas questões norteadoras desta pesquisa.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), foi possível ir para o objeto da pesquisa, por meio da utilização da técnica de observação do campo e da técnica de diário de campo, para que fosse possível refletir sobre as experiências vivenciadas no desenvolvimento da pesquisa. É válido ressaltar que “[...] a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2).

Além de trabalhar com as narrativas dos guardiões, buscamos operar com outros tipos de fontes, como vídeos de *Youtube*, de visitas guiadas, das quais a pesquisadora participou e fotografias, visto que, “A realidade gravada na fotografia se torna uma passagem de um momento, da memória do indivíduo, dos costumes, fato social, da comunidade ou simplesmente da beleza da natureza” (MONEGO; GUARNIERI, 2012, p. 75). Para a produção deste capítulo contamos com o auxílio bibliográfico de Féres (2018), Ferreira (2017), Santos (2019) e Silva (2007).

Para tanto, concorda-se com Gatti (2002, p. 14) “[...] não há um modelo de pesquisa científica, como não há ‘o’ método científico para o desenvolvimento da pesquisa” e que “[...]”

o conhecimento científico se fez e se faz por meio de uma grande variedade de procedimentos e criatividade do pesquisador".

2.1 Mistérios de Chico Rei

Ao caminhar pelas ladeiras da antiga Vila Rica nos deparamos com diversos nomes e lendas, como o romance de Marília de Dirceu, escrito pelo apaixonado inconfidente Tomás Antônio Gonzaga; como a história do consagrado escultor Aleijadinho, que mesmo nos seus últimos anos de vida, consumido pela lepra, dedicou-se à arte, criando seu próprio estilo artístico.

Apesar de todas essas histórias e personagens consumirem nosso imaginário, existe uma que despertou uma curiosidade imensa ao ponto de tornar-se objeto dessa pesquisa. É a lenda de um rei africano que sobreviveu à insalubre travessia transatlântica entre África e o Brasil-Colônia e reconquistou a sua liberdade e de outros africanos que lhe foram roubadas – estamos falando de Galanga Muzinga, mais conhecido por Chico Rei.

Não existem documentos que registrem e comprovem a existência do rei africano no tempo de Vila Rica, ainda assim, sua história fora transmitida pela oralidade ao longo dos séculos, tornando sua imagem excepcional na afirmação e difusão das identidades africanas e afro-brasileiras. Como mostra Bâ (1982), a tradição oral está diretamente ligada à herança cultural de um povo, sobretudo na cultura dos povos africanos:

[...] nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá não existe a escrita, o homem está ligado a palavra que profere. Está comprometida por ela. Ela é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. (BÂ, 1982, p. 182).

Isso posto, pensamos o modo como a lenda do Chico Rei se sustentou a partir da presença dos africanos na antiga Vila Rica. A magnitude da história de Chico Rei é tão relevante para o conhecimento e divulgação das tradições culturais afro-brasileiras, que influenciou no surgimento da expressão religiosa conhecida como Congado.³³ Silva fala sobre a relação do Congado com a história do Chico Rei:

³³ O congado é considerado uma das formas de expressão da religiosidade e diversidade cultural afro-brasileira, que se introduziu historicamente e predominou como tradição no contexto regional das Minas Gerais. (SILVA, 2007, v. 3, p. 43). Santos (2019, p. 26) define o congado como: “[...] uma manifestação cultural religiosa de matriz africana que une, em um movimento híbrido, a devoção a Nossa Senhora do Rosário e a santos negros ligados ao catolicismo, com toques de tambores, cantos, danças e também, a eleição e coroação de reis e rainhas negros. No Congado, a fé em Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e em outros santos negros é vivida pelas

Esta personagem “lendária” é descrita como **um rei tribal congolês** que foi **trazido para o Brasil como escravo e levado para as Minas Gerais**, onde, **forçado** a trabalhar na lavra do ouro, conseguiu com o esforço braçal comprar a sua liberdade. Além disso, com astúcia e a solidariedade do “irmão de mesa” da irmandade religiosa do qual se tornou membro, também logrou alforriar tantos outros cativos. Este **ato heroico** valeu ao ex-escravo a coroação simbólica como Rei Congo no Brasil, e a oportunidade de promover a primeira “festa do congado”, em homenagem aos santos católicos padroeiros da irmandade e protetores dos africanos e seus descendentes, e também em louvor à divindade maior da cosmovisão africano-congolesa: “Zambi-Apungo”.

Nesse sentido, “Chico Rei” pode ser lido como um dos **mitos de origem** influente no processo de “atualização” da performance ritual do congado e da “restauração do comportamento” dos congadeiros – e, de maneira mais ampla, dos descendentes africanos no contexto da sociedade mineira contemporânea. (SILVA, 2007, v. 3, p. 45-46, grifo nosso).

Além de Silva (2007) abordar o mito do Chico Rei e a origem do Congado, tem-se disponível também o trabalho recente de Santos (2019), que apresenta ao leitor o processo de coroação, ritualização do Congado de Ouro Preto, sinônimo de cultura e tradição afro-brasileira que se instituiu no contexto da escravidão no Brasil.

Santos (2019) também abarca em seu trabalho as narrativas que foram produzidas acerca do mito de Chico Rei, citando Agripa de Vasconcelos (1966) com seu romance histórico nomeado Chico Rei. Em passagem de sua obra, Vasconcelos (1966, p. 123) diz que a coroação de Chico Rei ocorrera “No dia 6 de janeiro de 1747, Vila Rica foi surpreendida com uma festa que desconhecia. Chico e seus patrícios alforriados por ele apareceram na Capela de Nossa Senhora do Rosário, que fora levantado pela Irmandade do Rosário”³⁴.

Segundo Santos (2019), outros escritos foram produzidos pelos memorialistas, que queriam resgatar a história e eventos de Ouro Preto ocorridos antes da transferência da “[...] capital mineira, de Ouro Preto para Curral Del Rei, atual Belo Horizonte, em 1897” (SANTOS, 2019, p. 57). Além disso, Santos (2019) também buscou na biblioteca Municipal de Ouro Preto, referências bibliográficas que abordassem a temática do Chico Rei³⁵. A intenção aqui não é adentrar a história de Chico Rei e a história do Congado, mas é imprescindível que essas informações sejam divulgadas.

reminiscências da matriz africana reconstruídas em solo brasileiro”. Outra questão abordada por Santos (2019, p. 39) consiste na questão do patrimônio dessa manifestação religiosa que “[...] ainda não é considerado Patrimônio Cultural de Minas Gerais, mas nos últimos ano o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vem realizando um inventário a respeito do Congado mineiro, abrindo a possibilidade de que venha a se consolidar com o título de Patrimônio.”

³⁴ Anualmente, no mês de janeiro, ocorre na cidade de Ouro Preto o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

³⁵ Para o aprofundamento sobre quem escreveu sobre Chico Rei no século XX, recomenda-se a leitura de Santos (2019).

Ademais, o nome de Chico Rei fora levado para além da obra romancista e nas memórias de escritores do século passado. Atualmente, o nome é dado a um movimento social presente na cidade de Ouro Preto chamado Coletivo Chico Rei

Coletivo de luta e empoderamento que surge na cidade de Ouro Preto (MG) com o propósito de conquista de terras seguras, habitação digna e educação de qualidade para a população menos favorecida. Além disso, busca soluções práticas para a expansão urbana e a preservação do patrimônio histórico de maneira consciente, avançando no desenvolvimento da cidade com o desafogo do sítio arqueológico da Serra de Ouro Preto e do próprio Centro Histórico. (OCUPAÇÃO CHICO REI, [2015]).

Em tal caso, vemos que o uso do nome de Chico Rei está para além de produções literárias, ele assume um caráter político, de luta social para as pessoas menos favorecidas. Segundo Oliveira (1999, p. 7) “[...] destacar personagens negros na história do Brasil é de suma importância para termos uma visão que leve realmente em consideração a participação do negro em nossa história.”. A força que o nome que Chico Rei agrega, demonstra que, sendo lendária ou não, a história de Chico Rei, o legado proporcionado por ele, fortalece e inspira àqueles que lutam pelas causas justas, assim como o rei lutou para tomar de volta seus direitos e do seu povo.

2.2 Conhecendo o espaço

A influência de Chico Rei na cidade é indiscutível, tanto que existe um lugar intitulado Mina do Chico Rei que, supostamente, seria a Mina da Encardideira, local onde o rei africano trabalhou na extração de ouro. A mina foi fundada no ano de 1702, teve como primeiro proprietário o Major Augusto que, posteriormente, segundo a tradição oral, vendeu a mina ao africano alforriado Chico Rei – o qual, além da mina, também comprou a liberdade de diversos outros africanos escravizados.

Atualmente, o local onde encontra-se a suposta mina da Encardideira está sob os cuidados de Antônio Alcantra Ferreira Lima³⁶, conhecido como “Toninho”, e está aberta à visitação do público. Para aqueles que desejam conhecer mais sobre a narrativa de Chico Rei e adentrar uma antiga mina aurífera, é necessário caminhar cerca de seiscentos metros partindo da Praça Tiradentes, descendo a Rua Esquerda, sentido à Igreja Nossa Senhora da Conceição.

³⁶ Antônio Alcantra Ferreira Lima se autodeclara pardo.

O local onde se encontra a mina está localizado na rua Dom Silvério, após a ponte que divide os bairros Antônio Dias e Palácio Velho.

Uma das características principais do espaço é que os visitantes sempre recebem a informação prévia sobre os acontecimentos históricos que marcaram o território e principalmente a história de Chico Rei. A narrativa é contada tanto por Toninho, o guardião legal, quanto pelos seus guias turísticos. Normalmente, as visitas são conduzidas por esses funcionários que trabalham ao lado de Toninho. Atualmente, a equipe é formada por três rapazes, sendo eles: Beto, de 24 anos, e Guilherme, de 19 anos, ambos moradores do bairro Antônio Dias, e Pedro Lucas, de 17 anos, morador do bairro Santa Efigênia. Sobre a preparação dos guias para exercerem o trabalho, Toninho diz

Caroline: Quantos funcionários/guias atuam na mina atualmente?

Toninho: Três

Caroline: E qual é a formação recebida por eles? Quem que os forma?

Toninho: Eu

Caroline: é ... qual a formação você dá pra eles?

Toninho: a formação do contexto da história...em toda a sua a... interação...

Caroline: uhum...e tem algum período de preparação assim?

Toninho: a uns 4 5 meses pra aprender alguma coisa.... (Antônio, 17 de abril de 2020).

Quando pergunto a Toninho sobre a formação dos guias, é perceptível que o entrevistado não quis prolongar-se aos detalhes de como é realizado o processo de transmissão de conhecimento. O que leva a supor que esse processo de ensino e aprendizagem está interligado, principalmente, à da memória da mãe de Toninho, ou melhor, tudo que fora transmitido para ele acontecer pela mãe e ele transmitiu aos seus funcionários.

Para saber mais, o visitante também recebe um panfleto desatualizado – Figura 6 –, já que é o nome de Maria Bárbara Lima que aparece como proprietária da mina. A história retratada no panfleto é similar ao que é lido no romance histórico Chico Rei de Agripa de Vasconcelos (1966), também referenciado no panfleto, juntamente com o livro didático História da Terra Mineira de Carlos Góes³⁷.

³⁷ Devido a pandemia ocasionada pelo vírus Covid-19, não foi possível termos acesso ao livro físico. Entretanto, podemos constatar que a obra de Carlos Góes teve sua primeira edição no ano de 1914, período correspondente à Primeira República. Segundo Hansen (2011, p. 53-54) “[...] para que o leitor infante-juvenil se constituísse em “mercado consumidor” era antes necessário que se operasse uma mudança sociocultural no que diz respeito às sensibilidades. Daí que a ampliação da exigência de nacionalização da linguagem aos temas e personagens tenha inspirado o surgimento de uma literatura original, possuidora em sua maior parte de caráter cívico. Esta não somente expressava o conjunto de preocupações que convergiam para o problema da formação da nação brasileira na passagem do século XIX para o XX, mas traduzia também importantes mudanças sociais em curso, apontando para uma modernização da sociedade que, entre outras conseqüências, iria conferir uma posição de maior relevo às crianças.”

Figura 6 – (a) Capa do panfleto; (b) Interior do panfleto



Fonte: Acervo da pesquisa.

Após a morte de Maria Bárbara Lima, Toninho – seu filho – tornou-se o guardião legal do espaço:

Caroline: E desde quando você está inserido nesse espaço?

Toninho: Desde 2013.... assumindo a condição de guardião da mina definitivamente.

Caroline: Por que antes quem tomava conta?

Toninho: A minha mãe....

Caroline: A sua mãe ...e de que período ela ficou gestando esse papel de guardião?

Toninho: De 1949 a 2013. (Antônio, 17 de abril de 2020).

Notamos nas falas de Toninho, que a responsabilidade de preservar o local onde está localizada a suposta mina da Encardideira foi transmitida de geração em geração. Durante

aproximadamente 64 anos, a mãe de Toninho foi a responsável pela gestão da Mina Chico Rei, o que nos mostra que o compromisso de cuidar do local está interligado com a família. Além da questão familiar estar presente, vemos na fala de Toninho que o local também interage com os sujeitos que estão no entorno e que consideram, não só a história do rei africano Chico Rei, mas também o legado transmitido pela família de Antônio:

Caroline: E qual que é a percepção da comunidade local com esse espaço?

Toninho: é uma interação total também...aqui eu recebo muitos visitantes de Ouro Preto... que vem saber da história... da minha mãe...saber da história de Chico Rei...da história da mina da Encardideira né... (Antônio, 17 de abril de 2020).

Quando o visitante chega ao local onde se encontra a antiga mina aurífera, depara-se com uma estátua de Chico Rei, o que evidencia a importância da figura do rei africano para o local. Posteriormente, para chegar até a boca da mina, é necessário passar pela parte de baixo da casa e caminhar até o fundo, onde você encontra uma porta de madeira – Figura 7 –, que tem talhada, novamente, a figura de Chico Rei, a igreja de Santa Efigênia e algumas casas características do século XVIII. A visualização desses elementos provavelmente causa, em quem visita, um impacto de saber que é ali o local onde aconteceu parte da trajetória do rei africano ou mesmo trazer mais veracidade à narrativa associada às minas.

Figura 7 – Porta da entrada da mina Chico Rei



Fonte: Acervo da pesquisa.

Seguindo o hall principal, encontram-se os equipamentos necessários para entrar na antiga mina aurífera, assim como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, que prontifica que o local possui uma área total e liberada de 540.17 m² – Figura 8.

Figura 8 – Alvará de funcionamento da mina Chico Rei



Fonte: Acervo da pesquisa.

Mais uma vez, encontra-se um banner no qual Dona Mariazinha aparece e, em cima de sua foto, tem-se a informação de que ali é a Mina do Chico Rei. Além disso, tem-se disponível quadros com o mapa topográfico com a localização das principais galerias e área urbana, juntamente com o mapa topográfico das principais áreas de mineração da Serra de Ouro Preto na Figura 9 e a planta da mina na Figura 10.

Figura 9 – Mapa topográfico



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 10 – Planta da mina



Fonte: Acervo da pesquisa.

Ao chegar ao fundo do terreno, encontra-se a boca da antiga mina aurífera, ao lado encontra-se a imagem em miniatura de Chico Rei, lembrando muito um santo, e a bateia, instrumento utilizado para a coleta do ouro, visto na Figura 11:

Figura 11 – Entrada da mina do Chico Rei onde encontra-se a imagem do rei africano³⁸



Fonte: Acervo da pesquisa.

Verifica-se que, ao passear pelas minas presentes na antiga Vila Rica, os guardiões destes espaços sempre deixam disponíveis o objeto da bateia, para mostrar ao visitante como os africanos escravizados faziam a coleta do ouro. Toninho diz que as técnicas de mineração eram transmitidas “através de raízes africanas...de negros africanos... que eram conhecidos na região do Congo como faiscaadores né... que eram retiradores de ouro e diamantes” (Antonio, entrevista em 17 de abril de 2020).

³⁸ No dia que essa fotografia foi tirada a bateia não estava presente.

Figura 12 – Interior da mina do Chico Rei³⁹



Fonte: Acervo da pesquisa.

Ao adentrarmos a residência nos deparamos, primeiramente, com um hall onde encontram-se diversos artefatos antigos, como máquinas de costura, quadros com figuras supostamente ligadas às figuras da religião Umbanda, como as entidades conhecidas como “Pretos-Velhos”, além de objetos como correntes.

Caroline: os objetos de mineração que eu vi que alguns estão expostos ali na entrada da mina foram encontrados dentro da galeria?

Toninho: sim ... a maioria...

Caroline: Eu vi que existem alguns objetos expostos no salão...máquina de datilografar... máquinas de costura...esse acervo é pessoal seu?

Toninho: É acervo pessoal...

Caroline: Esses objetos têm alguma ligação assim... sentimental?

Toninho: tem...uma ligação sentimental muito forte...que é um acervo que minha mãe foi adquirindo durante o período dela aqui né...então...em prol de ajudar as pessoas...as pessoas chegavam falando que precisava de um pó de café...um açúcar...e oferecia minha mãe...ajudava de alguma forma...então ela foi fazendo esse pequeno museu dela né...que ela chamava de museu... e ele tem uma...ele é uma...força afetiva muito forte...

Caroline: E aquelas correntes? Eu vi que tem algumas correntes...

Toninho: as correntes foram encontradas na mina pela minha mãe... (Antônio, 17 de abril de 2020).

³⁹ Ao lado esquerdo da imagem podemos ver a bateia.

Diante disso, é nítido que o ambiente é contemplado por uma coleção pessoal de artefatos, objetos que transmitem uma mensagem ao visitante e ocasionam uma mediação entre o visitante do momento atual e a sociedade colonial ouro-pretana do século XVIII que viveu nesse espaço. Como mostra Abraham A. Moles (1971), esse contato entre ambiente, sujeito e objeto projetam sentimentos, sensações que aproximam o visitante de uma realidade através de uma outra realidade, de outra época.

Na parede de pedras, conforme Figuras 13 e 14, tem-se escrito a informação de que aquele local é a mina do Chico Rei, fundada no ano de 1702:

Figura 13 – Parede do local e acervo pessoal



Fonte: Acervo da pesquisa.

Figura 14 – Parede do local e acervo pessoal



Fonte: Acervo da pesquisa.

Sobre as observações realizadas em campo, notou-se que as narrativas gerenciadas pelos guias possuem demasiada importância, tanto para quem visita o local, quanto para aqueles que vivem no bairro. Sobre a transmissão de conhecimento, Santos diz:

[...] de fato, naqueles conteúdos estão elementos importantes da vivência histórica e da existência ancestral do seu grupo e da sua comunidade. É justamente isso que estamos entendendo por referências identitárias. Os jovens reconhecem a experiência do pai, que por sua vez afirma atualizar as vivências dos seus pais que já partiram para o mundo dos mortos. Dessa maneira, a ancestralidade refere-se, ao mesmo tempo, aos que já foram e aos que estão por vir. Não se trata de algo pronto e acabado, mas de um dado – legado – atualizado e reinterpretado pela experiência de sentido que cada membro da comunidade vive individualmente e coletivamente. (SANTOS, 2008, v. 1, p. 249).

Santos (2008) nos ajuda a pensar o processo de vivências de Toninho, e a relação existente entre o espaço Mina do Chico Rei, o seu guardião e o legado familiar.

Caroline: é... existe alguma lembrança relacionada a história africana e afro-brasileira que você recorde em sua trajetória escolar?

Toninho: hmmm...não... aa não ser a história do Brasil que citava os períodos da escravidão...da colonização né...**mas a história meeesmo da escravidão** eu vim saber através da mina e através da minha mãe.

Caroline: Certo....e o que a sua mãe contava?

Toninho: A minha mãe ela tinha uma...capacidade...acima do normal através da **mediunidade** dela né...uma pessoa que morreu católica apostólica romana...mas que tinha uma **mediunidade** acima do normal e... ela sabia toda a história da mina...

Caroline: E como que ela sabia essa história da mina?

Toninho: através de mensagens que ela recebia né...ela **psicografava** algumas coisas relativas a mina.... através de **entidades** da própria mina...e ela foi muito regida durante...**o período dela aqui na Terra**... (Antônio, 17 de abril de 2020, grifo nosso).

Nos trechos acima, percebemos na narrativa de Toninho que a questão espiritual também é algo inerente e que a transmissão da história da mina do Chico Rei aconteceu através do contato mediúnico de sua mãe com as supostas entidades presentes no local. Na fala, percebe-se também que o saber sobre a história da cultura africana e afro-brasileira, muitas vezes, se limita à história da escravidão e que fora repassado através do contato espiritual e familiar.

Essa percepção de restringir-se a ideia da escravidão e a atração pelo mundo espiritual pode ser vista em um vídeo realizado em 2014, pelo canal do Youtube, Caça Fantasma Brasil, quando investigou-se a presença de supostos espíritos dentro da mina do Chico Rei (ESPÍRITOS..., 2014). Em vídeo mais antigo, encontrado também na plataforma Youtube, encontramos disponível uma entrevista realizada em 1999, com Dona Mariazinha, que conta a história de Chico Rei utilizando como referência o romance literário de Agripa de Vasconcelos (1966) e aborda as técnicas de mineração utilizadas pelos africanos (PROGRAMA..., 2016). Cabe problematizar a ideia de que a dona do local alega a mediunidade, entretanto, leu a obra de Vasconcelos (1966), autor que faz uma construção estereotipada do Chico Rei, e traz uma ideia de primitivismo da cultura africana.

Esses elementos reforçam a ideia de que o enfoque de transmitir o conhecimento sobre a mina e o compromisso em preservar o local é muito maior sob a perspectiva espiritual, que propriamente acaba tornando-se elemento educativo na vivência comunitária daqueles que frequentam o espaço:

Caroline: certo...é... a juventude negra ouro-pretana...ela frequenta esse espaço?

Toninho: Frequenta...muito...

Caroline: E o que eles acham?

Toninho: Eles acham o que a gente faz né...o trabalho de manter a história...a cultura negra né...então nós temos o congado...nós temo a capoeira...nós temo vários segmentos culturais que vem a mina todo ano...

Caroline: E o congado...qual a relação sua com o congado?

Toninho: Total...total...

Caroline: hmm... mas como? total como assim?

Toninho: a gente interage de todas as forma porque...a história dos negros tem um fundamento espiritista muito forte né...e o congado...pra você ter uma ideia...todo guarda...todo chefe de congado...capitão que eles chamam né...tem uma mediunidade muito forte...então é uma interação muito forte com a história afro... (Antônio, 17 de abril de 2020).

Essa questão da transmissão do saber familiar e da responsabilidade com a antiga mina aurífera é utilizada e vista como estratégia pedagógica de valorizar o local e a Diáspora Africana, o que é a todo momento enfatizado por Toninho:

Caroline: Você utiliza algum tipo de estratégia ou prática pedagógica neste espaço para a valorização da Diáspora Africana?

Toninho: O que eu utilizo... é o conhecimento que nós temos né...**através da minha mãe né que foi passado pra mim...** dos quatorze filhos ... eu tive o privilégio de ter sido o escolhido pra dar continuidade... e **eu desenvolvi uma metodologia** de aprofundar mais na história do Galanga Muzinga e hoje **eu desenvolvo uma palestra** né... voltado pra escola...universidades...grupos em geral..que dura em média trinta quarenta minutos... e depois dessa palestra...é tecendo **desde a chegada minha mãe...meus pais aqui...né...até os dias atuais...passando pela história logicamente do Galanga Muzinga.** (Antônio, 17 de abril de 2020, grifo nosso).

Em uma das visitas ao campo pude presenciar a apresentação da mina Chico Rei a um grupo de visitantes. Toninho mostrou ao público o retrato de sua mãe, pendurado em uma das paredes, conhecida por todos como “Dona Mariazinha da mina do Chico Rei ou mina da Encardideira”. Assim, o guardião inicia uma breve narrativa a respeito de sua família e suas origens. Com relação aos vídeos presentes na plataforma *Youtube*, o legado que Toninho assume em preservar a mina do Chico Rei, reflete a ideia de

Pensar a memória como relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro – como pretende ser a situação analítica, por exemplo – o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais. (GONDAR, 2008, p. 5).

Neste caso, em relação à autenticidade da história de Chico Rei, concorda-se com Silva (2007, v. 3, p. 76-77) “[...] é uma pergunta que dificilmente poderia ser respondida por um laudo do IPHAN: a não ser datar a mina, o instituto histórico dificilmente poderia atribuir a propriedade desta a um herói cuja própria existência histórica é incerta”.

Apesar da falta de documentação que comprove a existência do rei africano, percebemos que sua história e trajetória são consideradas verídicas, não só para o guardião e os funcionários, mas para parte da cidade como um todo. Essa apresentação do mito de Chico Rei tornou-se primordial para a ressignificação e afirmação da identidade e memória afro-brasileira na antiga Vila Rica.

2.3 Escavando o passado: A Mina Du Veloso

Foi na tarde de uma quinta-feira, véspera de feriado, que realizei a primeira entrevista com o Eduardo Evangelista Ferreira, guardião legal da mina Du Veloso. Meses antes do encontro, já havia lhe convidado para fazer parte de minha pesquisa, mostrei-lhe o meu pré-projeto e lhe expliquei o meu interesse pelas antigas minas auríferas, falando um pouco das minhas motivações como historiadora e desconhecadora de toda contribuição africana para com a antiga Vila Rica. Eduardo, de bom grado, aceitou participar da investigação. Eduardo é homem negro, nascido e criado na cidade de Ouro Preto e, como veremos adiante, assumiu a responsabilidade de tornar-se proprietário e guardião do espaço que tem uma antiga boca de mina aurífera batizada com o nome de Mina Du Veloso.

O primeiro dono legal do espaço fora o coronel José Veloso do Carmo, que gerenciou a produção aurífera por meio da utilização da mão de obra africana entre os anos de 1761-1819. Ferreira explica que, durante o século XVIII:

Nos primórdios da ocupação da área para a mineração aurífera, o local era conhecido como Morro de Ramos, devido a seu primeiro proprietário Antônio Ramos dos Reis. Por volta de 1732, Antônio Ramos dos Reis já habitava em Minas Gerais por cerca de vinte anos, sendo considerado um dos primeiros povoadores dessa região, “descobridor” de lavras minerais, proprietário de grande número de escravos, camarista por vários mandatos e um dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais. Em seu inventário realizado em 1762, Antônio Ramos dos Reis vendeu quase todos os seus bens a seu sócio José Veloso do Carmo (Fioravante, 2010).

Assim, as lavras passaram a pertencer ao Coronel José Veloso do Carmo e o local ficou popularmente conhecido como Veloso até o ano de 1964, quando foi sancionada a Lei Municipal nº 77 de 10 de setembro de 1964, que alterou oficialmente o nome do bairro para São Cristóvão. (FERREIRA, 2014, p. 40).

Segundo os dados do IBGE, a população estimada da cidade de Ouro Preto, no ano de 2019, era de 74.281 pessoas⁴⁰. A distância entre a Praça Tiradentes, local principal do centro histórico, e a Mina Du Veloso é de aproximadamente 1,8 quilômetros. O trajeto pode ser realizado tranquilamente de automóvel, equivalente a cinco minutos de percurso, como também por caminhada, o que se estima vinte e um minutos de passeio contemplando a paisagem. Para aqueles que saem da atual capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, basta seguir em direção à Ouro Preto, pegar a BR-356, e seguir no sentido da Rodovia dos Inconfidentes. A Mina Du Veloso encontra-se próxima a uma das entradas da cidade, basta colocar no *Google Maps* e não tem como errar o destino, o local é de fácil acesso. O trajeto entre Belo Horizonte e a Mina é

⁴⁰ Para mais informações sobre os dados estatísticos da cidade, acesse o endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

aproximadamente de 96 quilômetros, o que equivale a cerca de 1 hora e 36 minutos de viagem de automóvel.

A entrevista com Eduardo foi realizada em novembro de 2019, na Prefeitura do Campus Morro do Cruzeiro da UFOP, onde o guardião é funcionário público. Para a realização da entrevista, foi utilizado um roteiro, que está disponível em apêndice, e todo o ato foi registrado através de gravação de áudio do celular da pesquisadora. Confesso que, apesar de ser formada na área de história, nunca tinha desempenhado literalmente o ofício de uma historiadora, sempre fui mais voltada para a área da educação. Conseqüentemente, percebi que algumas questões poderiam ter sido aprofundadas durante a entrevista, entretanto, só tive esse despertar no momento da transcrição dos relatos.

No primeiro momento, ao questionar o guardião sobre sua relação com a mina, evidenciou-se que ocorrera através da visita ao espaço quando Eduardo atuava como voluntário na defesa civil da cidade e averiguou que o local estava praticamente abandonado e servia como depósito de lixo e entulhos. Com essas ações, acabava ocorrendo inundações nos períodos de chuva, tanto no local e na residência que havia lá, quanto nas moradias de outros moradores do bairro. Na Figura 15, podemos averiguar o interior na mina inundada antes da drenagem:

Figura 15 – Interior da mina inundada

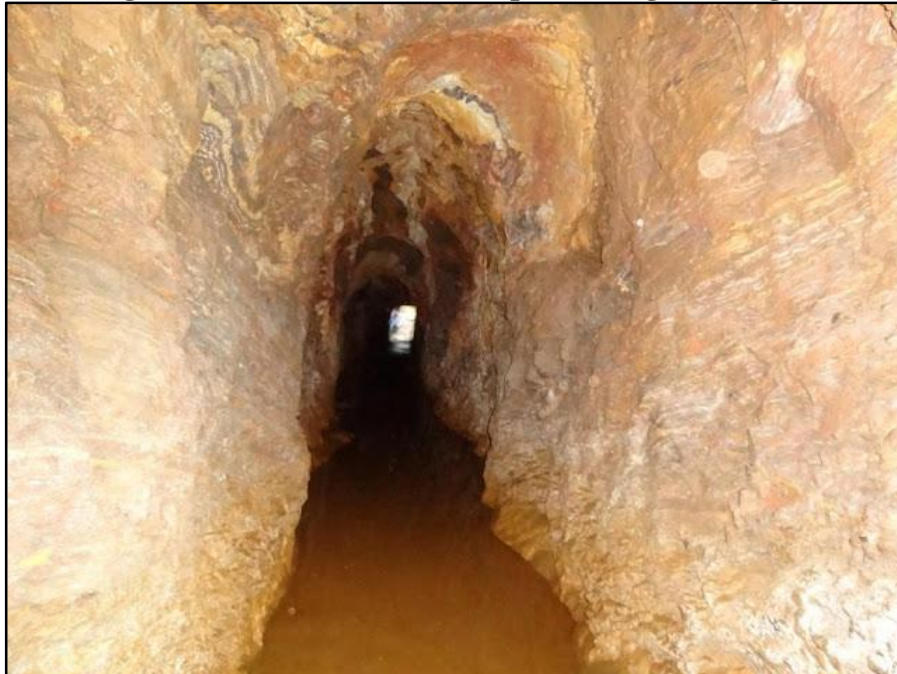


Fonte: Mina du Veloso (2012).

Assim, a defesa civil cumpria o papel de tentar resolver o problema da comunidade local. Um outro fator que contribuía para as inundações é que a casa existente onde a mina está

localizada era alugada, então havia um fluxo intenso de mudança de inquilinos, os quais utilizavam a mina como depósito de lixo, segundo Eduardo.

Figura 16 – Interior da mina após drenagem da água



Fonte: Mina du Veloso (2012).

Na Figura 16, acima, podemos observar o interior da antiga mina aurífera após a drenagem da água. Apesar dos desabamentos que ocorreram em torno da entrada da mina, observamos que seu interior prevaleceu intacto ao longo dos séculos. É este espaço que nos mostra todo o domínio engenhoso da mineração e o conhecimento matemático dos africanos.

A partir da intervenção de Eduardo e também de Toninho, é que esses espaços começam a transmitir algo, – quando as narrativas dos guardiões articulam com esses espaços, torna-se um lugar educador que contribui na difusão do patrimônio afro-brasileiro e desconstrói a imagem subestimada do povo negro.

Na Figura 17, abaixo, encontra-se o interior da mina após todo o processo de recuperação do local, já com as instalações de luz, pronto para as visitas turísticas:

Figura 17 – Interior da mina após recuperação



Fonte: Mina du Veloso (2017).

No trabalho de Sobreira *et al.* (2014), do qual Eduardo também participou, na Serra de Ouro Preto, onde está localizada a Mina Du Veloso, é possível compreender como se deu a ocupação dessas áreas desde as atividades auríferas do século XVIII até os levantamentos desses vestígios de mineração que foram realizados pela Prefeitura Municipal e pela Universidade Federal de Ouro Preto. Na época em que trabalhava como voluntário na defesa civil e teve conhecimento da antiga mina aurífera, Eduardo estava cursando graduação de Engenharia Geológica na UFOP, ocasião em que teve contato com o estudo de mineração. Diante disso, surgiu o interesse em adquirir a propriedade e a comprou dos herdeiros. Isso ocorreu em 2009.

No ano seguinte, após a efetivação da compra da residência, Eduardo iniciou os trabalhos de intervenções para adaptar o local, atividade que durou até 2012. Nas mídias digitais, por meio da plataforma de pesquisa *Youtube* é possível ter acesso ao processo de adequação do ambiente, que está disponível no Canal Mina du Veloso. Nos vídeos, observamos todo o processo de recuperação da mina, desde a demolição da casa antiga que existia no terreno até momentos de descontração após um dia longo de trabalho e o resultado do ambiente.

Em seu depoimento, Eduardo classifica o local, antes da intervenção da defesa civil e de compra da propriedade, como tenebroso. Para além, o problema maior era com quem morava na boca da mina, pois a fazia de depósito de rejeitos. A partir do momento em que tal instituição iniciou os trabalhos para solucionar os problemas das inundações, como a organização do caminho da água e, posteriormente, com a aquisição da propriedade realizada por Eduardo, o

espaço deixa de ser depósito de lixo, entulhos e de tráfico de drogas. Abaixo, na Figura 18, observa-se a fachada da mina construída.

Figura 18 – Fachada da Mina do Veloso após recuperação do espaço



Fonte: Mina do Veloso (2014a).

Sobreira *et al.* (2014) exibem que esses locais da mineração do século XVIII, na época do trabalho realizado, eram os locais que apresentavam riscos, principalmente após a ocupação, a partir da década de 1960. Isso porque, durante esse período, a cidade começa a emergir novamente devido às indústrias, e, conseqüentemente, os terrenos passam a ser ocupados sem planejamento necessário e conhecimento do sítio arqueológico minerador do século XVIII.

Figura 19 – Desmoronamento de parte de uma residência em cima da entrada da galeria subterrânea



Fonte: Mina du Veloso (2012)⁴¹.

Quando Eduardo inicia o seu trabalho juntamente com a Defesa Civil, vê-se um processo de conscientização da população com relação ao bairro e tais situações – tais como a utilização da boca da mina como depósito de lixo ou para o tráfico de drogas – foram contornadas, segundo o entrevistado. Nota-se que, a partir do momento em que pesquisadores da UFOP e instituições como a Defesa Civil iniciaram um diálogo com a comunidade local, a situação melhorou, principalmente, com esse reconhecimento do patrimônio presente na Serra e a instalação da Mina Du Veloso. Outra consequência é a expansão do comércio, no entorno, que propaga emprego à comunidade do bairro.

Um dos fatos que permanecem, até hoje, desde as atividades iniciadas mostradas no trabalho de Sobreira *et al.* (2014), é que as pessoas que vivem do turismo da maioria das antigas minas auríferas, não possuem o apoio das autoridades ou do setor turístico da cidade. O trabalho que Eduardo e a Mina Du Veloso oferecem se destaca no quesito de ações educativas que combatem o racismo e fortalece as identidades negras a partir da africanidade. Recentemente,

⁴¹ Na fotografia observamos a construção de uma residência em cima de onde está localizada a entrada da antiga mina aurífera. Parte da estrutura da residência desabou e fechou sua entrada. Para mais informações, acesse o Blogspot da Mina du Veloso.

o local fora vencedor da 32ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de 2019, promovido pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico.

2.3.1 Resignificar e amar

Assim como as famílias, as instituições escolares assumem um papel determinante na constituição dos seres humanos como sujeitos e cidadãos. Por isso, pergunto a Eduardo sobre as suas memórias da escola básica, se existe alguma lembrança relacionada à história africana e afro-brasileira:

Não, **não tem nenhuma lembrança de história africana** na minha trajetória escolar até porque quando eu tava né no ensino ai... fundamental, básico, segundo grau **não era obrigatório a questão da cultura africana** então eu não tive nenhum, não tenho nenhuma lembrança escolar de... sobre a histórica africana não...nem de afro-brasileira... no máximo uma afro-brasileira era questão de **capoeira né...do samba...**essas coisas ai **no dia do folclore** que falavam disso (Eduardo, 14 de abril de 2020, grifo nosso).

A narrativa de Eduardo nos orienta a refletir sobre as padronizações eurocêntricas do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, o que comprova que “[...] as classes dirigentes sempre procuraram construir uma imagem negativa do negro. A ele está associado tudo que é ‘feio’, ‘ruim’ e ‘demoníaco’. África surge nesta imagem como símbolo do primitivismo, da selvageria...” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 349). Quando não estavam representados nessa perspectiva, o negro e o indígena apareceram no âmbito do folclore brasileiro. Sobre o ensino básico, Eduardo diz que:

.... nosso ensino básico *Meu Deus do céu !* ele só mostra um lado totalmente... é... depreciativo da imagem do negro...se pega um livro didático ai... tudo o que vai fala... sobre o processo de escravidão... primeiro **que eles só falam da escravidão...é...africana...**existiu a escravidão de outros povos...eles só falam dessa escravidão transatlântica do expansionismo colonial... Não falam de mais nada antes disso...é... diferente disso...então eles fazem uma abordagem totalmente direcionada ao povo negro...né...como se escravidão e negritude fosse sinônimo...e não é né... (Eduardo, entrevista em 14 de novembro de 2019, grifo nosso).

A questão dos livros também é ressaltada pelo entrevistado, o qual critica a produção dos livros que são fabricados em âmbito nacional, ou seja, distribuídos pelo Brasil todo, e que mostram a diáspora africana na perspectiva do sofrimento, sem falar sobre o que havia na África, antes dos navios negreiros. Além disso, sugere que esses livros deveriam ser banidos do sistema. Segundo Eduardo, na década dos anos 1980, a escola falava do negro na condição

de escravo, nada sobre a diáspora lhe foi apresentado, apenas que os negros nasceram no navio negreiro. Ele reforça que nada fora visto, além do negro colocado debaixo de chicotada. Conceição, em seu doutoramento, faz a análise dos discursos produzidos nos livros de história e mostra que:

[...] a escrita escolar de História do Brasil, produzida entre 1950 e 1995, operou pelo menos com duas referências centrais para aludir e localizar uma espécie de recorte histórico, relativo aos povos africanos que para o Brasil vieram no contexto do tráfico transatlântico: a África como lugar geográfico e de produção de escravos. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 99-100).

Essa concepção abordada pela autora, prevalece no imaginário coletivo brasileiro, até mesmo após a aprovação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003). Isso é visto nas observações de Eduardo quando recebe visitas de grupos escolares na mina:

... pode ser que tenha mudado...mas eu não vejo essa mudança...porque lá na mina a gente trabalha muito com...com...escolas...em idade do ensino fundamental e a gente faz as mesmas perguntas e **as respostas são sempre as mesmas...Portugal descobriu o Brasil**...que português é que...trouxe conhecimento pra cá e eles que construíram o país...eles que fizeram a gente...sair...da...da...da...vamos dizer assim...do...é...atrasado... (Eduardo, entrevista em 14 de novembro de 2019, grifo nosso).

De modo consequente, “[...] as imagens são signos. Signos representam algo que requer ser lido e interpretado, uma vez que ajuda a construir sentidos para aquilo que se observa” (CASTRO; MIGUEL, 2017, p. 9). Ao pensar nessa perspectiva, comprova-se que a representatividade do povo negro que Eduardo tivera durante a juventude afetou-lhe:

Caroline: E você como negro se sentia representado?

Eduardo: Ai você começa a ter que querer **não ser aquele cara que tá amarrado...sofrendo...né...morrendo** em condições **desumanas**...então você começa a querer se afastar dali...mas não tem como você sair disso...porque **tá na sua pele**...então eu lembro muito da minha...da **minha...juventude** ai...muitas vezes a gente ficava comparando...quem que era o mais preto...pra poder esse sim...ser colocado como negro...e a gente de...moreno...moreno claro...moreno jambo...moreno escuro...moreno pardo...café com leite...por ai vai...

Caroline: E isso afetou essa representatividade negra afetou sua autoestima como jovem...na sua juventude?

Eduardo: Claro...claro...totalmente...**se eu tivesse...o conhecimento** que eu tenho **né... a partir do trabalho da mina do Veloso**...se esse conhecimento tivesse chegado pra mim lá no começo...talvez eu teria é...é...um **empoderamento** muito maior...e conseguido andar muito mais rápido... *nu...nu...* processo acadêmico...sabendo de onde eu vim...que quem não tem sua raiz né...*cê* fica...sem muitos...saber pra onde *cê* pode ir... (Eduardo, entrevista em 14 de novembro de 2019, grifo nosso).

A negação da negritude vem acompanhada de um outro fator, a ocultação. Quando lhe pergunto sobre o período escravocrata de Ouro Preto, Eduardo chama a atenção para o fato de que a antiga Vila Rica fora pouco discutida em sua trajetória escolar. Em entrevista para a TV UFOP⁴², Eduardo comenta que, quando era criança, perguntava na escola ou aos adultos sobre o que eram aquelas coisas (no caso, as galerias subterrâneas nos terrenos) e a resposta que obtinha era que aquilo era coisa dos antigos e ponto final. Conceição (2012, p. 350) nos mostra que “[...] o continente africano desaparece do mapa, não existe, não é citado. O silêncio que só é rompido para reafirmar as imagens negativas é bastante revelador se pensarmos na extensão da presença africana no Brasil”.

Contudo, vemos a identidade negra como um agente empoderador na vida de Eduardo, quando ele entra no curso de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto e assume o papel de guardião da mina aurífera:

Caroline: uhum...pra você, seu processo de escolarização se relaciona com seu papel de guardião deste espaço histórico?

Eduardo: Totalmente...porque se eu não tivesse me formado em engenharia eu não ia ver a...o patrimônio de engenharia que a gente tem no bairro...então minha visão de engenheiro que mudou completamente a percepção de qual que foi o papel do negro aqui...porque uma vez que cê vê uma obra feita há 300 anos atrás...sem nenhum desarabo técnicos que a gente tem hoje...quem tava com a ferramenta na mão tinha uma ciência muito grande... e por ter estudado na escola de engenharia...lá tem um emblema que tá escrito “ *Cument et Maleo* ”...**com a mente e o martelo**... eu fiquei pensando...quem tava segurando esse martelo?...então foi...um africano...e esse negro que tava segurando o martelo...tinha todo conhecimento de engenharia pra poder deixar essas obras ai...então se eu tivesse numa área de humanas eu não teria essa correlação de um lugar com o outro...e sentido o valor...né...desse patrimônio que a gente tem lá... (Eduardo, entrevista em 14 de novembro de 2019, grifo nosso).

O curso de engenharia geológica proporcionou a noção do patrimônio minerador existente em Ouro Preto, que provavelmente não teria em um curso de ciências humanas, segundo Eduardo. À vista disso, pensamos que esses espaços patrimoniais podem e devem apoderar sentido aos vestígios arqueológicos deixados pelos africanos, a fim de promover a difusão das africanidades dentro das ciências exatas e ciências humanas.

Sobre o reconhecimento da Escola de Minas, quanto ao papel fundamental dos africanos para a mineração, Eduardo diz que não é muito disseminado. Explica que muitos acreditam que a mineração surgiu com os romanos, entretanto, não sabem que diversos conhecimentos foram adquiridos na África, pelas invasões dos romanos. Mais uma vez, nota-se que os conhecimentos dos africanos não foram transmitidos como deveriam ser pela cultura eurocêntrica.

⁴² A entrevista encontra-se disponível na plataforma Youtube e o nome do vídeo é: “Eu também sou Patrimônio”, datado do dia 18 janeiro de 2018 (EU TAMBÉM..., 2018).

O empoderamento de Eduardo e o surgimento da Mina do Veloso contribuíram para que os jovens negros do bairro tivessem contato com suas raízes, pois a partir do momento em que o trabalho dentro da mina foi iniciado, Eduardo iniciou um processo de passar e repassar informações acerca do trabalho dos africanos dentro daquelas galerias subterrâneas. Antes, eles não tinham noção do patrimônio que existia no bairro e a partir do momento que Eduardo entra na mina, a visão é transformada e o local ressignificado como um lugar de memória africana.

Eduardo apropria o espaço da antiga mina aurífera e a ressignifica, valorizando e divulgando esse espaço. Ele constrói um novo sentido para aqueles que habitam o bairro, mostra que apesar de não estarem no centro histórico local, eles estão em um sítio arqueológico rico de vestígios e importante para a história do Brasil. Para ele, suas ações causam empoderamento da população local e da população negra, sejam itinerárias ou não. Eduardo fala sobre a recente premiação Rodrigo Franco do IPHAN e que foi através desse viés de ressignificação que o espaço ganhou.

Todos os guias que trabalham na mina são jovens negros, entretanto o espaço é pouco frequentado por outros jovens negros. Na realidade, como aponta Eduardo, fica limitado pelas condições sociais que afetam essa população, sendo o lazer a última coisa que eles têm acesso. Sendo assim, ele considera a proporção de visita da população negra muito pequena, já que são as pessoas que ocupam os menores salários, o que acaba afetando também o turismo dessa população. Quando a mina recebe a visita de outros jovens negros, Eduardo percebe um olhar diferente, com lágrimas nos olhos, principalmente quando recebe alunos de cota de escola particular, nesse momento até mesmo sua fala direciona-se para esse jovem a fim de empoderá-lo.

Até o momento, não foi feita nenhuma pesquisa que avalie a percepção dos moradores da comunidade com o local da antiga mina aurífera, porém Eduardo diz que ocorrera a mudança para um paradigma positivo. A visão do bairro para o local se modificou, ele exemplifica citando a amplificação do comércio, pois, com a mina, o fluxo turístico aumentou e gerou renda para os habitantes do entorno dela. Com relação à percepção dos turistas, constata-se que muitos chegam ao local da mina tendo a impressão de que o local é perigoso, já que, como Eduardo fala, o urbanismo projetado em uma área montanhosa se assemelha ao que é chamado de favela no Brasil. Entretanto, a partir do momento que eles passam pela mina, a concepção se modifica, entendem que ali é uma região montanhosa e que não é porque tem morro que é considerado favela.

As pessoas que frequentam o espaço da Mina do Veloso, deparam com a ressignificação dos africanos em solo brasileiro, especialmente em Vila Rica. Os conceitos de quem chega até lá são retratados de uma perspectiva diferente do que se está acostumado. O papel do africano na formação da cidade e do país é destacado, a história que foi contada nas escolas ganha um novo significado e o povo negro se torna um dos principais responsáveis pelas mudanças do mundo. Em nenhum momento a ressignificação do negro foi questionada, como Eduardo disse, torna-se irrefutável, e o guardião faz a mediação entre os espaços das minas auríferas e o público. Ao entrar em *sites* como o *Trip Advisor* é possível observar os comentários realizados pelos turistas.

A Mina Du Veloso recebe, diariamente, visitas de turistas de todo lugar, sendo que os grupos frequentadores em sua maioria são de escolas públicas e particulares, tanto de Ouro Preto, quanto de outros lugares. Além do público escolar, Eduardo recebe muitas famílias que acabam conhecendo o espaço pelas redes sociais e guias turísticos que ficam no centro histórico. Outros grupos pedagógicos frequentam o local em busca de maior ligação com a produção científica, exemplos são as turmas de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade federal de Juiz de Fora (UFJF), dentre outras. De maneira geral, o espaço recebe um público diversificado.

O guardião acredita que por mais que o tombamento⁴³ da cidade de Ouro Preto contemple a Serra de Ouro Preto, onde está localizada a Mina do Veloso, a partir do momento em que eles ganharam esse prêmio, eles creem que os gestores do patrimônio da cidade de Ouro Preto vejam que a Serra é tão importante quanto o patrimônio edificado, arquitetônico e artístico que se encontra no centro da cidade. Todavia, ele complementa que não fora realizado nenhum trabalho de levantamento do patrimônio arqueológico que se tem nos espaços onde estão localizadas as antigas minas auríferas. Em Sobreira *et al.* (2014), verifica-se que, por mais que os locais onde as galerias subterrâneas estão localizadas estavam sendo preservados, ainda não recebiam um tipo de manutenção ou proteção necessária.

Ouro Branco, cidade próxima à Ouro Preto, também possui uma Serra que é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHAIMG). O local ficou conhecido por ser caminho dos viajantes durante o período colonial. Fiquei em

⁴³ Segundo Horta, Grumberg e Monteiro (1999, p. 14), “O tombamento é assim um registro oficial e legal de um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade. Um monumento é antes de tudo uma referência a um momento na trajetória histórico-cultural de um povo, um instrumento da memória coletiva. Assim, jamais pode ser estudado isoladamente. Um monumento deve ser visto como um elemento do meio ambiente histórico, e como tal deve ser analisado em seu contexto social e histórico, ao longo do tempo.”

dúvida quanto a esse tombamento diferir do da Serra de Ouro Preto, então Eduardo explicou-me que a Serra de Ouro Branco é tombada como um patrimônio natural e geológico, diferentemente da de Ouro Preto, que se enquadra no quesito global. Todavia, apesar de as galerias subterrâneas estarem dentro desse conjunto, nunca foi feito um levantamento de patrimônio arqueológico sobre essas galerias subterrâneas.

O ambiente de trabalho da Mina Du Veloso conta com uma equipe de funcionários⁴⁴ que são instruídos para receber o público visitante. A preparação dos guias é ordenada pelo próprio Eduardo e ocorre durante o período de duas semanas. A instrução baseia-se na preparação deles quanto às informações históricas sobre a produção dos africanos e suas invenções fundamentais para a extração do ouro dentro das galerias subterrâneas. Quanto à valorização da Diáspora Africana e seus conhecimentos, baseia-se nas técnicas de mineração de ouro e da relação do homem com a metalurgia, sendo este considerado a única espécie capaz de manusear o minério, o que trouxe grandes mudanças para o mundo todo. Retomando ao homem africano, trazido para as Minas Gerais, eles já produziam mineração de ouro e a transformavam em ferramenta.

Ações sociais são desenvolvidas na Mina Du Veloso, como, por exemplo, a parceria entre o local e o movimento Levante Popular da Juventude, sendo que diversos estudantes do bairro são integrantes do movimento social. Com o apoio da Associação de Moradores, deram início ao cursinho popular da Mina Du Veloso, como vemos na Figura 20. As aulas ocorrem na associação do bairro, sendo frequentadas pela juventude do próprio bairro. Estratégias foram utilizadas para que o projeto fosse engajado para mapear quem são os estudantes da UFOP moradores e nascidos no bairro, para servir de exemplo àqueles que pleiteiam as vagas da universidade pública.

⁴⁴ Atualmente a Mina Du Veloso possui o total de cinco funcionários. Todos os funcionários possuem o segundo grau completo. Segundo Eduardo, os funcionários possuem formação acadêmica variada: Luís é turismólogo; Carlos é graduando do curso de Serviço Social; Danilo cursa Administração; Daniel iniciou o curso de turismo, mas, no momento, encontra-se parado; Gabriel cursa Geografia e Hebert está estudando para o ENEM.

Figura 20 – Panfleto Cursinho Popular no Veloso



Fonte: Levante Popular da Juventude (2019).

Eduardo diz que esse mapeamento serve, também, para que aqueles que queiram entrar na instituição pública se reconheçam e se sintam representados. Por isso, optou-se que os estudantes da UFOP, moradores do bairro, lecionassem no cursinho. Ele fala sobre uma das líderes que assumiu o projeto, no caso a professora de história Sidnea, moradora do bairro. Deixa-se claro que o cursinho surgiu recentemente, próximo ao processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e foram realizados aulões antes da prova. Ademais, destaca-se que o cursinho extensivo terá início no ano de 2020.

Um dos desafios enfrentados por Eduardo, no espaço histórico do qual ele é guardião, fundamenta-se em desconstruir a visão eurocêntrica quanto ao protagonismo do povo negro na história e acabar com o racismo estruturado. Contudo, Eduardo revela ser um desafio e tanto, já que, por um lado ele utiliza do seu espaço para exibir o protagonismo negro no Brasil, por outro lado, o Estado faz o contrário, empurra o negro para a marginalidade.

A Mina Du Veloso desmistifica aquilo que os considerados superiores dizem a respeito do povo negro, o espaço propicia a difusão da educação das relações étnico-raciais. Para Eduardo, ser guardião do local é uma missão que apareceu em sua vida e que deve ser levada de maneira engajada.

2.3.2 *(Des)construindo saberes*

O patrimônio minerador, presente na Mina Du Veloso, nos mostra toda a contribuição e tecnologia africana vindas de uma África que até então fomos privados de conhecer nas instituições de ensino. Contudo, a presença desse patrimônio cultural afro-brasileiro e a representatividade de Eduardo como guardião, contribuiu para mudanças significativas como a preservação e difusão da Diáspora Africana. Eduardo diz que, “para extirpar o mal do racismo que existe em nossa sociedade” (Eduardo, entrevista em 14 de novembro de 2019) pedagogias são utilizadas, como os processos de reconhecimento, valorização, divulgação da cultura africana e afro-brasileira. A quebra de paradigmas europeus constitui-se logo na entrada da mina Du Veloso, que fora construída a partir da técnica civil africana pau-a-pique⁴⁵, conforme Figura 21:

Figura 21 – Entrada do local mina Du Veloso em construção



Fonte: Mina du Veloso (2014b).

O início da visita ao espaço, ocorre a partir da recepção do anfitrião, que apresenta o espaço falando a respeito do povo indígena e sua ajuda com os invasores portugueses, quando

⁴⁵ A técnica do pau-a-pique já era utilizada na costa da África Ocidental, antes da invasão dos europeus. Para um melhor aprofundamento sobre a arquitetura africana, recomenda-se a leitura de Faria e Rezende (2014).

chegaram à costa litorânea e das aberturas dos caminhos do sertão. Eduardo ressignifica as histórias do ideal colonial europeu que aprendemos nos livros de história.

Caroline: Você acredita que seu trabalho influencia para o enriquecimento do protagonismo negro para a reflexão ou rompimento dos ideais do Brasil colonial presentes na história?

Eduardo: totalmente...porque a gente mostra lá na mina que existia vida antes dos europeus chegar aqui *né*...porque a gente começa a nossa conversa falando dos indígenas...que era quem salvou esses portugueses da morte...porque se esse bando de maltrapilhos...doentes que chegaram na praia não tivessem o apoio dos indígenas brasileiros ia morrer de fome...se não morresse de fome ia morrer...picado por algum animal peçonhento...não... não ia sobreviver aqui...então primeiro começa com isso *né*...a gente mostrando que esse é...ideal colonial... europeu que resolveu...que fez tudo... os bandeirantes... **a gente desconstrói** toda essa ideia...mostrando que primeiro que se não tivesse os indígena...com seus caminhos...ligando...interligando as coisas toda...falando onde tinha riqueza *né*...não é português chegou aqui...porque o índio já sabia que tinha ouro por aqui...*né*...a pedra que...o monumento geológico que orienta a gente é o Itacolomi...então já era uma uma uma... **conhecimento indígena muito antigo e que tinha ouro**...de onde tinha tudo no mundo no nosso continente...o indígena brasileiro ele ia até lá no pelo caminho **de peabe** (não entendi) ia até lá no oceano pacífico lá do outro lado...então a gente tinha mais de...é tem histórias ai *né*...já comprovadas pela arqueologia de ocupação desse território há mais de 20 mil anos...então é...**a gente começa a história por ai...desmistificando que esse processo de expansão colonial**...ele foi uma parte só da história...existia história antes e vai existir história depois... (Eduardo, entrevista em 11 de novembro de 2019, grifo nosso).

É forte, na narrativa de Eduardo, o que o ambiente proporciona e favorece para que a educação das relações étnico-raciais ganhe visibilidade. Eduardo adota ações educativas que fortalecem as identidades e direitos não só do povo negro, mas também dos povos indígenas. Essas ações fundamentam-se na desconstrução da imagem que fora criada do negro e do indígena pela cultura eurocêntrica. Ademais, o empoderamento e o reconhecimento como negro que Eduardo assume e a exibição do patrimônio cultural africano ali presente, são extremamente importantes para o combate ao racismo, a afirmação das identidades e para que outros negros se reconheçam a partir da visão de um outro negro, não daquilo que fora criado pelo outro.

O compromisso e responsabilidade que Eduardo assumiu, ao decidir tornar-se guardião legal de uma antiga mina aurífera, permitiu que a realidade da população local, principalmente dos jovens, se modificasse de maneira positiva. As ações positivas de Eduardo e do trabalho da equipe da Mina do Veloso, não se limitaram àquela localidade, mas despertou o reconhecimento no âmbito nacional, exemplo disso foi o recebimento do Prêmio Rodrigo Franco de 2019, visto na Figura 22:

Figura 22 – Prêmio Rodrigo Franco 2019: Mina Du Veloso

The image is a screenshot of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) website. At the top, there is a navigation bar with the IPHAN logo and various menu items like 'Superintendências', 'Unidades Especiais', etc. Below the navigation bar, there is a search bar and a list of services. The main content area features a news article titled 'História da mineração em Ouro Preto (MG) vence Prêmio Rodrigo 2019'. The article includes a photograph of a group of people wearing red hard hats and safety vests, standing in front of a mine entrance. Below the photo, there is a caption in Portuguese: 'Iniciativa premiada pelo Iphan narra associa o turismo às práticas ancestrais da mineração no Brasil. Uma viagem ao passado proporciona reflexões profundas sobre a história e a herança cultural brasileira. Esta é a proposta do projeto'.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019a)⁴⁶.

Esse reconhecimento do poder público, do patrimônio minerador presente na cidade de Ouro Preto e o trabalho do africano nesse local, nos faz refletir sobre a expansão da educação patrimonial dentro dos currículos escolares. Por conseguinte, Eduardo e a equipe da mina são chamados para dar palestras em vários lugares do Brasil.

Contudo, concordando com Eduardo, o processo de mudanças em nosso país é lento. Exemplo disso é o sancionamento da Lei nº 10.639/03 durante o governo Lula que até hoje é desconhecida por muitos brasileiros e isso inclui aqueles que são da área da educação (BRASIL, 2003). Eduardo acredita que, para a efetivação da lei, é preciso que os livros sejam reescritos, as histórias sejam contadas de maneira correta e que essas mudanças ocorram também dentro da academia, onde os professores sejam preparados e capacitados para falar das relações étnico-raciais, algo que não ocorre. Por isso, visa-se a importância e relevância de todo o trabalho que ocorre dentro da Mina du Veloso, a postura que o local assume ao preservar e difundir a cultura africana e afro-brasileira, servindo de modelo de representatividade, inclusão e desmistificação do mito da democracia racial; isso dentro de todo o contexto social, bem como na questão da educação patrimonial do nosso país.

⁴⁶ Mina du Veloso, em Ouro Preto, é vencedora do Prêmio Rodrigo de Patrimônio Cultural, no ano de 2019, que espelha os bens culturais do Brasil (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019a).

2.3.3 Vestígios arqueológicos de um passado não tão distante: contribuições africanas

Ao visitar a Mina do Veloso, nos deparamos com um conjunto de materiais que remetem a uma memória coletiva e à história dos africanos escravizados. Esses materiais são resultados de uma construção da história que se deu naquele espaço, ao longo do ciclo do ouro, e que é retomado a partir do momento em que Eduardo compra o espaço da galeria subterrânea e intenciona contar a história dos africanos que não é contada nos livros didáticos.

Foucault, em *Arqueologia do Saber* apresenta três questões:

1) quem fala? quem, entre todos os sujeitos falantes possui legitimidade para enunciar; 2) de quais lugares institucionais ele obtém o seu discurso?; de qual lugar advém tanto os objetos e enunciados quanto sua legitimidade (no caso da medicina em nossa sociedade, estes lugares são o hospital, o laboratório, a biblioteca, dentre outros.); 3) que posições o sujeito ocupa em relação aos domínios ou grupos de objetos?; como estes percebem, observam, descrevem, ensinam, etc.; Estes três questionamentos põem o discurso novamente em um jogo de relações, uma prática que articula *status*, lugares e posições e, em plena expressão discursiva, produz um campo de regularidades para as diversas (e dispersas) posições de subjetividade (FOUCAULT, 2009, p. 60-61 apud GIACOMONI; VARGAS, 2010, p. 125).

Faz-se uma reflexão dos espaços das antigas minas auríferas em diálogo com Foucault (2009 apud GIACOMONI; VARGAS, 2010), principalmente tendo em vista a história dos negros no Brasil, sobre o discurso que fora produzido sobre os africanos e indígenas, que sempre foi legitimado pelos paradigmas eurocêntricos. Diante disso, vemos o discurso produzido e propagado na Mina do Veloso, o qual exhibe a materialidade de um patrimônio minerador africano a partir da negritude.

Essa materialidade é observada na Mina do Veloso através do acervo de objetos que o local possui:

Caroline: Os objetos de mineração expostos foram encontrados dentro da galeria subterrânea?

Eduardo: Aqui na mina a gente tem diversos instrumentos que foram encontrado dentro da mina... alguns de **pedra** que são os almofariz...que esses que são alguns exemplares deles aqui na mina expostos e as partes **metálicas**, ponteiros, algumas ferramentas a gente encontrou em outras galerias né... daqui do bairro e também aqui na Mina do Veloso a gente tem um ponteiro metálico que foi encontrado aqui. (Eduardo, entrevista 13 de abril de 2020, grifo nosso).

Esses instrumentos chamam-nos a atenção para questionar como eles eram forjados, quem eram as pessoas que os fabricavam, como eram transmitidos os ofícios da produção metalúrgica. Eduardo afirma que:

...todas as grandes invenções que vieram de lá...na mina a gente fala especificamente dessa...dessa **técnica de mineração de ouro**...desse **conhecimento que eles tinham**...e também da **metalurgia**...que muda a história do ser humano na terra e que... nos diferencia do resto dos outros animais...porque né...todos...vários animais...mineram...tiram aquele mineral...mas **o único que faz metalurgia é o ser humano**...e esse africano veio pra cá...ele tirava minério...fazia mineração de ouro e transformava isso em ferramenta...então esses dois legados são os que a gente mais bate na tecla de contribuição africana pro continente...pro né...humanidade... (Eduardo, entrevista 11 de novembro de 2019, grifo nosso).

Tendo em mente a fala de Eduardo, sobre as contribuições metalúrgicas dos africanos, elas podem ser vistas e trabalhadas na educação patrimonial através dos vestígios arqueológicos encontrados, como as ferramentas da Figura 23:

Figura 23 – Ferramentas encontradas no interior da galeria subterrânea



Fonte: Mina du Veloso (2015)⁴⁷.

A partir destes objetos, constatamos que a memória dos africanos está materializada nesses instrumentos – os legados da metalurgia foram deixados por diversos povos, que, ao longo da história, obtiveram trocas culturais que favoreceram o desenvolvimento de diversas técnicas, sejam elas arquitetônicas ou mineradoras. Entretanto, a cultura ocidental, na maioria das vezes, destinou os olhares de desenvolvimento tecnológico devido a colaboração dos europeus. Isso é presenciado em nossa historiografia brasileira, que pouco legítima a contribuição deixada pelos africanos – um exemplo é o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1968)⁴⁸.

⁴⁷ Através das fotografias dos objetos, tentamos descobrir de que lugar poderiam ser os africanos que trabalhavam dentro das galerias subterrâneas. Todavia, devido a pandemia, o isolamento social e prazo de conclusão da dissertação, deixemos este ofício para a posterioridade.

⁴⁸ O foco não se baseia em discursos historiográficos em teorias de quem detinha o conhecimento da mineração. Estamos interessados em abordar as contribuições africanas para com a sociedade brasileira.

Estudiosos como Alfagali (2012) abordam as técnicas africanas existentes em Vila Rica no século XVIII para com o ofício de ferreiro. Alfagali também busca “[...] compreender os debates e as disputas entre os saberes de fabricar ferro que estavam em circuito nos domínios coloniais, comparamos as técnicas metalúrgicas de africanos, portugueses, espanhóis, alemães e suecos.” (ALFAGALI, 2012, p. 7). Sá Júnior (2016, p. 82) contribui para a discussão, baseado na “[...] análise documental sobre a mineração ocorrida no Mato Grosso do século XVIII e de como os africanos foram peças importantes nesse processo e de como o discurso dominante utilizou as práticas conhecidas como de magia e feitiçaria para desqualificar essa atuação.” Trabalhos como de Alfagali (2012) e Sá Júnior (2016) são fontes fundamentais na disseminação da história da mineração africana em solo brasileiro, assim como os objetos encontrados dentro das galerias subterrâneas, que segundo Eduardo, em entrevista à TV UFOP⁴⁹, boa parte das ferramentas utilizadas dentro das galerias subterrâneas eram produzidas pelos próprios africanos escravizados.

Além das ferramentas produzidas pelos africanos escravizados, observamos o próprio espaço interno da galeria subterrânea, onde se encontra um enorme salão com pilares de sustentação, técnica de mineração moderna. Parte da rocha foi deixada para que desse sustentação à galeria e não desmoronasse. Todo o trabalho foi feito, manualmente, pelo povo africano.

Com as visitas no campo e a participação nas travessias guiadas dentro das galerias subterrâneas, pude observar que, além dos funcionários serem preparados com diversas informações promovidas por Eduardo e Sidnea, existe também um acervo bibliotecário no local que reúne uma grande parcela de livros que remetem à história da cidade de Ouro Preto, à história da África, bem como trabalhos acadêmicos de áreas da engenharia geológica, arquitetura e história, que servem não só de base para a formação do guia, mas de acesso para aqueles que visitam o espaço.

O enfoque da Mina do Veloso é mostrar ao visitante uma outra visão, de que o africano contribuiu para o conhecimento, cultura e economia do Brasil. Segundo Eduardo, é promovido um trabalho que aborde não só um turismo científico, mas também pedagógico para que as pessoas, e, principalmente, as crianças tenham um conhecimento diferenciado do que Eduardo e tantas outras pessoas tiveram quando crianças.

⁴⁹ A entrevista encontra-se disponível na plataforma Youtube e o nome do vídeo é: “Eu também sou Patrimônio” datado do dia 18 janeiro de 2018 (EU TAMBÉM..., 2018).

CAPÍTULO 3: MINAS AURÍFERAS: PARA ALÉM DO TURISMO

Lugares de força e de beleza são mais bem preservados quando eles servem de palco para muitas vozes, do passado e do presente, falarem para o futuro.
(PYBURN, 2007, p. 28).

A relação cidade, museu e patrimônio é necessária para a compreensão da interação entre a história e a sociedade, assim como a estrutura tende a absorver informações e transpassar para aqueles que interagem diariamente com a cidade, de maneira direta ou não. Entretanto, existem outros espaços patrimoniais para além dos museus que dialogam e interagem com o público frequentador da cidade e remetem a uma visão diferente do padrão eurocêntrico que estamos acostumados a ver em parte de museus que assumem principalmente um caráter nacional.

É por isso que, neste capítulo, visamos trazer alguns conceitos que abordem a questão do patrimônio, da tradição, da memória, da educação e das relações étnico-raciais, a fim de refletir e exibir o processo de tombamento da cidade de Ouro Preto como patrimônio da humanidade. Além disso, trazemos a reflexão sobre os espaços Mina do Chico Rei e Mina do Veloso e a educação patrimonial no viés das relações étnico-raciais. Convém indagar como os vestígios da mineração e as ações praticadas em tais ambientes podem ser utilizados na ampliação dos currículos escolares e na difusão do patrimônio cultural afro-brasileiro.

3.1 Ouro Preto: patrimônio para que e para quem?

Antes de adentrarmos o processo de tombamento da cidade de Ouro Preto, é necessário saber o significado da palavra patrimônio. Certifica-se no dicionário de Antônio Houaiss que a etimologia da palavra ‘patrimônio’ se tornou polissêmica ao longo dos anos⁵⁰.

⁵⁰ Significado de Patrimônio
substantivo masculino
Bens materiais de família; herança.
Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa ou empresa.
[Figurado] O que é considerado herança comum, transmitido de uma geração para outra, com valor e importância reconhecidos, que deve protegido e preservado.
[Antigo] Herança paterna.
[Antigo] Bens que tinham a função de sustentar um eclesiástico.
expressão
Patrimônio Líquido. Diferença entre os valores dos ativos (bens e direitos) e dos passivos (obrigações) de uma pessoa física ou jurídica.
Patrimônio Nacional. Reunião dos bens de uso público, pertencentes à União. (Dicionário Houaiss Online).

Conseqüentemente, de acordo com Françoise Choay (2000) a palavra adquiriu a caracterização de um conceito nômade. Isso porque, o referido termo é utilizado desde a Antiguidade e está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, tornando-se, assim, um bem de herança que é transmitido ao longo dos anos, até a contemporaneidade, adquirindo, portanto, diferentes modalidades de compreensão.

Em nossa concepção atual, o conceito de patrimônio histórico representa um bem designado a uma proficuidade de uma comunhão social e apresenta uma acumulação de diversos objetos; edificações; cidades inteiras, que se tornam sujeitos agentes dentro de uma comunidade. É possível dizer que o fim do século XIX e o início do século XX, foi marcado pela noção de patrimônio relacionada com a ideia de responsabilidade para com o futuro, principalmente após eventos como a II Guerra Mundial e a Guerra Fria. Instituições como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), baseado na I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos (Veneza, 1964), surgiram com o intuito de estabelecer princípios éticos, acerca de arbitrar, conhecer e legislar questões relacionadas ao patrimônio e seus interesses globais e as responsabilidades nacionais de cada país. Diante disso, concorda-se com Brusadin (2015, p. 67) no sentido de que “[...] as ‘grandes civilizações do passado’ recebem mais atenção da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência, Cultura (UNESCO) do que as sociedades que não dominaram outros povos nem deixaram construções monumentais.”

Ao refletir sobre o conceito de patrimônio nômade estabelecido por Choya (2000) juntamente com os acontecimentos citados acima, constata-se que, com o declínio da produção aurífera na cidade de Ouro Preto, muitas pessoas abandonaram o município e migraram para a nova capital, recém-finalizada, Belo Horizonte. Dessa maneira, percebe-se que, durante esse momento migratório, muitas edificações foram abandonadas e só então, com a criação da Escola de Minas, em 1876, a cidade volta a ter estabilidade. Na retaguarda, a cidade torna-se a menina dos olhos dos modernistas que marcaram a Semana de Arte Moderna de 1922. A *posteriori*, mais precisamente no ano de 1933, durante a Era Vargas, a cidade de Ouro Preto foi declarada Patrimônio Nacional:

As iniciativas oficiais do Governo Vargas começariam a dar destaque ainda a determinados "lugares de memória", em que ocorreram grandes feitos "heróicos" de nosso passado. Assim é que o Decreto nº 22.928, promulgado a 12 de julho de 1933, por Getúlio Vargas, eleva a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. (FERNANDES, 2010, p. 9).

E mais tarde, no ano de 1938, foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁵¹, criado em 1937.⁵²

Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1937, p. 1).

Nota-se que o período histórico que se deu entre o fim do século XIX até o século XX, compreende a busca pela exaltação patriótica de símbolos que representassem o nosso país. Conforme Brusadin:

A cultura e a tradição por meio do seu poder simbólico implícito e atribuído ao patrimônio cultural por uma elite política e intelectual transformaram as identidades nacionais durante o século XX e, com isso, determinou o que seria digno de pertencer à memória social de muitos brasileiros. Esse patrimônio foi permeado em uma construção sócio-cultural de extrema influência política e econômica, cenário em que a atividade turística também fez parte. O bem cultural transformado em monumento e atrativo cultural passou a ser considerado um mediador entre o passado e o presente, tanto no que se refere a uma dada continuidade em relação a um passado nacional compartilhado em um denominador comum, tanto para tornar-se uma possibilidade de lazer cultural dessa sociedade. (BRUSADIN, 2014, p. 2-3).

Sendo assim, a ideia de patrimônio ganhou a consciência de preservar bens materiais e imateriais que fossem sujeitos agentes que afirmassem valores e fizessem parte da constituição da nossa nação. Esses sujeitos se adequam à cidade de Ouro Preto, pois esta agrega diversos elementos, como, por exemplo, a imagem heroica do inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que se tornou um dos símbolos cívicos da história de nosso país, ganhando até mesmo uma estátua no ano de 1894 e o nome da praça principal da cidade.

A própria posição do monumento que simboliza o inconfidente é representada com caráter nacional, pois este está de costas para o antigo Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas), que representava a Coroa Portuguesa e de frente para a antiga cadeia da cidade (atual Museu da Inconfidência). Para complementar, a estátua de Tiradentes tornou-se um monumento, criado com a intenção de rememorar a história cívica, e que se agrupa à nossa memória viva. O Museu da Inconfidência ou a Casa dos Contos, por exemplo, não são mais

⁵¹ Atualmente conhecemos por Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁵² Como foi abordado, o conceito de patrimônio é nômade. Na época em que a cidade de Ouro Preto foi tombada, o interesse em preservar os bens estava restrito apenas aos bens imóveis e materiais. *A posteriori*, o conceito de patrimônio mudou para patrimônio cultural, já que outros valores culturais não estavam aptos à terminologia antiga. A discussão sobre a substituição do conceito de patrimônio pode ser vista em Fernandes (1993).

apenas vistos como edificações do passado, mas que, ao decorrer dos anos, tornaram-se patrimônios que representam sistemas de valores e a identidade nacional.

Outro exemplo contemporâneo do nomadismo no espaço de Ouro Preto foi a construção do Grande Hotel Ouro Preto, uma edificação moderna, construída nos anos dourados da Era Vargas, localizado na Rua das Flores, entre a Escola de Minas e a Casa dos Contos. Apesar de ser uma obra moderna, o hotel se tornou referência e símbolo importante para o patrimônio e turismo da cidade. Isso tanto pelo fato de ser uma construção moderna – projetada pelo urbanista Lúcio Costa, e cuja arquitetura ficou ao encargo do ícone Oscar Niemeyer –; quanto pelo fato de a arquitetura do prédio possuir elementos modernos e estar no centro histórico.

Ou melhor, no fim dos anos 1930, houve todo um planejamento e união entre o SPHAN⁵³, o governo de Minas Gerais e o governo do então presidente Getúlio Vargas para que se pudesse divulgar o turismo e a importância da cidade para com a história do Brasil; e nada melhor do que marcar o espaço urbano de Ouro Preto, por meio do contraste dos casarões coloniais, com a arquitetura ‘*modern style*’ de Niemeyer.

Perante essas informações, o que podemos observar e concordar com Anderson (2008), é que as comunidades modernas não são apenas inventadas, mas também imaginadas. As nações não surgem de modo natural, mas sim, construídas dentro de um imaginário coletivo, ocasionando o despertar de um sentimento de amor patriótico dentro das comunidades. Apesar desse nacionalismo ser inventado, ele se torna legítimo para os indivíduos e desenvolve-se, principalmente, em sociedades que sofreram a colonização e posteriormente a independência. Isso nós observamos em todo esse processo de tombamento de Ouro Preto, uma das cidades turísticas mais visitadas pelo mundo. Diante disso, nos perguntamos: que tipo de patrimônios são considerados relevantes para a história patriótica de nossa nação? Quais espaços são contemplados para a educação das relações étnico-raciais?

Respondendo essas questões, como Brusadin (2015, p. 48) aponta, o patrimônio é o reflexo da sociedade que o produz, sendo que, mesmo que ele não seja construído pela coletividade, é essa sociedade quem acaba o legitimando e incorporando o seu teor simbólico. Conseqüentemente, não precisamos analisar visceralmente essas questões para observarmos o quanto o conceito de patrimônio em Ouro Preto se delineou de acordo com os interesses

⁵³ De acordo com Brusadin (2015, p. 68) “[...] as edificações tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) já atendiam aos interesses de uma história pátria que seria digna de ser preservada para os nacionalistas. A materialidade do barroco representava uma ligação com o passado português, já a imaterialidade das outras artes era, naquele momento, apenas a representação de classes sociais menos privilegiadas. Essas últimas não tinham a mesma força representativa para aquele governo e para os líderes do patrimônio diante da retórica histórica que estava sendo construída.”.

econômicos e políticos da cidade, e, assim, proporcionaram que a cidade se tornasse referência mundial do período colonial eurocêntrico brasileiro.

Citando caso análogo, as instituições museológicas que advêm do ocidente, ao ocorrer a emancipação política brasileira, se estabelecem em nosso país de maneira natural e coletiva, com a intenção de valorizar as brasilidades e heróis de nossa história. Exemplo disso é a Casa dos Contos em Ouro Preto, antiga sede da administração pública da capitania de Minas Gerais, que visa a preservação e valorização do ciclo de ouro na região ouro-pretana e história nacional brasileira. Brusadin afirma que

Ao trabalhar a ideia de tradição, costuma-se situar o patrimônio com o objetivo de perpetuar culturas, pois estas fornecem para a sociedade parâmetros de uma dada época. Apesar das distinções didáticas ou semânticas dos termos referentes ao patrimônio cultural, podemos considerar que a representatividade desse patrimônio e de suas tradições se dá por meio dos símbolos incorporados pela sociedade. (BRUSADIN, 2015, p. 55).

Afirma-se que a cidade de Ouro Preto possui cenários que foram criados a fim de enaltecer culturas e histórias de personagens considerados heroicos. Concordando com Brusadin (2014, p. 15), pensamos que “[...] o próprio entendimento da memória se dá por diversas tradições que foram concebidas para ter exatamente este fim, ou seja, alguns grupos da sociedade inventaram o que seria conveniente integrar a memória social do futuro”.

Como vimos, o conceito de patrimônio, além de ser nômade, pode ter se ampliado com a Constituição Federal de 1988, que determina através do artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Apesar de ter ocorrido uma amplitude do conceito, que agregasse os bens culturais de povos além dos europeus, ainda assim, o passado colonial ouro-pretano é visto de maneira nostálgica e romantizada pelo eurocentrismo. E que, na maioria das vezes, não visibiliza lugares e histórias que difundem o patrimônio cultural africano, afro-brasileiro e indígena, herança de uma política colonialista. Estudos como o de Zubaran e Machado (2013) analisam as

representações dos negros em instituições museais do Rio Grande do Sul, onde se observam eixos nos quais o negro é estigmatizado pela escravidão ou pela resignificação de aspectos negativos para positivos, onde o negro é visibilizado.

Isso reflete demasiadamente nas relações entre os visitantes e turistas com a cidade de Ouro Preto, pois grande parte destes visitam a cidade por conta do cunho nacional que ela reproduz, assim como os Museus transparecem isso. Por exemplo, o Museu da Inconfidência, até o ano de 2005, não sofreu nenhum tipo de modernização desde sua fundação em 1944. Ou seja, era muito forte a seleção de ‘quem’ seria representante de um passado ideal e o silenciamento de culturas fora dos padrões eurocêntricos que não eram consideradas cívicas o suficiente. Cabe ressaltar que, desde a promulgação da Lei nº 10.639/03, tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas diretrizes escolares e vai além:

O sucesso das políticas públicas de Estado voltadas para o reconhecimento e a valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende de uma série de condicionantes que vão desde as condições ideais para o ensino e aprendizagem de todos os brasileiros nos diferentes níveis de ensino, como também um conjunto de estratégias e ações articuladas no âmbito das políticas públicas educacionais e patrimoniais e movimentos sociais. Ou seja, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural pressupõem uma reeducação das relações étnico-raciais conformadora com uma forma do pensar e agir para além dos muros escolares. (NOGUEIRA, 2008, p. 234).

Por conseguinte, pensar a educação das relações étnico-raciais somente no âmbito escolar é insustentável, tendo em vista que é preciso pensá-la nas diferentes facetas. Por isso, citamos as antigas zonas de mineração colonial do século XVIII, espaços que podem ser considerados locais patrimoniais para a compreensão e estudo, não só das técnicas de mineração advindas dos povos africanos, mas também para ampliar e reeducar os currículos escolares sobre o nosso processo histórico para além da visão eurocêntrica. Por isso que lugares como a mina do Chico Rei e mina Du Veloso tornam-se espaços de prestígio, valorização e difusão para com a educação das relações étnico-raciais.

3.2 O patrimônio ouro-pretano

Observamos as transições do conceito de patrimônio e a relevância da cidade de Ouro Preto como patrimônio da humanidade. Diante disso, observa-se que as diversas instituições museais são sinônimos de referência da história do Brasil para com o ensino escolar. Diariamente, constatamos um elevado trânsito turístico que agrega diversos grupos, sendo

muito frequentado pelos grupos escolares. Esses grupos que visitam os museus, são os mesmos que visitam os locais onde estão presentes as antigas minas auríferas do século XVIII, como vimos no capítulo anterior, em que abordamos a mina do Chico Rei e mina Du Veloso.

Embora o ciclo do ouro em Ouro Preto durante o século XVIII tenha sido discutido por diversos historiadores ao longo dos anos, como Boxer (1969) e Pinto (1979), por exemplo, pouco se discutiu sobre o acervo de mineração colonial e sobre quem produziu as antigas galerias subterrâneas que se perpetuam até os dias atuais. Esses espaços não tiveram notoriedade durante as políticas nacionalistas do Estado Novo. As antigas áreas de mineração, como nos mostra Sobreira *et al.* (2014, p. 22), “[...] onde desenvolveram as atividades de mineração no século XVIII e parte do século XIX em Ouro Preto e Mariana foram abandonadas e esquecidas”. Somente

A partir da década de 1990, as áreas de mineração do século XVIII voltaram a ser alvo de estudos e pesquisas, inicialmente enfocando a segurança da população, uma vez que a ocupação destas áreas, geralmente degradadas e com vários problemas de natureza geotécnica causadas pelas primeiras intervenções, gerou uma série de situação de risco (SOBREIRA *et al.* 2014, p. 23).

Sobreira *et al.* (2014) abordam os locais do acervo minerador a partir de uma visão em que são evidenciadas as

Estruturas, tais como canais de condução de água (aquedutos), sarilhos (poços verticais cilíndricos), galerias subterrâneas (minas), ruínas de mundéus (barragens feitas para retenção de material desmontado das encostas), barragens...constituem grande potencial arqueológico e turístico, sendo essenciais ao entendimento da mineração nos séculos passados. (SOBREIRA *et al.* 2014, p. 19).

Diante disso, é notório que os espaços das minas podem ser vistos através de diversas perspectivas, seja através do conhecimento que envolve as ciências exatas, seja por meio das ciências humanas. E o mais relevante é o fato de esses espaços poderem ser enxergados e reeducados como locais de poder e representação do povo negro. Em vista disso, as narrativas realizadas na mina do Chico Rei e na mina Du Veloso e os vestígios arqueológicos de mineração, podem contribuir para a propagação de discursos antirracistas e para a difusão do conhecimento africano no âmbito da educação patrimonial com a sociedade civil. Isso porque, entende-se como educação patrimonial

[...] um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências

e manifestações da cultura , em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de **preservação sustentável** desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de **identidade e cidadania**. A Educação Patrimonial é um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. O **diálogo** permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a **comunicação** e a **interação** entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a **troca** de conhecimentos e a formação de **parcerias** para a proteção e valorização desses bens. A **metodologia** específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da **relação** entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4, grifo nosso).

As antigas galerias subterrâneas e os objetos ali presentes, servem para que tenhamos a amplitude de todo o conhecimento e cultura dos africanos trazidos para o Brasil durante o período colonial. Uma vez que

A habilidade de **interpretar** os objetos e fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja **forma, conteúdo e expressão** devemos aprender a “*ler*” ou “*decodificar*”. Para desenvolver este aprendizado, o conhecimento especializado não é essencial. Qualquer pessoa pode fazê-lo, desde que utilize suas capacidades de **observação e análise direta** do objeto ou fenômeno estudado (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 7, grifo nosso).

A partir do acesso a esses locais e suas materialidades podemos levantar questões de como tais conhecimentos foram transmitidos e suas técnicas, visto que

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam.

Neste processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade.

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a **diversidade cultural**. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5, grifo nosso).

O reconhecimento e valorização destes espaços nos ajudam a romper com as políticas atrasadas

As instituições educacionais e a política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional tiveram papéis estratégicos na cristalização da **memória nacional**. Tal processo deixou **marcas profundas** na constituição de uma identidade nacional legitimadora de um passado homogêneo e postuladora de **uma herança histórica e estética** da chamada cultura superior e civilizada, notadamente de **matriz luso-brasileira**.

Silêncio, esquecimento e omissão são explícitos quanto à condição de sujeitos históricos de índios e negros, principalmente quando uma análise mais detida foca **currículos escolares, festas cívicas e livros didáticos** (NOGUEIRA, 2008, p. 237-238, grifo nosso).

Essa tarefa é progressiva, tendo em vista toda cultura e tradição que se perpetuou ao longo de nossa formação histórica. Entretanto, a luta emancipatória que resiste e se amplia com

A efervescência dos movimentos sociais, sobretudo os ligados à etnia e ao gênero, colaborou para a emergência de uma nova relação entre Estado e Sociedade, incidindo diretamente sobre as políticas públicas, respaldadas, no futuro próximo, pela constituição de 1988. Dos movimentos indigenistas, estão a pressão pela demarcação das terras e o reconhecimento de sua cultura; do movimento de consciência negra, está a radicalização da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação racial, exigindo, com base no direito à diferença, o estudo e a valorização dos aspectos da cultura afro-brasileira. (NOGUEIRA, 2008, p. 242).

Ademais, espaços como estes são ricos para afirmar o protagonismo negro na constituição de nosso país, pois contribuem para a difusão e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. (BRASIL, 2004, p. 12).

Percebe-se que as antigas minas auríferas são vistas como lugar de trabalho, que sempre remeteu a uma memória de sofrimento e negação, fazendo com que fossem enxergadas como espaços de uma memória traumática que foi transmitida pela história oficial. Então, problematizamos a ideia de que esses locais são espaços pedagógicos e didáticos que podem e devem ser pensados a partir das diretrizes curriculares da educação básica e também para além

da instituição escolar, considerando que “[...] combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender a reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola” (BRASIL, 2004, p. 04). E, para isso, também é necessário incomodar o pensamento de que esses locais também foram difusores de uma memória traumática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1981, a cidade mineira Ouro Preto é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio Cultural da Humanidade, uma vez que a cidade agrupa diversos bens culturais de natureza material e imaterial pertencentes ao século XVIII, que remetem à identidade da nação brasileira. Dentro dos atributos instituídos pela UNESCO, considera-se patrimônio cultural os monumentos, conjuntos urbanos, enfim, artefatos que carregam valores históricos de caráter simbólico para determinada cultura, as tradições de determinado lugar.

Observa-se que a cidade de Ouro Preto e seus espaços culturais ainda carregam consigo valores simbólicos que enaltecem a tradição daqueles que colonizaram nosso país e dão pouca visibilidade ao protagonismo dos negros na história da cidade. Diante da realidade em que vivemos e dos paradigmas eurocêntricos sobre os quais fomos construídos, ao longo da nossa história colonialista é necessário pensar novas epistemologias e pedagogias que ressignifiquem a diáspora africana não só em Ouro Preto, mas em todo território brasileiro.

No primeiro capítulo, retomamos a importância de trazer previamente o domínio metalúrgico existente em antigos reinos africanos antes da chegada dos europeus. Nesse cenário, buscamos explicitar aspectos de uma África e de um olhar para a contribuição de africanos escravizados, que, muitas das vezes, não foram contempladas em livros didáticos e afins.

É por isso que, no segundo capítulo, trazemos as vozes dos guardiões dos espaços Mina do Chico Rei e Mina Du Veloso, lugares que ganham notoriedade quando pensamos a educação patrimonial com as relações étnico-raciais. Esses locais que agregam antigas galerias subterrâneas de produção aurífera do século XVIII ressignificam a história do povo africano, por meio do patrimônio cultural e identitário da história do trabalho e dos conhecimentos da população negra na cidade e em todo o país. Além disso, são importantes para com o povo branco, para que estes, construídos também socialmente por padrões eurocêntricos, consigam transformar e negar as culturas racistas ligadas à população negra. Butler (2011) evidencia que o sujeito, enquanto ser componente da sociedade, é constituído dentro de determinada cultura que lhe impõe valores e crenças.

Percebemos diante da pesquisa, que a Mina do Chico Rei afirma o protagonismo do negro na história do Brasil através da história do rei africano Galanga Muzinga, conhecido como Chico Rei. Percebemos que a história contada, muitas vezes faz referências a passagens do romance histórico de Agripa de Vasconcelos (1966) e fora difundida através da oralidade

por aqueles que habitam a atual Ouro Preto, transmitida como legado na família do guardião Antônio. O que foi comprovado sobre as práticas pedagógicas utilizadas neste espaço baseia-se na apresentação do mito do Chico Rei como uma história verídica que se tornou importante na afirmação da identidade e memória afro-brasileira. Percebemos, também, na entrevista, que o responsável legal da mina não se sentiu à vontade para aprofundar as questões sobre os desafios enfrentados e vantagens na afirmação do protagonismo negro no período colonial. O que foi evidenciado é a transmissão de todo o conhecimento através do campo familiar.

A Mina Du Veloso revelou-se um espaço onde as práticas pedagógicas e estratégias na valorização da Diáspora Africana estão, a todo momento, sendo trabalhados por Eduardo e sua equipe de trabalho. As narrativas de Eduardo nos mostram a conscientização e importância que ele assume, ao reconhecer-se sujeito negro e o desenvolvimento de seu trabalho para com a mina e os visitantes. Percebemos que isso foi um fato determinante na vida do guardião, para que também o incentivasse a desenvolver estratégias educativas que enaltessem a contribuição africana na constituição do nosso país. Eduardo está sempre envolvido em ações que chamem a atenção do espaço não só da comunidade local, mas com o todo. Exemplo notório foi a premiação da Mina Du Veloso no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A partir das visitas de campo e da entrevista realizada com os guardiões da Mina do Chico Rei e Mina Du Veloso, é possível dizer que ambos espaços buscam ressignificar e afirmar o protagonismo do negro na história de Ouro Preto. Entretanto, na esfera da educação patrimonial e da educação das relações étnico-raciais percebemos concepções e vivências um pouco distintas. Na Mina do Chico Rei, o guardião preocupa-se sempre na narrativa ligada ao aspecto memorial de sua família, em especial, à memória da mãe, o que tornou um tanto difícil realizar a análise da entrevista de maneira profunda. Em compensação, a Mina Du Veloso apresentou-se como um campo amplo, onde as ações na afirmação do protagonismo negro são a todo momento evidenciadas, seja através da apresentação do espaço quando chegamos para visitar o local, seja no seu acervo bibliotecário. É possível dizer que Eduardo possui uma concepção de como utilizar o espaço Mina Du Veloso para além de uma visita turística, ele discerne com facilidade os desafios que enfrenta e as conquistas que almeja.

Diante das narrativas dos guardiões, no terceiro e último capítulo pensamos a necessidade de compreender a questão do patrimônio da cidade de Ouro Preto e a educação das relações étnico-raciais. Analisamos, também, como as antigas minas auríferas e os vestígios ali presentes podem ser utilizados na difusão da história da Diáspora Africana e contribuir no enriquecimento dos currículos escolares não só do local, mas em âmbito nacional.

Concluimos, a partir das entrevistas e visitas de campo, que a mina Chico Rei e a mina Du Veloso assumem um papel importante na difusão do conhecimento da história dos africanos escravizados, no Brasil, durante o período do ciclo do ouro. Esses espaços ricos em patrimônio africano possuem demasiada importância para a ressignificação da imagem do povo negro e contribuem também para a autoestima de tal população. Entretanto, vemos também que esses espaços não recebem a devida importância pelo poder público local tanto quanto comparado ao patrimônio institucionalizado do centro histórico. O que se percebe, ainda, é que o patrimônio institucional é tido como fonte verídica e documentada, sem levar em consideração a oralidade e os vestígios arqueológicos, sobressaindo uma perspectiva que seja erudita e considerada oficial.

Por conseguinte, consideramos que não há estudos que discutam especificamente a educação patrimonial juntamente com a educação das relações étnico-raciais nos espaços da mina do Chico Rei e mina Du Veloso. Assim, a pesquisa contribui para a valorização desses espaços históricos, para a educação patrimonial e para a contemplação da Diáspora Africana, contrapondo-se aos discursos pejorativos que foram construídos e implantados no imaginário social ao longo dos anos. Ademais, o presente estudo proporciona novos olhares para esses espaços, tanto para as pessoas que os visitam quanto para futuros pesquisadores de todas as áreas de conhecimento.

Em tempo, não podemos ignorar o contexto de pandemia em que se deu ao longo de boa parte do processo de escrita desta dissertação. Em um cenário tão crítico e atípico, o compromisso com a pesquisa e a disciplina que o mestrado requer é diretamente afetado – como falar academicamente quando não se sabe se teremos saúde amanhã? A COVID-19 segue matando muitas pessoas e destruindo muitas famílias enquanto estamos aqui, produzindo ciência e estudos em educação. Pesquisar em um contexto que flerta com o caos da saúde pública não é somente um desafio, mas uma revolução. Optamos por permanecer neste trabalho ainda que o desespero, tão humano, chegue até nós. E mesmo nos dias melhores que ainda virão, o contexto histórico em que se deu esta pesquisa não deverá ser deixado de lado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALFAGALI, C.G. M. **Em casa de ferreiro pior apeiro**: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279441>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- ALMEIDA, S. L.; RIBEIRO, Djamilia (Coord.). **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3. ed. São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil; nova sér.). 70 v.
- ARAÚJO, E. Mandar, favorecer, prevaricar. *In*: ARAÚJO, E. **O Teatro dos Vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympia, 1997. cap. 4, p. 283-337.
- ARROYO, M. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BÂ, A. H. A tradição viva. **História geral da África**, São Paulo, v. 1, p. 181-218, 1982.
- BONZATTO, E. A. **Aspectos da História da África, da Diáspora Africana e da Escravidão sob a perspectiva do Poder Eurocêntrico**. São Paulo: Ícone, 2011. (Coleção conhecimento e vida/coordenação Diamantino Fernandes Trindade).
- BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)**. São Paulo, SP, 1969.
- BOXER, C. R. **The Golden Age of Brazil, 1695-1750**. Berkeley: Univ. of California Press, 1964.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 126, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 45, 17 fev. 1854.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional De Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 150, n. 112, 2013.

BRUSADIN, L. B. A cultura e a tradição no imaginário social: ação simbólica no patrimônio e no turismo. **Revista TuryDes**, Malaga, v. 7, n. 17, p. 1-19, dez. 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/patrimonio.html>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BRUSADIN, L. B. **História, turismo e patrimônio cultural**: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

CALAES, G. D.; FERREIRA, G. E. **A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa**. Rio de Janeiro: CETEM, 2009.

CAMPOS, K. M. N. Vestígios da mineração de ouro na Serra do Veloso: uma contribuição à geo-história de Ouro Preto-MG. **Revista Espinhaço**, Diamantina, p. 15-27. 2014.

CARNEIRO, S. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC Editora 34, 2000. p. 154-193.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Maria Aparecida Dias; MIGUEL, Antonieta. Da extrema transparência à sutil invisibilidade: o espaço do negro nas efígies dos manuais escolares. **Sankofa**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 8-39, 2017.

CDE GLOBAL. **Mineração de ouro de aluvião**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <https://www.cdeglobal.com/br/aplica%C3%A7%C3%B5es/ouro/minera%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-de-aluvi%C3%A3o#:~:text=Os%20dep%C3%B3sitos%20de%20ouro%20de,pesado%2C%20resiste%20a%20ser%20movimentado>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CHOAY, F. A. **L'Allégorie du Patrimoine**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

COELHO, M. C.; COELHO, W. N. B. As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03 – percursos de formação para o trato com a diferença? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e. 192224, p. 2-39, 2018.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. A ideia de África: obstáculo para o ensino de história africana no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 44, 2012.

CONCEIÇÃO, M. T. da. **Interrogando discursos raciais em livros didáticos de história: entre Brasil e Moçambique - 1950-1995**. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CORDANI, Umberto G. *et al.* Ensino de Geociências na universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 309-330, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0020>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, C. M. C. Eschwege: um olhar sobre as técnicas de mineração do ouro no século XVIII e no início do XIX. In: MARTINS, R.A *et al.* (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004. p. 127-130. (ISBN: 85-904198-1-9)

ESCHWEGE, W. L. **Pluto Brasileenses**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1979. 1 v.

ESPÍRITOS na Mina de Ouro Preto CFB#740 Caça Fantasmas Brasil. [Ouro Preto]: Caça Fantasmas Brasil, 12 jun. 2014. 1 vídeo (48 min). Publicado por Caça Fantasmas Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xRZqu13omYk>. Acesso em: 16 jan. 2020.

EU TAMBÉM sou Patrimônio I Eduardo Evangelista - Mina Du Veloso. [Ouro Preto]: TV UFOP, 18 jan. 2018. 1 vídeo (10 min). Publicado por TV UFOP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhIQlplCrqI&t=7s>. Acesso em: 16 jan. 2020.

FARIA, J. P. R.; REZENDE, M. A. P. Inter-relações tecnológicas entre Brasil e África Ocidental. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, [S.l.], v. 11, ano XI, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/601>. Acesso em: 16 jan. 2020.

FAUSTO, B.; FAUSTO, S. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. (Didática, 1).

FERÉS, L. M. L. **Do monumento performático: Ouro Preto e as práticas oficiais e populares do patrimônio**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

FERNANDES, J. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino da História. **Revista Brasileira de História**, [S.l.], n. 13, p. 265-276, 1993.

FERNANDES, J. R. O. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS: TEORIAS E PRÁXIS, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2010.

FERREIRA, E. E. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG**: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos. 2017. Dissertação (Mestrado em Evolução Cristal e Recursos Naturais) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FERREIRA, R. A. História pública e cinema: o filme Chico Rei e o conhecimento histórico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 275-294, 2014.

FERREIRA, R. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 51-56.

FERREIRA, R.A. História pública e ensino de história: um olhar sobre o filme no livro didático. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 136-171, 2017.

FIOROVANTE, F. Antônio Ramos dos Reis e Nicolau Carvalho de Azevedo - os homens bons nas Minas do Ouro: notas acerca do perfil social dos oficiais camarários na Vila Rica setecentista. 2010. **Revista Veredas de História**, [S.l.], v. 3, n. 1, 2016.

FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato&versões**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.

FONSECA, M. V. **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2017.

FONSECA, N. S. Visibilidade e ocultação da diferença. Imagens de negro na cultura brasileira. In: FONSECA, M. N. S. **Brasil Afro-brasileiro**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRANCISCO, D. Comunicação, identidade cultural e racismo. In: FONSECA, M. N. S. **Brasil afro-brasileiro**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 117-152.

GATTI, B. A. A produção da Pesquisa em Educação no Brasil e suas implicações. In: GATTI, B.A. **A construção da Pesquisa na Educação no Brasil**. Brasília-DF: Editora Plano, 2002. cap. 1, p. 15-39.

GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas- Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 119-129, 2010.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, mar. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155025722003.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000300005&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 22 out. 2017.

GONÇALVES, A. L. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004. Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004. p. 1-23. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A031.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GONDAR, J.; Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, [S.l.], v. 7, n. 13, 2008.

GUIMARÃES, C. S. O comércio de escravos na África Ocidental e Centro-Ocidental – século XVI. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

HANSEN, P. S. Autores, editores, leitores: O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles? **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 51-80, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, S. B. "A mineração: antecedentes luso-brasileiros" e "Metais e pedras preciosas". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968 (Tomo I, Livro IV). 2 v.

HORTA, M.D.L.P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. (Org.). **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 – 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 3 v.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ouro Preto** - Panorama. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ouro Preto**. [S.l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 19 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. [S.l.], [201-]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **História da mineração em Ouro Preto (MG) vence Prêmio Rodrigo 2019**. Brasília: IPHAN, 2019a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5315>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ouro Preto (MG)**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373>. Acesso em: 27 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prêmio Rodrigo**: anunciados vencedores de 2019. Brasília: IPHAN, 2019b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5312/premio-rodrigo-anunciados-vencedores-de-2019>. Acesso em: 01 set. 2019.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **A Estrada Real**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://institutoestradaareal.com.br/estradaareal>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO IDENTIDADES DO BRASIL. **Histórico do Prêmio**. [S.l.], 2018. Disponível em: <http://simaigualdaderacial.com.br/site/?p=2715>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INTITUTO MOREIRA SALLES. **Acervos**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://acervos.ims.com.br/#/detailpage/16209>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ITAÚ CULTURAL. **Marc Ferrez**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa26241/marc-ferrez>. Acesso em: 19 mar. 2020.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JOÃO, M. I. **O Infante D. Henrique na historiografia**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994.

KLEIN, H.S. Demografia da escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 185-194.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Cursinho Popular**. Ouro Preto, 2019. Facebook: LevanteMG. Disponível em: <https://www.facebook.com/LevanteMG/photos/-cursinho-popular-ouro-preto-inscri%C3%A7%C3%B5es-abertas-podemos-no-veloso-o-levante-popu/2442923839123446/>. Acesso em: 19 dez. 2019.

LIMA, Fabiana Ferreira. ‘Personalidades negras?! Só conheço Zumbi, professora’ – A construção do “herói” e a visibilização do negro na História. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/os negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, ed. especial, p. 05-21, jun. 2018. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/383>. Acesso em: 21 ago. 2018.

MEDEIROS JÚNIOR, Katiano Renato Alves de; FALCETTI, Bruno Mesquita; LIMA FILHO, Marcos José de Oliveira. A crise estrutural do feudalismo e a formação do capitalismo. **A Economia em Revista - AERE**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 31-38, 29 nov. 2017.

MENDES, Antônio de Almeida. Portugal e o Tráfico de Escravos na primeira metade do século XVI. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, [S.l.], n. 07, jan./dez. 2004.

MINA DO CHICO REI. **Página Inicial**. Ouro Preto, 2020a. Facebook: minadochicorei. Disponível em: <https://www.facebook.com/minadochicorei/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MINA DO CHICO REI. **Vídeo de Mina do Chico Rei**. Ouro Preto, 2020b. Facebook: minadochicorei. Disponível em: <https://www.facebook.com/minadochicorei/videos/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINA DU VELOSO. Conduto principal da mina com a entrada da mesma ao fundo. Notar interessante aspecto das formações nas paredes e teto da mina. *In: Mina du Veloso*. Ouro Preto, 2012. Disponível em: <https://minadoveloso.blogspot.com/2012/07/da-entrada-da-mina.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINA DU VELOSO. Execução do Pau-a-pique da fachada. *In: Mina du Veloso*. Ouro Preto, 2014a. Disponível em: <https://minadoveloso.blogspot.com/2014/08/execucao-do-pau-pique-da-fachada.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINA DU VELOSO. **Foto**. [S.l.], 2017. Facebook: minadoveloso. Disponível em: <https://www.facebook.com/minadoveloso/photos/264001674095864>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MINA DU VELOSO. Mina du Veloso. *In: Mina du Veloso*. Ouro Preto, 2015. Disponível em: <https://minadoveloso.blogspot.com/2015/07/mina-du-veloso.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINA DU VELOSO. Página inicial. *In: Mina du Veloso*. Ouro Preto, 2014b. Disponível em: <http://minadoveloso.blogspot.com/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Estrada Real**. Belo Horizonte, [2019]. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/estrada-real>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MOLES, Abraham A. **A criação científica**. [S.l.], Ed. Perspectiva, 1971.

MONEGO, Sonia; GUARNIERI, Vanderleia. A fotografia como recurso de memória. **Revista Cadernos do Ceom**, [S.l.], v. 25, n. 36, p. 71-87, 2012.

MOURÃO, Roberto M. F. **Caminho do Ouro/Estrada Real**. [S.l.], 2020. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/1204-trilhas-mapa-estrada-real>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MÜLLER, T. M. P; COELHO, W. N. B. A lei nº 10.639/03 e a formação de professores: trajetórias e perspectivas. **Revista da ABPN**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 29-54, 2013.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, A. G. R. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**, [S.l.], v. 15, n. 27, p. 233-255, 2008.

OCUPAÇÃO CHICO REI. **Página inicial**. Ouro Preto, [2015]. Facebook: OcupacaoChicoRei. Disponível em: https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/about/?ref=page_internal. Acesso em: 14 dez. 2019.

OLIVEIRA, N. S. **Vultos negros na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 1999.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. **O trabalho mestiço**, [S.l.], p. 187-207, 2002.

PARÉS, L. N. Africanos Ocidentais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 77-83.

PATRIARCADO. In: PRIBERAM Dicionário. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/patriarcado>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PAULA, E. F. **Escravidão e universo cultural na colônia Minas Gerais, 1716-1789**. [S.l.]: Editora UFMG, 2001. 5 v.

PAULA, J. A. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luis Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas, 1**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 115-132.

PINTO, V. N. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

PORTO, C. B.de A. Os Carijó da Antiga Comarca de Vila Rica: Contribuições Históricas, Etno-Históricas e Arqueológicas. In: ENCONTRO REGIONAL, 18., 2012, Mariana. **Anais [...]**. Mariana: ANPUH-MG, 2012. p. 2-9.

PROGRAMA Canal Livre (TV Viçosa) Mina de Chico Rei - Ouro Preto MG. [Ouro Preto]: TV Viçosa, 18 ago. 2016. 1 vídeo (19 min). Publicado por Lou Neno. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FnkJiS3K0S4>. Acesso em: 20 set. 2019.

PYBURN, A. Uma questão nada simples. **Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S.l.], v. 33, p. 25-35, 2007.

REIS, F. M. da M. **Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas minas do século XVIII (1702/1762)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

REZENDE, D. F. de. Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 383-413, 2013.

REZENDE, D. F. de. **Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia: Saberes e Prática**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

RODRIGUES, N. **1862-1906**. Os africanos no Brasil. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SÁ JUNIOR, M. T de. Não é feitiçaria! É tecnologia! Africanos e descendentes na mineração do Mato Grosso Setecentista. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S.l.], v. 10, n. 19, p. 81-98, 2016.

SACRAMENTO, C. C. **"Homens de cor" representados por "homens de letras": uma análise de livros didáticos de História do Brasil do século XIX**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/332011>. Acesso em: 04 fev. 2020.

SACRAMENTO, Cristina Carla. **De “Gente da África” a “Nossos irmãos”**: quem são os negros nos livros didáticos de História do Brasil de Rocha Pombo e Viriato Corrêa? 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Cristina%20Carla%20Sacramento.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

SANTOS, A. M. **O grande Anganga Muxique Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção Para um novo senso comum). 4 v.

SANTOS, E. P. Afirmações identitárias, espaços e símbolos da religiosidade de matriz africana em Belo Horizonte. *In*: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico Nacional, 2008. p. 237-260. 1 v.

SANTOS, E. P. Africanidades e Herança Cultural Europeia. Por dentro da História. **Revista de Educação Patrimonial**, Contagem, ano 3, n. 4, p. 8-11, ago. 2011.

SANTOS, S. A. A lei 10.629/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro. *In*: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos).

SANTOS, Y. L. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, A. C. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira Participações, 2009.

SILVA, A. C. **A Manilha e o Limbombo: A África e a Escravidão, de 1500 a 1700**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira Participações, 2011.

SILVA, J. **Homens de ferro**. Os ferreiros na África Central no século XIX. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, R A. Chico Rei Congo do Brasil. *In*: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). **Imaginário, cotidiano e poder afro-brasileira**. São Paulo: Summus; Selo Negro, 2007. 3 v. p. 43-86.

SILVA, S. R.; MACHADO, Tânia Maria Rezende. Os efeitos da implementação da Lei 10.639/03 no currículo escolar. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 94-110, 2019.

SILVA, T. D. **Compreensão e aplicação da Lei nº 10.639/03 na educação de jovens e adultos, na região de Mariana-MG**. 2019. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SILVA, V. Observação participante e escrita etnográfica. *In*: FONSECA, M. N. S. **Brasil Afro-brasileiro**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 285-306.

SOBREIRA, F. G. *et al.* Acervo arqueológico relacionado à antiga mineração do ouro em Ouro Preto. *In*: CALAES, G. D.; FERREIRA, G. E. (Orgs.) **A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. p. 141-158.

SOBREIRA, F. G. *et al.* Divulgação do acervo arqueológico de mineração no período colonial em Ouro Preto e Mariana. **Rev. Ciênc. Ext.**, [S.l.], p. 17-36, 2014.

SOBREIRA, F. G. **Levantamento de Áreas de Risco Geológico no Espaço Urbano de Ouro Preto**. Ouro Preto: [s.n.], Ouro Preto, 1990.

SOUMONNI, E. **Daomé e o mundo transatlântico**. [S.l.]: SEPHIS/CEAA, 2001.

TERUYA, Teresa Kazuko. Sobre mídia, educação e Estudos Culturais. *In*: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (Org.). **Pesquisa em educação: múltiplos olhares**. Maringá: Eduem, 2009. p. 151-165.

VASCONCELOS, A. **Chico Rei: romance do ciclo da escravidão nas Gerais**. [S.l.]: Editôra Itatiaia, 1966.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003. (Série Pesquisa em Educação). 5 v.

VIDIGAL, F. **O projeto Estrada Real e prática de desenvolvimento do turismo no município de Catas Altas- MG: uma abordagem a partir da perspectiva das políticas públicas**. Belo Horizonte: Governo do Estado, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues. O que se expõe e o que se ensina: representações dos negros no Rio Grande do Sul. **Momento - Diálogos Em Educação**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 91-122, jan./jun. 2013.

APÊNDICE A – Comprovante de envio do projeto ao Comitê de Ética

Figura 24 – Projeto de Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO		
COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa:	As Antigas Minas em Ouro Preto e a Educação das Relações Étnico-Raciais	
Pesquisador:	CAROLINE TEIXEIRA ALVES DO NASCIMENTO	
Versão:	4	
CAAE:	04269918.0.0000.5150	
Instituição Proponente:	Universidade Federal de Ouro Preto	
DADOS DO COMPROVANTE		
Número do Comprovante:	151240/2018	
Patrocinador Principal:	Financiamento Próprio	

Informamos que o projeto As Antigas Minas em Ouro Preto e a Educação das Relações Étnico-Raciais que tem como pesquisador responsável CAROLINE TEIXEIRA ALVES DO NASCIMENTO, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal de Ouro Preto em 10/12/2018 às 12:05.

Fonte: Acervo da pesquisa.

APÊNDICE B – Carta de Anuência

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Educação

Carta de Anuência

Declaro conhecer o projeto de pesquisa intitulada “As Antigas Minas em Ouro Preto e a Educação das Relações Étnico-raciais” sob a responsabilidade da pesquisadora Caroline Teixeira Alves do Nascimento, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, orientada pelo pesquisador responsável Erisvaldo Pereira dos Santos. Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa referida, estou de acordo em disponibilizar o banco de dados da pesquisa para a realização da investigação, desde que resguardadas as condições éticas da pesquisa, estando o projeto em conformidade com os requisitos solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa dessa Instituição. No caso de não cumprimento dos requisitos estabelecidos, há liberdade de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização.

Assinatura do Responsável

Mariana, março de 2019.

APÊNDICE C – Prévia Carta de Compromisso

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Educação

PRÉVIA CARTA DE COMPROMISSO

Eu, _____ portador da cédula de identidade _____ declaro estar ciente do projeto de pesquisa intitulada “As Antigas Minas em Ouro Preto e a Educação das Relações Étnico-raciais” sob a responsabilidade da pesquisadora Caroline Teixeira Alves do Nascimento, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, orientada pelo pesquisador responsável Erisvaldo Pereira dos Santos. Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa referida, estou de acordo em disponibilizar o banco de dados da pesquisa e a entrevista para a realização da investigação, desde que resguardadas as condições éticas da pesquisa, estando o projeto em conformidade com os requisitos solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa dessa Instituição.

Os resultados desta pesquisa estarão disponíveis através da dissertação de mestrado no Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, artigos científicos, seminários e eventos relacionados ao tema. A principal isenção da pesquisa consiste em produzir conhecimento teórico e crítico acerca da educação das relações étnico-raciais e das antigas minas de Ouro Preto, no caso, Mina do Chico Rei e Mina do Veloso, através das informações e conhecimento dos entrevistados. Toda pesquisa que trabalha com sujeitos oferece riscos, visto que todos os indivíduos possuem subjetividades e individualidades que devem ser respeitadas. Entretanto, como forma de garantir a dignidade humana e os direitos tanto dos entrevistados, será disponibilizado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis destes locais. No TCLE será explicitado de forma clara aos participantes: a natureza da pesquisa, os direitos, os métodos, os objetivos, os riscos e eventuais benefícios. A entrevista ocorrerá de maneira voluntária. Os participantes têm total direito de retirar o termo de consentimento a qualquer momento, da mesma forma que poderá desistir da pesquisa ou recusar responder qualquer pergunta da entrevista sem que lhes causem constrangimentos. Igualmente, se não for do consentimento dos responsáveis das instituições Mina do Chico Rei e Mina do Veloso, será mantido o anonimato dos mesmos e dos locais.

Assinatura do participante que será entrevistado

Ouro Preto, fevereiro de 2019

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Educação

ROTEIRO DE ENTREVISTA DE PESQUISA “AS ANTIGAS MINAS DE OURO PRETO E A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”

Nome: _____

Data: ___/___/_____

1. Como se deu sua relação com a mina?
2. Desde quando você está inserido neste espaço? Comente.
3. Existe alguma lembrança relacionada à história africana e afro-brasileira que você recorde em sua trajetória escolar? Se positivo, relate.
4. Para você, seu processo de escolarização se relaciona com o seu papel de guardião deste espaço histórico? Comente.
5. Você acredita que a educação básica te ofereceu conteúdo sobre a Diáspora Africana? Como? Para você, foi suficiente ou não? Por quê?
6. Como as pessoas que frequentam este espaço recebem/lidam com as informações obtidas? Comente.
7. Qual o público frequentador da mina? Comente.
8. A juventude negra ouro-pretana frequenta este espaço? Comente.
9. Qual a percepção da comunidade local com este espaço? E com os visitantes?
10. Como avalia os impactos do seu trabalho na comunidade local?
11. Você utiliza algum tipo de estratégia ou prática pedagógica neste espaço para a valorização da Diáspora Africana?
12. Como guardião deste espaço histórico, existem desafios enfrentados na afirmação do protagonismo no povo negro? E da juventude negra?
13. Para você, o que representa ser um guardião deste espaço? Você acredita que o seu trabalho influencia para o enriquecimento do protagonismo negro para a reflexão ou rompimento dos ideais do Brasil Colonial presentes na história?
14. Em sua opinião, a educação das relações étnico-raciais tem ganhado visibilidade nesse espaço?